



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Bianka Biazuz Vicente

**Educação Ambiental e Profissionalização dos Catadores na Política Nacional
de Resíduos Sólidos: uma Sociologia das Ausências?**

Porto Alegre, 2015.

Bianka Biazuz Vicente

Educação Ambiental e Profissionalização dos Catadores na Política Nacional de Resíduos Sólidos: uma Sociologia das Ausências?

Dissertação para obtenção de grau de Mestre no Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora:
Prof^a Dr^a Simone Valdete dos Santos

Linha de Pesquisa Política e Gestão de Processos Educacionais

Porto Alegre, 2015

CIP - Catalogação na Publicação

Vicente, Bianka Biazuz
Educação Ambiental e Profissionalização dos
Catadores na Política Nacional de Resíduos Sólidos: uma
Sociologia das Ausências? / Bianka Biazuz Vicente. -
- 2015.
117 f.

Orientador: Santos Simone Valdete dos.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Educação. 2. Política Nacional de Resíduos
Sólidos. 3. Trabalho. 4. Catadores e Recicladores de
Materiais Recicláveis. I. Simone Valdete dos,
Santos, orient. II. Título.

Bianka Biazuz Vicente

Educação Ambiental e Profissionalização dos Catadores na Política Nacional de Resíduos Sólidos: uma Sociologia das Ausências?

Dissertação para obtenção de grau de Mestre no Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 31/07/2015

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Simone Valdete dos Santos - Orientadora

Prof. Dr. Assis Francisco de Castilhos

Prof^a. Dr^a. Maria Clara Bueno Fischer

Prof. Dr. Vinicius de Lima Lousada

Não poderia ser diferente... Continuo a dedicar meu trabalho, assim como minha atuação ética, social, política e sensível aos Catadores de Materiais Recicláveis.

AGRADECIMENTOS

Findar uma etapa é sempre uma grande alegria que vem acompanhada de novas expectativas. Entretanto, o amor, a força e o incentivo das pessoas que amo foi fundamental: Carlos Romualdo Dornelles Tejera, meu melhor amigo e sempre companheiro, Clodomira e Dorvalino Biazuz, meus amados avós, Lairson Ribeiro Vicente, meu querido e amado pai, Marlene Mattei, minha grande parceira e amiga nesta etapa, Claraluz Gris, Roberta Boscardin, Róber Bachinski, Olívia Soares, Tatiana Duarte, Luna Antônia, Alexandre Silva, Maurício Klein, Lindomar Hack, Marina Vargas, Gabriela Kralik, Betânia Cordeiro, Melissa Barbosa, Margarete Chiapinotto Noro, Janaína Marques, Roseli da Rosa Pereira, Rosane do Amaral, Grandes amigos(as) de corações e mentes compreensíveis, sensíveis e brilhantes com os(as) as quais eu tive o imenso prazer de poder contar, confabular, chorar e esperar... Vocês são todos(as) Incríveis, gratidão pelo apoio e incentivo.

Agradeço a minha orientadora, Prof^a Simone Valdete dos Santos pela orientação afetuosa tanto comigo quanto para com a minha temática de pesquisa, sou grata por seu exemplo inspirador de ser humano ético, docente e pesquisadora.

Agradeço igualmente à Banca tanto de qualificação do projeto de pesquisa quanto à banca da apresentação da dissertação de mestrado: Prof^o. Dr^o. Assis Francisco de Castilhos, Prof^a. Dr^a. Maria Clara Bueno Fischer, Prof^o. Dr. Vinícius de Lima Lousada, Prof^a.Dr^a. Russel Teresinha Dutra da Rosa pela leitura engajada, atenta e criteriosa.

Agradeço imensamente ao apoio da Prof^a. Dr. Maria Aparecida Bergamaschi pela sua grande generosidade e incentivo durante essa minha caminhada.

Agradeço ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Seus funcionários(as), professores(as) e colegas.

Agradeço a CAPES pela bolsa que me possibilitou a pesquisa.

Gratidão profunda à Cooperativa de Recicladores de Dois Irmãos por me receberem e ajudarem a concretizar esta pesquisa, e, com o mesmo sentimento, agradeço as demais Cooperativas e Associações que conheci no decorrer da pesquisa. Minha grande luta de vida eu dedico a essa causa tão justa que é a dos catadores e recicladores de materiais recicláveis.

RESUMO

Este trabalho é resultado da pesquisa desenvolvida para o mestrado acadêmico em Educação, na linha pesquisa de Políticas e Gestão de Processos Educacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O objetivo principal é uma reflexão sobre a experiência de trabalho e Educação que é desenvolvida na Cooperativa de Recicladores de Dois Irmãos, localizada na cidade de Dois Irmãos. A análise ocorre na interlocução com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) Lei nº 12.305/2010 e demais programas e projetos sob a sua égide, na perspectiva de constituir um traçado investigativo do qual possam emergir elementos capazes de fomentar a seguinte discussão: como vem sendo construída a dimensão Educativa da PNRS. Trata-se de uma pesquisa do tipo qualitativa, combinando estudos de caso e entrevistas com os trabalhadores. Para a produção de dados foram constituídos os seguintes instrumentos: diário de campo, observação direta e questionários semiestruturados para gestores e associados da cooperativa. Cumpre esclarecer que a concepção da metodologia de pesquisa e análise dos dados no sentido da orientação teórica, é emanada a partir dos conceitos desenvolvidos por Boaventura de Sousa Santos, que são: a Sociologia das Ausências, no âmbito investigativo; a Sociologia das Emergências, que se refere às questões advindas da investigação; o Trabalho de Tradução, o qual transcende a simples descrição de fatos propondo-se à reflexão. A pesquisa possibilitou analisar como está sendo entendida e construída essa política na comunidade de trabalhadores no ambiente de trabalho; e como ocorre a formação dos trabalhadores. Buscaram-se as bases teóricas em contribuições dos autores Nilton Bueno Fischer, Paul Singer, Zygmunt Bauman, Edgar Morin e Nancy Fraser. Os resultados da pesquisa apontam para a resignificação do trabalho dos Catadores e Recicladores e para a dilatação dos seus espaços de formação e atuação política, além de uma demanda pela ampliação do conhecimento sobre a PNRS para a Educação Ambiental e para a população brasileira.

Palavras-Chave: **Educação, Política Nacional de Resíduos Sólidos, Trabalho, Catadores e Recicladores de Materiais Recicláveis.**

ABSTRACT

This work is the result of a research conducted for an academic master's degree in Education, in the research line Policies and Educational Process Management at the Federal University of Rio Grande do Sul. The main objective is to reflect on the work and educational experience developed at the recycling cooperative in the town of Dois Irmãos. The analysis takes place in the dialogue with the National Solid Waste Policy (PNRS) Act 12.305/2010 and other programs and projects under its auspices with a view to establish an investigative outline from which elements can emerge to foster the following discussion: how the Educational dimension of the PNRS is being built. It is a qualitative type research, combining case studies and interviews with the workers. For the production of data the following instruments were used: field diary, direct observation and semi-structured questionnaires applied to managers and cooperative members. The research made it possible to analyse how this policy is being understood and built in the community of workers in their workplace; and how the workers' education and training takes place. The theoretical basis came from contributions of authors Nilton Bueno Fischer, Paul Singer, Zygmunt Bauman, Edgar Morin and Nancy Fraser. Survey results point to the resignification of the work of Waste Pickers and Recyclers and to the expansion of their education and training spaces as well as of their political action. There is also a demand for increasing the knowledge about the PNRS for Environmental Education and for the Brazilian population. It should be clarified that the design of the research methodology and the analysis of data in the sense of theoretical orientation, emanates from concepts developed by Boaventura de Sousa Santos which are: the Sociology of Absences, in the investigative scope; the Sociology of Emergencies, which refers to the questions that emerge from the research and the Work of Translation, which transcends the simple description of facts and proposes to reflection.

Keywords: Education, Brazilian National Solid Waste Policy, Work, Recycling waste pickers and recyclers.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDPS - Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável
CCOPET - Sinos - Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis do Vale dos Sinos
PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
ES - Economia Solidária
Coopamare - Cooperativa dos Catadores de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis,
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
EA - Educação Ambiental
Funasa - Fundação Nacional de Saúde
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBO - Classificação Brasileira de Ocupações
CRDI - Cooperativa de Recicladores de Dois Irmãos
ARERB - Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta
EPIs - Equipamentos de Proteção Individual
FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária
Anteag - Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão
FSM - Fórum Social Mundial
SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária
CNES - Conselho Nacional de Economia Solidária
Pronacoop Social - Programa Nacional de Associativismo e Cooperativismo Social
CADSOL - Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários
CRDI - Cooperativa dos Recicladores de Dois Irmãos
METROPLAN - Fundação Estadual de Planejamento Regional
FEEVALE - Federação de Estabelecimento de Ensino Superior Novo Hamburgo

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	12
2.	CONSTITUIÇÃO DA PESQUISA.....	16
2.1	Tema da pesquisa	16
2.2	PROBLEMA DE PESQUISA.....	16
2.3	OBJETIVOS.....	17
2.3.1	Objetivo Geral.....	17
2.3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	17
2.4	CAMPO DE ESTUDO.....	18
2.5	METODOLOGIA DE PESQUISA.....	21
2.5.1	A Sociologia Das Ausências, Das Emergências e o Trabalho De Tradução Como Metodologia De Pesquisa.....	21
2.6	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
3.	POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	29
3.1.	Contexto histórico da implementação da Política Nacional De Resíduos Sólidos	29
3.2.	Chaves de análise da política de resíduos sólidos no Brasil	34
3.2.1	Contexto e organização social na perspectiva da Política Nacional de Resíduos Sólidos	42
3.3.	A Razão Cosmopolita: A Sociologia Das Ausências, Das Emergências E O Trabalho De Tradução.....	46
3.4.	Questões ambientais, educação ambiental e o trabalho dos catadores. ...	56
3.5.	Organização do trabalho: trabalho, educação e catadores de materiais recicláveis.....	59
3.6.	Apontamentos sobre a Economia Solidária e o trabalho dos catadores de materiais recicláveis.	63
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	74
4.1	Notas introdutórias sobre as inquietações de pesquisa e a inserção na vida social e no trabalho dos catadores	74

4.2	A experiência de organização social do trabalho e educação na CRDI...	79
4.3	Movimentos no âmbito das políticas públicas do município de Dois Irmãos e suas contribuições no âmbito do trabalho e educação na CRDI	90
4.4	A CRDI, a PNRS e o Programa Pró-catador	94
4.5	A dimensão educativa da PNRS.....	99
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
5.1	Perspectivas para novas pesquisas.....	106
	REFERÊNCIAS.....	108
	Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	114
	Apêndice B - Roteiro de entrevista para o gestor.....	116
	Apêndice C - Roteiro de entrevista para o gestor.....	117

1. INTRODUÇÃO

No presente trabalho apresento e exponho o estudo intitulado “Educação Ambiental e profissionalização dos catadores na Política Nacional de Resíduos Sólidos: uma Sociologia das Ausências?”, tendo como objetivo institucional a produção de uma dissertação para obtenção de grau de Mestre na Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa Políticas e Gestão de Processos Educacionais.

Todavia, o objetivo pessoal de ampliar conhecimentos e de contribuir com a luta dos catadores e recicladores de materiais recicláveis se constitui em uma pesquisa permanente que desenvolvo há cerca de seis anos, na qual tenho me proposto a pensar sobre o trabalho dos catadores de resíduos sólidos relacionado às questões Ambientais, com Educação e Trabalho; dentre outros tantos campos que se comunicam com essa área de atuação e prática social.

Durante esse período de estudo tive a oportunidade de partilhar o tempo de vida social, da vida de trabalho, enfim, da vida cotidiana com alguns desses trabalhadores que conheci em associações e cooperativas de separação e reciclagem. No sentido do processo de trabalho dessas associações e cooperativas participei, durante um ano, dos fazeres diários da separação para a reciclagem¹, desde a chegada do material, passando pela separação em si, até a prensagem e a acomodação do material a espera de compradores. Também desenvolvi algumas tarefas administrativas eventualmente quando me foi solicitado ajudar, principalmente nos pagamentos da partilha².

Assim, pude ter a dimensão do trabalho nesta área de atuação. Neste sentido, dentre muitas reflexões sempre me inquietou as precárias situações de trabalho dos trabalhadores, o aparente descaso dos Poderes Públicos com esses trabalhadores e a desinformação da população com relação às questões concernentes à responsabilidade que todos temos sobre os produtos que consumimos e descartamos. Por essas razões entendi como sendo algo relevante

¹ As associações e cooperativas que pesquisei são todas situadas na cidade de Porto Alegre, estas são consideradas centros de triagem de materiais recicláveis, pois nestes espaços de trabalho se procede a seleção dos materiais e não a reciclagem a qual é a transformação dos materiais física ou quimicamente, o tratamento do resíduo para devolvê-lo em condições de uso para a sociedade..

² Nome dado à divisão do montante dos valores da comercialização entre os trabalhadores das cooperativas visitadas.

compreender a nova, na época, Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010.

Desse percurso surgiu o propósito deste estudo, que é desenvolver um diálogo entre a constituição da dimensão educativa da Política Nacional de Resíduos Sólidos (e a contribuição da experiência de trabalho, educação, organização social política e produtiva da Cooperativa dos Recicladores de Dois Irmãos (CRDI)). Da perspectiva deste diálogo fui formulando a questão central da pesquisa: identificar e discutir possibilidades e potencialidades nos âmbitos educativos de formação para o trabalho e o da constituição das dimensões política, crítica e da legitimidade da profissão de catador a partir das experiências da CRDI, as quais podem ser propulsoras de diálogo com a PNRS e da construção da sua dimensão educativa.

Os objetivos específicos são:

- a) Conhecer de modo mais aprofundado a experiência de trabalho e educação da CRDI;
- b) Compreender quais movimentos, no âmbito das políticas públicas do município de Dois Irmãos, têm contribuído com a experiência de trabalho e educação da CRDI;
- c) Verificar como a CRDI entende a PNRS e o Programa Pró-Catador;
- d) Investigar a dimensão educativa da PNRS e de que forma a CRDI percebe tal dimensão na construção dessa política.

Na delimitação do tema levantei as seguintes questões de pesquisa: De que forma a experiência de trabalho e educação da Cooperativa dos Recicladores de Dois Irmãos pode contribuir e dialogar com a implementação e com a construção da dimensão educativa da PNRS? Quais conceitos e possibilidades emergem de tal experiência?

O método utilizado na elaboração desse trabalho advém de uma pesquisa qualitativa, empregando o processo de investigação do estudo de caso. O diário de campo foi elaborado partindo da observação direta. As entrevistas semiestruturadas aplicadas aos gestores e associados da cooperativa constituíram-se em instrumentos de pesquisa. No desenvolvimento da análise de dados, utilizei os conceitos da *sociologia das ausências*, *sociologia das emergências* e *trabalho de tradução*, de Boaventura de Sousa Santos. Os autores Nilton Bueno Fischer, Paul Singer, Zygmunt Bauman, Edgar Morin e Nancy Fraser contribuíram como

referencial teórico na análise sobre participação dos catadores e recicladores de resíduos sólidos na construção PNRS e de que forma esta vem sendo compreendida por tais trabalhadores.

Este trabalho encontra-se organizado em cinco capítulos, considerando esta introdução como primeiro capítulo.

No segundo capítulo, trata da elaboração do estudo, constando o tema da pesquisa e o problema apresentado. Na continuidade da contextualização da construção da pesquisa são apresentados os objetivos pretendidos, o objetivo geral e os objetivos específicos.

Na sequência refere-se a metodologia utilizada para a consecução da pesquisa, abordando sobre o campo de estudo; a sociologia das ausências, das emergências e o trabalho de tradução como metodologia de pesquisa; os procedimentos metodológicos e a constituição dos principais instrumentos utilizados.

O terceiro capítulo discorre a respeito da Política Nacional de Resíduos Sólidos, contextualizando seu histórico, sua instituição através da Lei nº 12.305/10 e as diretrizes que a mesma traz quanto ao incentivo à criação e desenvolvimento de cooperativas e associações, visando fortalecer as relações de trabalho dos catadores, bem como favorecer sua organização econômica e valorização do trabalho. Aborda-se ainda nesse capítulo a análise da política de resíduos sólidos no Brasil, o contexto e organização social na perspectiva da política nacional de resíduos sólidos, a razão cosmopolita na educação ambiental e o trabalho dos catadores, a organização do trabalho – trabalho, educação e catadores de materiais recicláveis – e apontamentos sobre a economia solidária e o trabalho dos catadores de materiais recicláveis.

O quarto capítulo dedica-se a apresentar os resultados e a discussão sobre as questões que justificam o estudo. Inicia-se com: as notas introdutórias sobre as inquietações de pesquisa e inserção na vida social e no trabalho dos catadores, a experiência de organização social do trabalho e educação na CRDI, os movimentos no âmbito das Políticas Públicas do município de Dois Irmãos e suas contribuições no âmbito do trabalho e educação na CRDI, a CRDI a PNRS e o Programa Pró-catador, e a dimensão educativa da PNRS.

Finalizo o trabalho apresentando os pontos essenciais destacados dos estudos e das reflexões realizadas, as conclusões e as perspectivas de novas pesquisas.

2. CONSTITUIÇÃO DA PESQUISA

2.1 Tema da pesquisa

O diálogo entre a constituição da dimensão educativa da PNRS e a contribuição da experiência de trabalho, educação, organização social política e produtiva da Cooperativa dos Recicladores de Dois Irmãos (CRDI) para a estruturação da PNRS.

2.2 PROBLEMA DE PESQUISA

O ano de 2014 foi esperado com a esperança de que fosse historicamente importante para a sociedade brasileira e em especial para os catadores de materiais recicláveis. Refiro-me à implementação da PNRS 12.305/2010, política que demanda a formação para o trabalho nesta área de atuação. A expectativa educativa é centrada na perspectiva de que os trabalhadores são agentes ambientais que desempenham um papel essencial para a efetividade da manutenção do meio ambiente. O processo de estruturação dessa política por si só diz muito sobre as práticas e possibilidades que emergem do novo panorama projetado para a gestão dos resíduos sólidos. Há de se ter fôlego teórico e instrumental para contemplar essa nova realidade e, principalmente, para poder contribuir com sua construção. Com o objetivo de contribuir com tal construção a presente pesquisa foi desenvolvida.

No percurso investigativo, dois movimentos de interesse mais amplos foram se constituindo e englobaram a temática deste estudo. O primeiro diz respeito à perspectiva de mudança estrutural que propõe a PNRS. Busquei entender a constituição da dimensão educativa da política e de que forma tem sido encarada tal dimensão. A partir deste enfoque foi possível perceber movimentos que esses trabalhadores sentiam e entendiam como importantes na construção da legitimidade da profissão e para o melhor desempenho no trabalho, como a compreensão da necessidade de educar a sociedade para a responsabilidade ambiental .

O segundo movimento de interesse passou pela investigação e tradução do que Santos (2010) designa por *sociologia das ausências*, que tem por finalidade detectar ausências e presenças ofuscadas pelo saber hegemônico ocidental, baseado na razão instrumental para culminar em uma *sociologia das emergências*. A intenção é o não desperdício das experiências para que seja possível compor a *ecologia dos saberes*. A partir deste enfoque teórico, busquei identificar as ausências na construção da PNRS e procurar contrapontos através do diálogo com a Cooperativa dos Recicladores de Dois Irmãos, assim como observar no processo de diálogo se havia indícios da existência e características de ausências.

Estes movimentos levaram a definição das seguintes questões de pesquisa: De que forma a experiência de trabalho e educação da Cooperativa dos Recicladores de Dois Irmãos pode contribuir e dialogar com a implementação e com a construção da dimensão educativa da PNRS? Quais conceitos e possibilidades emergem de tal experiência?

2.3 OBJETIVOS

2.3.1 Objetivo Geral

Identificar e discutir possibilidades e potencialidades nos âmbitos educativos de formação para o trabalho e da constituição das dimensões política, crítica e da legitimidade da profissão de catador a partir das experiências da Cooperativa dos Recicladores de Dois (CRDI), através do diálogo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e da potencialidade deste diálogo para ajudar a construir a dimensão educativa desta política.

2.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Conhecer de modo mais aprofundado a experiência de trabalho e educação da CRDI;
- b) Verificar, no âmbito das políticas públicas do município de Dois Irmãos, a existência de ações destinadas ao trabalho e trabalhadores da CRDI, assim como para a educação ambiental da população;

- c) Investigar como a CRDI entende a PNRS e o Programa Pró-Catador;
- d) Analisar a dimensão educativa da PNRS e de que forma a CRDI a percebe na construção dessa política.

2.4 CAMPO DE ESTUDO

O *lócus* empírico da pesquisa foi a Cooperativa dos Recicladores de Dois Irmãos (CRDI), que está localizada no município de Dois Irmãos – RS.

A CRDI é considerada como referência no comprometimento com a qualidade da separação – justificada tanto por oferecer maiores rendimentos, assim como pela necessidade ambiental da redução de emissão de resíduos no meio ambiente – e tem seu trabalho reconhecido nacionalmente, principalmente dentro do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCM). Através do trabalho realizado em parceria com a prefeitura local, a CRDI é responsável pela operação de todo o sistema de recolhimento de resíduos sólidos urbanos do município de Dois Irmãos – o qual, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem a população estimada de 30.175 habitantes em 2015³.

Atualmente a CRDI declara que recicla 27% dos resíduos sólidos recolhidos no município, onde é oferecido o serviço de coleta seletiva em 100% das residências urbanas.

2.4.1 *Contexto histórico, político e social da criação e desenvolvimento da Associação dos Recicladores de Dois Irmãos*

A proposta da associação de reciclagem foi sendo estruturada a partir de um problema ambiental enfrentado pela comunidade de Dois Irmãos e pelo município vizinho – Sapiranga/RS: os resíduos coletados em Dois Irmãos, sólidos e orgânicos, sem separação prévia, eram encaminhados para a estrada de Picada Verão, situada próxima à divisa de Sapiranga. Quando os mesmos não eram encaminhados para

³ Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS.

este local, a prática era a queima dos resíduos a céu aberto ou o descarte no arroio local, o que culminou na contaminação do local.

Segundo a obra publicada em 2005 “Vivendo e reciclando: a Associação dos Recicladores de Dois Irmãos ajudando a preservar a natureza”, livro escrito pelo professor pesquisador Telmo Adams sobre a CRDI, tais procedimentos estiveram vigorando entre as décadas de 70 e 80, até o início da década de 90 – quando, pressionada pela Fundação Estadual de Planejamento Regional (METROPLAN), a prefeitura iniciou medidas no sentido sanar o problema. Uma dessas medidas foi a de promover nas escolas a aprendizagem sobre separação de resíduos sólidos.

No entanto, os materiais reciclados nas escolas começaram a se acumular sem que houvesse um local para ser encaminhado e acabaram sendo doados para a central de Reciclagem de Novo Hamburgo. A medida seguinte foi chamar um grupo que já atuava na área ambiental para discutir as possibilidades de implantação de um centro de triagem de resíduos sólidos e de coleta seletiva municipal. Assim, entrosando a dimensão educativa à questão de saneamento básico e da Educação Ambiental, no ano de 1994, com toda a comunidade envolvida, foi inaugurada a CRDI.

Adams (2005) indica que esse foi o início de uma grande parceria entre poder público, sociedade e trabalhadores que atuam na reciclagem. A constituição dessas relações vem se caracterizando pelo respeito e pela valorização do trabalho dos catadores. Cumpre mencionar que os bons resultados que a CRDI vem logrando se devem em grande parte ao trabalho intensivo de Educação Ambiental que vem sendo desenvolvida sistematicamente pelas escolas, inclusive pelos próprios associados, que se deslocam às mesmas para orientar os alunos. Pessoas do grupo de associados, da mesma forma, fazem visitas às famílias do município na intenção de promover a conscientização ambiental. Esta conscientização tem se explicitado na quantidade e na qualidade do material que é enviado para a CRDI.

Entretanto, conforme relata Adams (2005), para que fosse possível que os associados desenvolvessem a reflexão sobre os sentidos do seu trabalho, houve e ainda há muitas reuniões que buscam “irradiar o espírito coletivo” (p. 25) – as quais em alguns momentos contaram com o apoio reflexivo do professor Nilton Bueno Fischer. Neste caminho foi se estruturando a compreensão e a legitimidade ante a

atividade de triar resíduos sólidos. O trabalho foi sendo significado pelos associados, que expressam orgulho pelo seu fazer, o qual tem lhes possibilitado uma vida digna.

Outro diferencial da CRDI é que há o beneficiamento de alguns materiais como o plástico e as embalagens laminadas, sendo estas últimas desprezadas no Galpão de Reciclagem Rubem Berta, Centro de Triagem da Vila Pinto e Centro de Triagem da Vila Chocolateira⁴

Tal inovação se deve à parceria, no âmbito do repasse de tecnologia, entre a CRDI e a BRASKEM⁵, empresa de capital aberto que é a maior produtora de polietileno do Brasil. No ano de 2013, a empresa possibilitou a implantação de um moinho e de um sistema de moagem e secagem em uma linha de limpeza e beneficiamento de plásticos flexíveis e rígidos na CRDI. Essa mudança permitiu o aumento no volume de material reciclado e o melhor processamento do plástico pós-consumo. Com isso, o produto começou a ser entregue 100% seco, possibilitando um preço de comercialização maior e, por conseguinte, uma renda maior aos trabalhadores.

É salientado na obra de Adams (2005) que para o bom desempenho da associação foi fundamental o acesso à informação sobre o trabalho no que tange ao reconhecimento dos diferentes materiais, às inovações tecnológicas e ao bom relacionamento com: a prefeitura – que a reconhece e a apoia –; os compradores, que elogiam a qualidade do material da CRDI; e organizações não governamentais. Na dimensão mais ampla de debate com a comunidade é destacada a sua inserção no Fórum Estadual Lixo e Cidadania, bem como o Fórum Municipal Lixo e Cidadania. Também é qualificado como importante: o apoio de empresas que desenvolvem seus projetos de responsabilidade fiscal na CRDI, as relações próximas mantidas com outras associações de reciclagem e o fomento de pesquisas desenvolvidas pelas universidades UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), UNISINOS (Universidade do Vale do Rio dos Sinos) e Federação de Estabelecimento de Ensino Superior Novo Hamburgo (atual Centro Universitário FEEVALE).

⁴ Associações pesquisadas durante a realização da pesquisa que originou o trabalho de conclusão do curso de graduação em Pedagogia.

⁵Dados retirados do site da BRASKEM, acesso em 10 de fevereiro de 2015.

<http://www.braskem.com.br/site.aspx/Braskem-News-Detalhe?codNews=ghi4F+mz9jU=>

2.5 METODOLOGIA DE PESQUISA

2.5.1 *A Sociologia Das Ausências, Das Emergências e o Trabalho De Tradução Como Metodologia De Pesquisa*

O traçado metodológico delineado para esta pesquisa assenta seu eixo na perspectiva das *sociologias das ausências e das emergências*, proposta por Santos (2010), pois a dimensão da construção epistemológica que as inspira se mostrou coerente com a elaboração teórica e prática da PNRS.

Conforme Boaventura de Souza Santos (2010) as sociologias das ausências e das emergências são procedimentos teórico-metodológicos que propõem o desenvolvimento das possibilidades através da proliferação das experiências não hegemônicas, as quais se pretende que tornem-se críveis. Tais procedimentos são propostos como alternativa à totalidade hegemônica que desperdiça experiências, a partir da contração do presente em função da ascensão arbitrária e colonizante da razão metonímica, e da expansão do futuro que é linearmente formatado pela razão proléptica como consequência. Desse modo:

[...] ao dilatarem o presente e contraírem o futuro, a sociologia das ausências e a sociologia das emergências, cada uma à sua maneira, contribuem para desacelerar o presente, dando-lhe um conteúdo mais denso e substantivo do que o instante fugaz entre o passado e o futuro a que a razão proléptica o condenou (SANTOS, 2010, p. 120).

Para Santos (2010) a sociologia das ausências é concebida a partir de dois questionamentos: o primeiro diz respeito às razões pelas quais a racionalidade ocidental cartesiana, sendo uma concepção tão excludente de totalidade, obteve tão grande prevalência nos últimos duzentos anos; e o segundo requer a identificação dos modos de resistência alternativos à tal racionalidade, superando assim a concepção de totalidade em que a razão metonímica se fundamenta. Para tanto, há a demanda da proliferação das totalidades por via de dois procedimentos estruturantes da sociologia das ausências:

O primeiro consiste na proliferação das totalidades. Não se trata de ampliar a totalidade proposta pela razão metonímica, mas de fazê-la coexistir com outras totalidades. O segundo consiste em mostrar que qualquer totalidade é feita de heterogeneidade e que as partes que a compõem têm uma vida própria fora dela (SANTOS, 2010, p.101).

A proliferação de totalidades é inerente à proliferação das experiências, e tal estratégia encaminha a sociologia das emergências. Essa, por seu tempo, surge da crítica da razão proléptica, na qual o futuro advém da formulação linear e determinista da história e, portanto, impõe limites às experiências. Ou seja, a linearidade do tempo engendra sentido e direção próprios, o que é sustentado pela ideia de que a melhora das condições de vida viria no futuro. A proposição da sociologia das emergências é:

[...] a investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas. Enquanto a sociologia das ausências amplia o presente, juntando ao real existente o que dele foi subtraído pela razão metonímica, a sociologia das emergências amplia o presente, juntando ao real amplo as possibilidades e expectativas futuras que ele comporta [...] (SANTOS, 2010, p.118).

A intencionalidade da sociologia das emergências consiste na ampliação simbólica e factual de saberes, práticas e agentes destas práticas, de modo a identificar tendências futuras que restituam a esperança às possibilidades de futuro. Nesse sentido, cumpre ressaltar que a PNRS, no que tange à compreensão sistêmica que atribui à gestão ambiental dos resíduos sólidos e ao público reconhecimento do trabalho e do papel ambiental desempenhado pelos catadores, possibilita a emergência de lugares de ausência.

Todavia, a PNRS é ainda um horizonte em estruturação, que vem sendo composto por inúmeras experiências de trabalho coletivo, os quais expressam características do seu meandro social. A proposição desta investigação tem seu objetivo mais insigne comprometido com a composição desse horizonte partindo da compreensão das dimensões educativas, políticas e de trabalho associado, coletivo, constantes na CRDI.

Para tornar tal propósito efetivo, o trabalho de tradução constitui-se em via de acesso e, posteriormente, de disseminação das experiências investigadas:

A tradução é o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências. Trata-se de um procedimento que não atribui a nenhum conjunto de experiências nem o estatuto de totalidade exclusiva nem o estatuto de parte homogênea. As experiências do mundo são vistas em momentos diferentes do trabalho de tradução como totalidades ou partes e como realidades que se não esgotam nessas totalidades ou partes. (SANTOS, 2010 p.124).

A carência de experiências gerada pelos processos das sociologias das ausências e das emergências são motivadoras do trabalho de tradução, pois este é um movimento investigativo contra-hegemônico, gerado a partir do inconformismo ante as razões metonímica e proléptica. Pretende, por conseguinte, a inteligibilidade, a credibilidade, a coerência e a articulação das experiências de resistência. Desse modo, tal procedimento não se caracteriza somente como técnico, mas como intelectual e político. O trabalho de tradução é um trabalho que se desenvolve como descritivo e argumentativo, o qual adquire legitimidade, conforme Santos (2010, p. 42), “na emoção cosmopolita de partilhar o mundo com quem não partilha o nosso saber ou a nossa experiência”.

Tais procedimentos teórico-metodológicos possibilitaram elementos interessantes para a discussão sobre as possibilidades que se abrem com a implementação da PNRS. O enfoque sobre as possibilidades dessa política alarga a importância de se compreender a experiência da CRDI, na emergência de uma ecologia de saberes para a estruturação da PNRS.

2.6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Antes de apontar os procedimentos teórico-metodológicos que possibilitaram este estudo, sinto ser necessário retomar a minha trajetória – os caminhos anteriores a este estudo específico, para que o leitor entenda esta etapa de vivência e de pesquisa. Portanto, reitero que essa pesquisa integra o conjunto de estudos que venho desenvolvendo desde o ano de 2010, o qual possui como objetivo maior entender como se dá o trabalho e a educação no universo da área produtiva dos resíduos sólidos. Para tanto, embrenhei-me no contexto da reciclagem,

acompanhando e trabalhando por dois anos, semanalmente, em um galpão de reciclagem na cidade de Porto Alegre.

Esse primeiro movimento de pesquisa obteve contornos antropológicos, dado o tempo e o meu envolvimento com o grupo pesquisado. Posso afirmar que minhas bases conceituais sobre a questão do trabalho e educação e reciclagem são oriundas deste convívio assíduo e afetivo, o qual ainda existe – não semanalmente ou por razão de estudo, mas pela convergência da luta e pela constituição de laços profundos de amizade e reciprocidades. Nessa fase de estruturação do meu conhecimento neste âmbito e em conjunto com o grupo da CRDI não houve tempo para a presença assídua ou um trabalho em conjunto com o grupo, conhecendo cada membro de modo mais aprofundado. Contudo, o encantamento não foi menor, nem as descobertas foram menos valiosas, pois a experiência da CRDI é densa de significados e de histórias.

Acredito que fiz boas escolhas quanto ao aporte teórico e quanto aos métodos e técnicas utilizadas para a produção de elementos para o estudo. Os resultados aqui apresentados são oriundos de uma pesquisa desenvolvida com critérios qualitativos. Para Minayo (2001):

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação. A pesquisa qualitativa é criticada por seu empirismo, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador (MINAYO, 2001, p. 14).

Lima (2004) aponta cinco pontos principais no que concerne a pesquisa qualitativa: (i) a importância da singularidade que assume a investigação dos fenômenos sociais contribui no resgate da ideia do homem ser reconhecido como sujeito singular universal no processo de investigação; (ii) “valoriza a ideia de intensidade em detrimento da ideia de quantidade;” (p. 30); (iii) a credibilidade dos resultados obtidos é reflexo das multiperspectivas que resultam de diferentes fontes de consulta que são exploradas por esse método, pressupondo um olhar aprofundado e prolongado da realidade investigada; (iv) o tempo envolvido no processo de investigação, bem como a intensidade dos contatos que são

estabelecidos entre o pesquisador e os investigados reduzem significativamente a fabricação de comportamentos “maquiados”, convenientes e de “fachada”; (v) da mesma forma a multiplicidade de fontes de evidência são fatores que dificultam a manutenção de pré-conceitos pelo pesquisador, frente aos objetivos do processo de investigação.

Ponderando que a pesquisa se fundamenta com foco no horizonte de contribuir com a constituição de uma ecologia de saberes na área da reciclagem e se tratando, deste modo, da observação e do estudo de uma experiência única, os resultados não poderiam ser obtidos de modo quantitativo. Considero que as especificidades da área produtiva e de seus trabalhadores puderam ser percebidos e relacionados de forma consistente, criteriosa e fidedigna.

Os procedimentos metodológicos deste trabalho foram construídos através da combinação de diferentes instrumentos:

- a) Pesquisas bibliográficas sobre as questões que instigam a pesquisa;
- b) O acompanhamento de quatro turnos de trabalho *in loco* na CRDI, além da visita inicial;
- c) A constituição do diário de campo;
- d) Entrevistas semi-estruturadas com gestores da CRDI;
- e) A análise dos documentos publicados relacionados à experiência de trabalho na CRDI.

Na perspectiva da sociologia das ausências e emergências as estratégias de pesquisa necessitam ser abrangentes, para compreender e integrar as diferentes ações com a intenção de possibilitar o trabalho de tradução. Para que esta integração se realize, Santos (2003) coloca que o conhecimento se constituirá através de uma metodologia plural, que tenha convergência com o contexto da pesquisa e que seja alcançada por meio da transgressão. Esta pluralidade traria, segundo o autor, uma personalização à pesquisa.

Neste sentido, o método de investigação de estudo de caso utilizado neste trabalho, de acordo com Lima (2004, p. 31) “corresponde a uma das formas de realizar uma pesquisa de caráter qualitativo sobre um fenômeno em curso e em seu contexto real.” E, conforme Goldenberg (1999, p. 35) ao contrário dos métodos de abordagem quantitativa que privilegiam análises estatísticas sobre resultados de diversos fenômenos, este permite “[...] uma imersão integral, profunda e minuciosa

do pesquisador sobre a realidade social investigada.” A pluralidade descrita por Santos (2003) dialoga, no que tange ao estudo de caso, com o que Yin (2005) coloca:

O estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência (YIN, 2005, p.32).

Esta pesquisa se desenvolveu junto a Cooperativa de Recicladores de Dois Irmãos (CRDI) do município de Dois Irmãos - RS, tendo como população um gestor e dois cooperativados, definido por conveniência em termos de facilidade para a realização da pesquisa.

Conforme descrevem Lakatos; Marconi (2001, p.223),

[...] A delimitação do universo consiste em explicitar que pessoas ou coisas, fenômenos etc. serão pesquisados, enumerando suas características comuns, como, por exemplo, sexo, faixa etária, organização a que pertencem, comunidade onde vivem etc.

Para Barbetta (2005, p. 13), “chamamos de população o conjunto de elementos que formam o universo de nosso estudo e que são passíveis de serem observados”.

Realizei cinco visitas à CRDI e acompanhei quatro turnos de trabalho na cooperativa. As observações em campo ultrapassam a mera constatação de fatos. Assim, desenvolvi um procedimento construído a partir da produção de dados seguida de sua análise e interpretação. De acordo com Gil (1999, p. 111) no estudo de caso o pesquisador atua como mais do que um simples espectador, o que “lhe confere a sistematização e o controle requeridos dos procedimentos científicos.”.

Os instrumentos para a concretização da pesquisa foram o diário de campo, a observação direta e a entrevista semiestruturada através de um roteiro previamente definido.

O motivo que justifica a preocupação em padronizar as perguntas propostas é obter da totalidade dos contatos respostas derivadas da mesma pergunta, permitindo, assim, que ‘todas elas sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas e que as diferenças devem refletir

diferenças [de pontos de vista] entre os respondentes e não diferenças nas perguntas' (LIMA, 2004, p. 92).

Ainda para Lima (2004, p. 98) o elevado nível de credibilidade é atingido não “em função da quantidade de entrevistas ou observações realizadas, mas em função do nível de amplitude e aprofundamento atingido ao longo do processo de coleta de materiais.” Nesse caso “pressupõe que o pesquisador examine a realidade investigada, explorando os recursos do sentido (visão, audição, olfato, tato e paladar) [...].

O diário de campo foi estabelecido com a função de reter observações e sensações *in loco*, para eu que pudesse posteriormente desenvolver muitas das reflexões constantes no arcabouço de resultados desta pesquisa. Neste sentido, segundo Hess (1996), o diário de campo possibilita a autoleitura das ideias obtidas na pesquisa de campo de modo a viabilizar a ordenação de tais reflexões. Assim, para o autor, o diário de campo deve integrar os instrumentos de qualquer pesquisa, pois permite captar as informações no instante momento. Minayo (2013) orienta que a construção do diário contenha informações extra-fonte de pesquisa, ou seja, tudo aquilo que não está nas fontes oficiais. A intenção é captar sensibilidades e concretudes que, muitas vezes, só se acessa no desenrolar da vivência na pesquisa.

Dando segmento à organização metodológica desta pesquisa, foram constituídas categorias tanto para a observação e produção de dados em campo quanto para sua posterior análise. Segundo Mynaio (2013, p.178) “categorias são conceitos classificatórios e constituem-se como termos carregados de significação, por meio dos quais a realidade é repensada de forma hierarquizada”. Neste sentido constituí quatro categorias chamadas por Minayo (2013, p.179) de *categorias operacionais*, as quais, segundo a autora, “são construídas com a finalidade de aproximação ao objeto de pesquisa (na sua fase empírica), devendo ser apropriadas ou construídas com a finalidade de permitir a observação e o trabalho de campo”. São elas: educação e trabalho, políticas públicas e educação ambiental no Município de Dois Irmãos/RS, a PNRS e seus programas e a dimensão educativa da PNRS.

Após a constituição das categorias classificatórias pude passar à construção do roteiro das entrevistas. Para Minayo (2013), a entrevista é compreendida como

uma forma de interação social, que parte do diálogo entre dois ou vários interlocutores. Ela se realiza por iniciativa do entrevistador, que tem o objetivo de construir informações pertinentes para o objeto de pesquisa, assim como o de abordar temas igualmente pertinentes, com vistas aos objetivos propostos para a investigação.

Deste modo, é um momento privilegiado de produção de dados, ampliação do conhecimento sobre o objeto pesquisado partindo da compreensão e atenção ao entendimento do que o outro tem a dizer.

Nesta pesquisa construí dois roteiros, um para gestores da CRDI e outro para cooperativados. Resultaram em uma entrevista com um gestor e dois cooperativados, que foram gravadas com a autorização dos mesmos e, após, transcritas. Além da entrevista com o gestor também houve em uma visita guiada pela cooperativa que foi, do mesmo modo, gravada com o consentimento do entrevistado. O termo livre e esclarecido se encontra no apêndice A, o roteiro de entrevista para gestor no apêndice B e o roteiro para entrevista com cooperativado no apêndice C.

Assim, a intencionalidade estruturante das ferramentas de produção de dados foi elaborada visando à compreensão dos sentidos da experiência da CRDI.

3. POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

3.1. Contexto histórico da implementação da Política Nacional De Resíduos Sólidos

Quando tratamos de assuntos relativos à preservação e manutenção do meio ambiente inevitavelmente a questão dos resíduos sólidos está inserida. Neste sentido, é importante levar em consideração que o advento da tecnologia, o crescimento populacional, o aumento da perspectiva de vida e a produção e o consumo de bens cada vez menos duráveis incorrem na produção de maiores quantidades de resíduos sólidos, cujo descarte não é devidamente realizado.

Conforme Nóbrega et al (1992), a destinação final dos resíduos sólidos é um sério problema, pois envolve questões técnicas e econômicas, cuja solução é de grande interesse para a saúde pública e para a preservação dos recursos naturais. O descaso com tais questões ocasiona graves prejuízos de ordem ambiental, social, econômica e impõe a necessidade de implementação de políticas públicas que venham a minimizar os problemas causados pela conduta irregular de descarte desses resíduos.

As primeiras discussões que buscaram abordar em âmbito mundial questões sobre o meio-ambiente se deram na década de 1970, a partir da evidência da finitude das fontes naturais e das implicações da poluição no ar, nas águas e na terra provocadas pelo processo intenso de industrialização. Em 1972 foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, na Suécia, idealizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que convocou os países – organismos das Nações Unidas e organizações internacionais – a buscarem de soluções para os problemas ambientais. Após uma avaliação dos 10 anos de vigência das ações propostas na Conferência de Estocolmo, a ONU criou em 1983 a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – que existiu até 1986. Como fruto dos debates promovidos pela Comissão entre líderes de governo e membros da sociedade civil, foi publicado em 1987 o *Relatório Nosso Futuro Comum*, (também conhecido como Relatório Brundtland). Neste documento foi definido pela primeira vez o conceito de *desenvolvimento sustentável*, que

defendia que o crescimento econômico deveria considerar as questões ambientais e sociais.

No avanço desses debates, em 1992 foi realizada a Conferência Eco-92 (Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e o Desenvolvimento), na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Um dos processos gerados na ocasião foi a Agenda 21, um projeto que buscava comprometer os países com os problemas socioambientais, partindo das problemáticas particulares ou regionais em direção às questões globais, a partir da construção de agendas documentadas pelos governos nas dimensões nacionais, regionais e locais. Conforme a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CDPS), a Agenda 21 brasileira se anunciou como um instrumento para definir e implementar políticas públicas, com base em um planejamento participativo voltado para as prioridades do desenvolvimento sustentável (CPDS, 2002). Desta forma foram desenvolvidas as primeiras ações governamentais que trataram de questões relativas ao tratamento adequado aos resíduos sólidos urbanos.

Das políticas desenvolvidas neste sentido, destaca-se a criação das diretrizes nacionais para o saneamento básico e a Política Federal de Saneamento Básico, a partir da Lei ^o 11.445/07. Nela estava determinada como uma das suas competências, a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos, compreendidos no conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário de varrição e limpeza de logradouros e vias públicas.

Em 2010, a partir de demandas sociais e ambientais, finalmente promulga-se a Lei 12.305 – depois de mais de 10 anos tramitando no Congresso Nacional – que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Tratou-se de um grande marco para políticas públicas relativas à reciclagem. Esta política traz diretrizes, metas e objetivos quanto ao gerenciamento dos resíduos sólidos e inova ao trazer também o conceito de responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, assim como os sistemas de logística reversa. Estabelece, para sua real implementação, a participação dos governos Federal, Estadual e Municipal. Sua maior contribuição vem no sentido de reconhecer o resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania (SILVA, GOES e ALVAREZ, 2013).

Deste modo, a PNRS emergiu quando a sociedade começou a refletir e reagir diante de tais questões. Por esta razão o ano de 2014 era esperado como um marco histórico para a sociedade brasileira, pois seria o ano da total implementação da PNRS. A determinação disposta no art. 54 da PNRS estipulou o prazo máximo de 4 (quatro) anos, a contar da publicação da lei, para estados e municípios elaborarem seus planos de Resíduos Sólidos e organizarem a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Consta, no texto original da PNRS, agosto do ano de 2014 como o período para a sua total implementação. No entanto, esta data foi alvo de interpelação, com o objetivo de ampliação deste prazo em função de uma quantidade expressiva de municípios brasileiros não ter havido conseguido entrar em consonância com a lei no período estipulado. A medida provisória confere prazos diferenciados aos municípios de acordo com seu número de habitantes e regiões. Deste modo, as capitais e municípios da região metropolitana terão até 31 de julho de 2018 para acabar com os lixões. Os municípios de fronteira e os que contam com mais de 100 mil habitantes, com base no Censo de 2010, terão um ano a mais para implementar os aterros sanitários. As cidades que têm entre 50 e 100 mil habitantes terão prazo até 31 de julho de 2020. Já o prazo para os municípios com menos de 50 mil habitantes será até 31 de julho de 2021.

Todavia, apesar da meta inicial não ter sido alcançada e no ano presente de 2015 ainda poucos municípios brasileiros terem apresentado seus planos, a PNRS redimensionou o trabalho dos catadores de materiais recicláveis, o qual se constitui em elemento essencial para a efetividade da lei, considerando os dados dos Comunicados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) nº 145 (IPEA, 2012, p. 10) que declarou que em 2012 eles constituíam a base da cadeia produtiva da reciclagem e estimou que 90% de todo o material reciclado no Brasil era recuperado dos resíduos pelas mãos destes agentes. Ainda segundo o IPEA, neste mesmo ano, exerciam suas funções laborais nesse segmento profissional mais de seiscentos mil trabalhadores.

Contudo, apesar do grande contingente de trabalhadores, ainda se trata de uma área produtiva extremamente frágil em função da má remuneração, das péssimas condições de trabalho, da baixa escolaridade e da pouca ou nenhuma

capacitação para o trabalho – dificuldades que vêm a ocasionar a baixa eficiência no trabalho da reciclagem de resíduos sólidos⁶ e a desvalorização desses profissionais.

De acordo com os indicadores de desenvolvimento sustentável publicados pelo IBGE em 2012, a partir das observações verificadas nos dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - PNSB 1989, 2000 e 2008, “há um crescimento substancial da quantidade de lixo que recebe destinação final adequada” alcançado, em 2008, 66,4% do lixo coletado – que cresceu mais de 50% desde 1989.

A coleta seletiva de lixo e a reciclagem estão associadas e contribuem para o aumento da fração do lixo coletado que é adequadamente disposto. De fato, a coleta seletiva, a reciclagem e a compostagem do lixo orgânico (restos de alimentos), ao reduzirem o volume de resíduos a serem dispostos, contribuem de forma significativa para o equacionamento da questão da destinação final do lixo no Brasil, devendo ser fortemente incentivadas. (IBGE, P. 129, 2012.)

Apesar da afirmação da importância do trabalho realizado pelos trabalhadores da coleta e reciclagem de lixo, segundo Silva, Goes e Alvarez (2013), a situação de trabalho do catador no Brasil é paradoxal: apesar de prestar um verdadeiro serviço de utilidade pública, é marginalizado pela sociedade devido ao material de seu trabalho. Muitas vezes o ofício dos catadores é visto como um problema (devido ao acúmulo de lixo, mau cheiro, infestações) não se fazendo a devida relação da responsabilidade social pela excessiva produção de lixo e/ou pelo seu apropriado descarte.

Dentro da cadeia produtiva da reciclagem, o elo economicamente mais frágil encontra-se na figura do catador que, por trabalhar na maioria das vezes sozinho e na informalidade, fica exposto à insalubridade e à má remuneração. São geralmente pessoas em vulnerabilidade social, tendo a coleta de material reciclável como a única alternativa de trabalho para sobrevivência. A falta de relações formais de trabalho torna-se preocupante dadas as condições de risco para a saúde destes trabalhadores. Conforme o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a atividade é classificada como insalubre em grau máximo. Além disso, ao trabalhar sozinho, o catador também fica vulnerável a intermediações comerciais que impõem o valor e as condições do material recolhido para reciclagem. Segundo estimativas do IPEA

⁶ Dados extraídos dos Comunicados do IPEA, 2012.

em 2010, apenas 10% dos catadores trabalhavam em associações e cooperativas (SILVA, GOES e ALVAREZ, 2013).

Neste sentido, a Lei Nº 12.305/2010 também traz como instrumento da PNRS o incentivo à criação e desenvolvimento de cooperativas e associações, haja vista a necessidade de fortalecer as relações de trabalho dos catadores, favorecendo uma organização econômica e a consequente valorização de seu trabalho.

A organização dos catadores também é importante na medida em que lhes propicia maior capacidade de mobilização para negociarem com o poder público e com outros setores da sociedade, na busca de parcerias e políticas governamentais para sua maior valorização enquanto categoria profissional e sujeitos detentores de direitos. (SILVA, GOES e ALVAREZ, 2013, p. 19).

É importante ressaltar que o trabalho em cooperativas e associações é uma bandeira de luta trabalhista reconhecida mundialmente como forma de empoderamento dos trabalhadores envolvidos; e trata-se de uma forma de Economia Solidária - ES. O trabalho de organização em redes também favorece o aprendizado através da troca com base em ações coletivas, além de favorecer os aspectos econômicos da organização.

Os movimentos sociais nesse âmbito surgem quando, além de estar em pauta a questão ambiental, o Brasil passa por um grande processo de democratização, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, sendo possível a abertura para a participação popular e a gestão participativa.

Nesse contexto, temos o surgimento da primeira cooperativa brasileira de catadores, em 1989, denominada Cooperativa dos Catadores de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare), em São Paulo. A cooperativa nasceu a partir de projetos sociais e de interesse da prefeitura municipal, sua grande inovação é no sentido de gestão compartilhada dos resíduos sólidos. A partir desse primeiro movimento, outros foram surgindo em âmbito nacional, apesar das grandes dificuldades de implementação desse tipo de empreendimento.

Ainda dentro deste contexto histórico, é lançado o Fórum Nacional Lixo e Cidadania pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em 1998, tratando do assunto do lixo e reciclagem, assim como dos catadores; mas sua principal proposta seria o desafio da erradicação do trabalho infantil com o lixo.

Após, houve o Congresso Nacional dos Catadores de Papel em Belo Horizonte, em 1999. Debateu-se a ideia de criação de um movimento nacional de catadores – e, como resultado, foi criado oficialmente, em junho de 2001, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

O MNCR traz como princípios a participação popular e ativa dos catadores, a autogestão, a independência de classe (ao não ser vinculada a partido político, governo ou empresário), a solidariedade de classe (ao apoiar outros movimentos sociais de minorias oprimidas) e a democracia. Seus objetivos são a valorização da categoria, a articulação de conhecimentos e a busca por políticas públicas. Dentre as pautas presentes, ressaltam-se a luta contra a privatização dos serviços públicos como os de limpeza urbana e alguns tópicos técnicos a respeito de descarte e reciclagem de resíduos sólidos, como a desaprovação quanto à incineração do lixo. A incineração de lixo é questionável por diversos motivos, entre eles por se tratar de uma técnica relativamente cara e poluente e que impossibilita a reciclagem do material reciclável.

Como podemos perceber, a questão da reciclagem perpassa diferentes questões sociais, ambientais e econômicas. A necessidade de maiores investimentos em pesquisas na área é crucial para a efetiva implementação da PNRS, assim como um maior comprometimento do poder público.

3.2. Chaves de análise da política de resíduos sólidos no Brasil

O processo histórico de estratificação social continua a produzir seres humanos invisíveis e dispensáveis ao sistema capitalista. Entretanto, frente a este quadro os catadores se organizam socialmente para exigir do poder público seus direitos e o reconhecimento de seu trabalho, o qual já não pode mais ser considerado um trabalho de menor importância dada a atual situação ambiental. A luta desses trabalhadores já logrou muitas conquistas, mas está longe de esgotar-se.

A PNRS é uma dessas conquistas últimas, não só dos catadores, mas de nossa sociedade. Esta possui um significado profundo, pois indica um aumento da sensibilização da sociedade brasileira para com as questões ambientais. Assim, a PNRS se pronuncia como uma resposta afirmativa e reflexiva diante das demandas

sociais e ambientais já destacadas. Por conseguinte, a PNRS pode também ser entendida como um compromisso dos poderes públicos com a situação do meio ambiente e, por consequência, para com as diversas formas de vida – inclusive a humana.

Assim, na política há direcionamentos reflexivos no sentido da ampliação de noções de cidadania e participação política. Tais direcionamentos estão expressos na PNRS em seus princípios (Título II, Capítulo II, art. 6º, Inc. I a XI):

Art. 6º São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

I - a prevenção e a precaução;

II - o poluidor-pagador e o protetor-recebedor;

III - a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;

IV - o desenvolvimento sustentável;

V - a ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta;

VI - a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;

VII - a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

VIII - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;

IX - o respeito às diversidades locais e regionais;

X - o direito da sociedade à informação e ao controle social;

XI - a razoabilidade e a proporcionalidade.

Para fins desta pesquisa destaca-se: a prevenção e a precaução, visão sistêmica na gestão dos resíduos sólidos a qual considera as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública; o desenvolvimento sustentável; a ecoeficiência⁷; a cooperação entre diferentes esferas do governo; a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; a valoração do resíduo sólido no sentido de que seja reconhecido como bem econômico e de valor social, o qual gera trabalho e cidadania.

O que se pode perceber é que no texto oficial da PNRS os princípios são questões que pairam sobre nossa sociedade sem efeito aparente, mas que permeiam de modo profundo sua dimensão cultural. Daí se depreende a

⁷ Ecoeficiência é a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta;

complexidade e amplitude da lei. De imediato é perceptível que, em se tratando dos objetivos traçados na perspectiva de efetivação da lei, a sociedade precisará repensar seus hábitos e lógicas. Assim, observado o caráter e a visão sistêmica e integrada que da PNRS requer, as questões de cunho educativo e formativo se instituem como fundamentais nas reflexões, debates e ações.

Os objetivos da Lei emanam, coerentemente, a preocupação com três questões fundamentais: a integração social e produtiva dos Catadores de Materiais Recicláveis, a questão ambiental e, mesmo que não esteja literalmente escrito, o conjunto de objetivos nos remete à Educação, conforme previsto. Os objetivos da PNRS constam no Título I, Capítulo II, art. 7º, Inc. I a XV:

Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

I - proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;

II - não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

III - estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;

IV - adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;

V - redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos;

VI - incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;

VII - gestão integrada de resíduos sólidos;

VIII - articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos;

IX - capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos;

X - regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira, observada a Lei nº 11.445, de 2007;

XI - prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para:

a) produtos reciclados e recicláveis;

b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;

XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XIII - estímulo à implementação da avaliação do ciclo de vida do produto;

XIV - incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético;

XV - estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável.

Assim, é possível verificar que o conjunto de objetivos da PNRS propõe que pensemos caminhos para que a mesma seja efetivada. A gestão integrada de resíduos sólidos somente é possível, conforme prevê a lei, com a articulação das diferentes esferas dos poderes públicos e da sociedade civil. Neste sentido é imprescindível a construção da consciência ambiental de todos os cidadãos. Com efeito, a PNRS demonstra essa compreensão quando indica a Educação Ambiental (EA) e a pesquisa científica e tecnológica como instrumentos em seu o Título II, Capítulo III, art. 8º Inc. VI a VIII.

Art. 8º São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros:

[...]

VI - a cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para o desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;

VII - a pesquisa científica e tecnológica;

VIII - a educação ambiental;

Demonstra, da mesma forma, a compreensão de que tal política é um projeto amplo de reestruturação social de nível cultural que envolve e convoca toda a sociedade para que cada membro cumpra sua parte. Deste modo, urge ressignificar a participação social como a verdadeira força motriz de mudanças.

Neste sentido, destaco a instituição do Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa por meio do Decreto nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010. O referido decreto estabelece normas para execução da PNRS, atribuindo a organicidade para a estruturação e implementação ao Ministério do Meio Ambiente, estando este com a atribuição de coordenar as ações do comitê, do qual são integrantes: Casa Civil da Presidência da República; Ministério das Cidades; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Saúde; Ministério de Minas e Energia; Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Ciência e Tecnologia; e Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. A integração das diferentes esferas governamentais demonstra a concepção sistêmica da PNRS, além do entendimento de que, em função da amplitude dos problemas

que enfrentamos, medidas amplas devem ser tomadas em vários âmbitos governamentais e em demais segmentos.

Assim, dentre as competências do Comitê estão a avaliação e a implementação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, a promoção de estudos que proponham medidas visando à desoneração tributária e à simplificação dos procedimentos relacionados aos produtos recicláveis e reutilizáveis, a formulação de estratégias para a promoção de tecnologias limpas para a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos e o estímulo à integração dos Catadores de Materiais Recicláveis nas ações planejadas. Neste caminho, o título V trata especificamente da participação dos Catadores de Materiais Recicláveis indicando que haja prioritariamente a sua inserção nas atividades relativas aos sistemas de coleta seletiva e logística reversa. À União cabe a criação de programa específico que tenha a finalidade de melhorar as condições de trabalho e de inclusão social de tais trabalhadores.

Pode-se entender que tais medidas propõem efeitos concretos no que concerne à questão sanitária e ambiental, mas produz também efeitos simbólicos de reconhecimento ao trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis. De fato, tanto a PNRS quanto o decreto nº 7.404/2010 enfatizam em seus textos a participação desses grupos de trabalhadores e estimulam a congregação dos mesmos em cooperativas e associações para o trabalho. A PNRS prevê tal participação, a incluindo como princípio, objetivo e instrumento de efetivação da lei. Há, portando, a (re)conceitualização do trabalho de catador e o redimensionamento da importância e demanda deste trabalho para a nossa sociedade, retirando, ao menos em teoria, a atividade da marginalidade a que sempre foi relegada.

Na esteira dessas modificações significativas e nos focando no entendimento deste momento histórico e ambiental, pode ser observado que o trabalho dos catadores parece estar principiando a ser ressignificado, tanto para trabalhadores, como para a população e poder público. Nessa perspectiva a PNRS vem ao encontro de uma série de anseios da categoria. Ressalto que o reconhecimento de que o trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis é imprescindível na nossa sociedade de consumo e descarte é um grande passo na direção da construção da dimensão educativa da PNRS, pois se trata de conseguir ascender aos valores

capitalistas, tais como produzir e consumir desenfreadamente; conforme os ditames do sistema econômico vigente.

Assim, no tocante ao catador, a PNRS dispõe em seu Título II, Capítulo III, art. 8º, Inciso IV, que haja: “IV - o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;” por entendê-las como instrumentos desta política. Para tanto, no plano de metas da PNRS, em seu Título II, Capítulo II, Seção II, art. 15, inciso V, prevê: “V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis”. Neste sentido, no que tange aos planos diretores tanto estaduais quanto municipais, a lei prevê a implantação de programas e ações para a participação dos catadores, bem como para sua capacitação profissional.

Conforme já foi dito, em âmbito nacional as normas para execução da política e sobre a participação dos catadores são estabelecidas com a criação do Decreto 7.404/2010. Este indica novamente priorizar a participação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores. Seu título V, art. 43, compromete a União com a regulamentação de programa específico que vise à inclusão social e produtiva do catador e o art. 44 Inc. II e III estabelece que as políticas voltadas aos catadores deverão observar:

- II- o estímulo à capacitação, à incubação e ao fortalecimento institucional de cooperativas, bem como à pesquisa voltada para sua integração nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- III - a melhoria das condições de trabalho dos catadores.

Daí surge, sob a égide da PNRS, o Programa Pró Catador através do Decreto 7.405/2010, o qual declara ter por finalidade em seu art. 1º:

Art. 1º [...] integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento.

O art. 2º delimita as ações integradas para garantir tal objetivo dentre as quais, para fins deste texto, destaca-se os Inc. I a III:

Art. 2º O Programa Pró-Catador tem por objetivo promover e integrar as seguintes ações voltadas aos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis:

I - capacitação, formação e assessoria técnica;

II - incubação de cooperativas e de empreendimentos sociais solidários que atuem na reciclagem;

III - pesquisas e estudos para subsidiar ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

O Programa Pró Catador vem acompanhado do projeto Cataforte; estes são importantes passos no processo de luta e politização dos catadores de materiais recicláveis, pois, conforme determina a lei, há a emergência dos assuntos relacionados à formação para o trabalho. Esses objetivam promover a melhoria das condições de trabalho, organização coletiva e a qualidade de vida das famílias dos catadores de resíduos sólidos.

O Projeto Cataforte, que foi criado no ano de 2010 pela Fundação Banco do Brasil, tem como meta inserir cooperativas no mercado da reciclagem e a agregação de valor na cadeia de resíduos sólidos, voltando-se para a estruturação de redes de cooperativas e associações para que estas se tornem aptas a prestar serviços de coleta seletivas para os municípios e participar no mercado de logística reversa, bem como realizar a comercialização e o beneficiamento de seus produtos. Segundo Crepaldi (2015), na primeira fase do projeto foram capacitados 10,6 mil catadores de materiais recicláveis em 17 Estados e no Distrito Federal. A segunda fase prioriza ações que visam fortalecer a infraestrutura de logística das associações e cooperativas através de aquisição de veículos capacitação dos trabalhadores e de lideranças. Já na terceira fase, lançada no ano de 2013, a atuação do Cataforte foi ampliada para 21 estados além do Distrito Federal, envolvendo 33 redes. Esse projeto é uma parceria entre a Secretaria-Geral da Presidência da República, Fundação Banco do Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Meio Ambiente, Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Petrobras e Banco do Brasil.

O espaço que ocupa a questão dos catadores na PNRS e nos decretos nos remete à questão desenvolvida por Fraser (2001) sobre as políticas de reconhecimento e redistribuição. Segundo a autora a luta por reconhecimento está diretamente relacionada com a questão da redistribuição. A argumentação se desenvolve a partir da aceção de que na vida política pós-socialista o conceito de classe perde a centralidade e dos movimentos sociais emerge o conceito de grupos

sociais. Assim, diversos grupos sociais com reivindicações relativas à sua situação social de marginalidade e exclusão articulam-se a partir de eixos de diferença que se inter-relacionam para contestar injustiças sociais e demandar por mudanças culturais e econômicas. Todavia, a autora assinala que são crescentes as reivindicações com base em identidades grupais, e que as injustiças sofridas por esses grupos advêm da dimensão cultural, de como a sociedade tradicional e conservadora os conceitua.

Na nossa sociedade as violências e injustiças sociais estão enraizadas nos padrões sociais e são apresentadas e sofridas de forma também simbólica. Partindo desta compreensão podemos observar que determinada cultura partilhada por um grupo de maior poder econômico tende a dominar outros grupos sociais menos privilegiados economicamente. Portanto, partindo da observação das disposições da lei sob o enfoque da redistribuição e do reconhecimento, pode-se dizer que estamos diante de uma política de redistribuição de renda e de reconhecimento do trabalho dos catadores.

A ampliação da importância concedida a tais assuntos pelo poder público pode ser percebida quando este assume o compromisso com o fomento de pesquisas que se desenvolvam com tais objetivos. Todavia se sente a ausência da palavra *educação* na lei. Conforme Fischer, Meyer e Stephanou (2010), o Segundo o Relatório Final do Estudo do Perfil Sócio-Educacional da População de Catadores de Materiais Recicláveis Organizados em Cooperativas, Associações e Grupos de Trabalho, aponta a demanda por políticas educativas:

[...] assinalamos que à elaboração de políticas educativas impõe-se a articulação de medidas em outros campos. As condições materiais (incluindo as insatisfatórias situações de trabalho na reciclagem) e os pertencimentos que vêm passando a transitoriedade para recicladores demandam atenção especial. Trata-se de formular medidas educativas de acompanhamento de ações efetivas que ampliem ganhos e salubridade no trabalho, além de viabilizarem o cuidado dos filhos, ampliando as chances de permanência na reciclagem e a qualidade de vida dessas pessoas. (FISCHER, MEYER, STEPHANOU, 2010, p. 116).

Vale refletir sobre como as possibilidades das instâncias de auto-organização, formação do pensamento crítico e de legitimidade ante a profissão dos grupos são atrofiadas com a negligência do poder público neste campo. Para Arroyo (2010) a “vulnerabilidade social aumenta ao tornar-se o próprio trabalho e sua qualificação

vulneráveis” (p.1400). Ele é veemente em afirmar que há uma estreita relação entre desigualdade social e educação que deve ser retomada, pois “as desigualdades não só continuam, mas se aprofundam e vitimam milhões de famílias e alunos (as) pela miséria, o desemprego, a sobrevivência nos limites, a violência” (p. 1384). O autor ainda alerta que o Estado e suas políticas tendem ao entendimento dos “coletivos feitos desiguais⁸”, como carentes (p.139) e que tal visão incide sobre como o Estado compreende o seu próprio papel: supridor de carências. Com esse objetivo são implementadas:

Políticas de solução de carências para diminuir as desigualdades. Políticas compensatórias, distributivas das competências imprescindíveis para minorar as desiguais condições do viver. Se reduzirmos as desigualdades a carências, caberá ao Estado, a suas políticas e instituições apenas o dever de suprir carências. Um papel menos exigente do que construir uma sociedade igualitária e justa. (ARROYO, 2010, p.1390).

A educação, neste cenário ocupa um lugar de repolitização social, para que a própria sociedade possa resignificar e redefinir o papel do Estado. Para o horizonte dos catadores essa discussão sobre o papel do Estado traz à tona o delineamento dos caminhos futuros das Políticas e do próprio trabalho.

3.2.1 Contexto e organização social na perspectiva da Política Nacional de Resíduos Sólidos

Não é demasiado afirmar que a PNRS possui caráter estrutural, pois demanda a emergência de uma nova cultura social de responsabilidade individual e grupal. Conforme nos comunica um dos princípios que a regem, trata-se de uma lei articulada a partir da visão sistêmica de gestão de resíduos e para tanto implica, convoca e coloca em diálogo toda a sociedade para discutir formas que possam assegurar a não geração, a redução, a reciclagem, o tratamento e a adequada disposição dos rejeitos do nosso consumo. Há também o princípio da responsabilidade compartilhada, o qual prescinde de revisões quanto às posturas e hábitos individuais e grupais para que cada indivíduo possa entender-se como responsável pela manutenção do meio em que vivemos e do qual vivemos.

⁸Conforme define o autor os movimentos sociais dos quais o MNCR fazem parte.

Os princípios expressos na PNRS emergem dos pressupostos da temática socioambiental, a qual envolve as questões que se situam na interface do sistema natureza e sistema sociedade, onde o meio ambiente é o campo privilegiado das inter-relações que são baseadas em reciprocidades. A reciprocidade entre o ambiente e os seres que nele habitam é que o torna nossa vida possível. Entretanto, temos do ambiente exatamente o resultado de nossa atuação sobre ele. Assim, em um momento histórico marcado dentre outros por inovações tecnológicas e pelo consumo, o assunto reciclagem se coloca cada vez mais em voga e menos marginalizado.

Neste contexto, em que a sociedade começa a tomar consciência sobre os problemas ambientais que assombram nosso futuro na Terra, amplia-se a importância do trabalho do catador de resíduos sólidos o qual esteve sempre associado a marginalidade. Assim o MNCR cumpre papel fundamental de articulação e formação política e filosófica destes trabalhadores, por estes advirem das camadas mais castigadas pelo sistema vigente. Vale pensar sobre a seguinte reflexão de Bauman (2005):

A produção de 'refugio humano', ou, mais propriamente, de seres humanos refugados (os 'excessivos' e 'redundantes', ou seja, os que não puderam ou não quiseram ser reconhecidos ou obter permissão para ficar), é um produto inevitável da modernização, e um acompanhante inseparável da modernidade. É um inescapável efeito colateral da construção da ordem (cada ordem define algumas parcelas da população como 'deslocadas', 'inaptas' ou 'indesejáveis') e do progresso econômico [...] (p.12).

O autor relaciona a produção de “refugos humanos” com os efeitos colaterais da modernização e da modernidade, pois “A expansão global da forma de vida moderna liberou e pôs em movimento quantidades enormes e crescentes de seres humanos destituídos de forma e meios de sobrevivência.” (p.14). A alternativa para a sobrevivência de muitos destes seres humanos é a área produtiva a que se dedica este estudo. Assim a modernidade expressa seus problemas e expõe suas mazelas. Santos (2010) media o entendimento dessa situação observando que:

[...] vivemos em sociedades a braços com problemas modernos, precisamente os decorrentes da não realização da realização prática dos valores da liberdade, da igualdade e da solidariedade para os quais não dispomos de soluções modernas (p. 27).

Paralelamente às problemáticas da modernidade, segundo Santos (2003), amplia-se o espaço para a emergência de um novo paradigma, o qual não pode ser apenas científico, como ocorreu no século XVI, mas, sobretudo, social – mais preocupado com a qualidade de vida dos seres humanos. Para este autor estamos vivendo em tempos da transição paradigmática, da ciência moderna para ciência pós-moderna. Este novo paradigma se assenta inicialmente em duas dimensões, uma social e outra epistemológica. Neste sentido, a emergência deste novo paradigma está alicerçado em pressupostos advindos da convergência, na quebra do dualismo entre as ciências sociais e as naturais; todavia, agora orientada pela ascendência das ciências sociais. Este paradigma emergente é apresentado pelo autor como o "Conhecimento prudente para uma vida decente", o qual propõe a superação do saber hegemônico advindo do sistema capitalista pelo saber contra-hegemônico constituído por alternativas viáveis de resistência, solidariedade e participação da coletividade. O horizonte é uma globalização contra-hegemônica composta por experiências e novas possibilidades.

Dentro dessa nova lógica de perspectiva voltada para a vida não há mais espaço para a desvalorização social a que têm sido relegados esses trabalhadores, pois seu fazer integra o conjunto de providências para a manutenção do meio ambiente.

A desvalorização desse trabalho essencial esboça o afastamento ético entre nós, seres da mesma espécie. Assim, remeto-me ao conceito da antro-po-ética de Morin (1999), onde a consciência de cidadania planetária nos propõe uma consciência individual para além da individualidade. A adesão à compreensão desta perspectiva possibilita entender a integração que existe entre cada ser vivo e seu meio e seu pertencimento à rede da vida. Neste sentido, recordo-me das tessituras do cotidiano dos galpões de reciclagem nos quais pesquisei por cerca de três anos e reporto-me a momentos em que, como bem descreve Fischer (2009, p.35) “não encontramos elementos teóricos suficientes para entender”, mas nos quais se pode sentir. Esse sentir diz respeito ao movimento integrador que ocorre em cooperativas e associações de reciclagem, onde sonhos são construídos coletivamente a partir da

possibilidade de existir dignamente, compartilhando e entrelaçando a própria existência com a do outro. Por outro lado, sonhos também são destruídos coletivamente, pois é uma área produtiva em que os trabalhadores estão expostos a inseguranças econômicas e sociais.

Assim, conforme informações retiradas do site do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, o MNCR, é luta após luta: a formação do MNCR em 1999; a inclusão dessa ocupação na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) em 2002; as tantas reivindicações por políticas públicas que contemplem tanto o trabalhador como a visibilidade social acompanhada do desenvolvimento de técnicas e tecnologias para o trabalho por meio de educação, qualificação profissional e seguridade social.

Atualmente, no que tange às políticas públicas, a questão da inclusão dos catadores de materiais recicláveis se constitui em eixo estratégico para o poder público e a sociedade e se materializa no Programa Pró-Catador, Decreto nº 7.405/2010. Sua redação estabelece o objetivo de integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais recicláveis; à melhoria das condições de trabalho por meio de apoio técnico, formação e capacitação; à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica; e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos.

Contextualizada pelas questões aqui rapidamente apresentadas, a pesquisa que desenvolvi buscou contribuir com o que Santos (2003) chama de “conhecimento prudente para uma vida decente”, no caminho de construção e implementação da PNRS e da sua dimensão educativa. O campo de estudo foi a Cooperativa de Recicladores de Dois Irmãos (CRDI), a qual foi escolhida com base na experiência de trabalho e educação exitosa, pois se trata de uma forma de organização para o trabalho muito bem sucedida⁹, que vem contribuindo ativamente com a construção das dimensões ética e ecológica dos moradores da cidade de Dois Irmãos/RS e de outras cidades e associações.

⁹Conforme relata em sua tese de doutorado o pesquisador Telmo Adams (2007), o qual teve como campo de sua pesquisa a CRDI, a Associação tem se destacado pela articulação regional marcando presença atuante nos fóruns de Economia Solidária e das Associações de Vale dos Sinos, Fórum Lixo e Cidadania Estadual, Federação da Associações de Recicladores do Rio Grande do Sul.

3.3. A Razão Cosmopolita: A Sociologia Das Ausências, Das Emergências E O Trabalho De Tradução

A inspiração teórica do estudo, enquanto perspectiva de reflexão temporal, sociológica e epistemológica sobre o momento histórico do qual estamos fazendo parte fundamenta-se nas reflexões de Boaventura de Souza Santos (2003). Para tanto, se impõe a demanda de organizar o pensamento deste autor e o articular à temática da pesquisa.

O pensamento de Santos (2003) se desenvolve na percepção de que estamos vivendo um período de crise e transição paradigmática de um modelo dominante de racionalidade gerado no ocidente, o qual preside à ciência moderna, e que se fundamenta no cartesianismo e, por conseguinte, no positivismo. Segundo o referido autor, “a configuração do paradigma que se anuncia no horizonte só pode obter-se por via especulativa” (p. 36). A perspectiva apresentada dá conta de que esse estaria sob a égide das ciências sociais, deslocando assim a supremacia moderna das ciências naturais:

Eu falarei, por agora, do paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente. Com esta designação quero significar que a natureza da revolução científica que atravessamos é estruturalmente diferente da que ocorreu no século XVI. Sendo uma revolução científica que ocorre numa sociedade ela própria revolucionada pela ciência, o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem de ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente) (SANTOS, 2003, p. 36)

Todavia, o modelo de racionalidade que se encaminha para superação, o qual dá forma à ciência moderna, é substancial para entender o pensamento do autor, pois é a partir deste que se organiza sua reflexão crítica e teórica. Esse modelo decorre de uma concepção que vai se ordenando a partir da revolução científica do século XVI, ocorrida na Europa e inauguradora de um desenvolvimento do conhecimento por meio do método proposto por Descartes, o cartesianismo. O modelo cartesiano despontou em oposição ao senso comum, que era profundamente alicerçado em preceitos religiosos e místicos. Em linhas gerais, o método proposto por Descartes consistia na resolução dos problemas pela divisão de suas partes:

Já em Descartes uma das regras do Método consiste precisamente em 'dividir cada uma das dificuldades em tantas parcelas quanto for possível e requerido para melhor as resolver'. A divisão primordial é a que distingue entre 'condições iniciais' e 'leis da natureza'. As condições iniciais são o reino da complicação, do acidente e onde é necessário selecionar as que estabelecem as condições relevantes dos fatos a observar; as leis da natureza são o reino da simplicidade e da regularidade onde é possível observar e medir com rigor. Esta distinção entre condições iniciais e leis da natureza nada tem de 'natural'. Como bem observa Eugene Wigner, é mesmo completamente arbitrária. No entanto, é nela que assenta toda a ciência moderna (SANTOS, 2003, p.15).

As condições iniciais e as leis da natureza explicitadas em contraposição uma à outra no recorte de texto indicam o movimento dual que é o único possível dentro deste modelo de ciência. Assim, a produção de conhecimento transita maniqueistamente apenas sobre "verdades" plausíveis e passíveis de serem verificadas cientificamente.

O conhecimento científico moderno se estrutura como um modelo apertado pela rigidez de suas distinções dualistas: cultura/natureza, natural/artificial, mente/matéria, verdade/mentira, objetivo/subjetivo e assim por diante. A natureza da exatidão que legitima tais distinções é comprovada através do grande cânone moderno – a matemática, possuidora única da neutralidade científica. Temos assim a perspectiva de um mundo racional, ordenado por leis, regularidades e classificações que objetivam desvendar o futuro à luz do presente, futuro este que se pretende estático, sem vida, sem a ocorrência do contratempo, do que se modifica conforme as relações que se estabelecem. Porém:

[...] quaisquer que sejam os limites estruturais de rigor científico, não restam dúvidas que o que a ciência ganhou em rigor nos últimos quarenta ou cinquenta anos perdeu em capacidade de auto-regulação. As ideias da autonomia da ciência e do desinteresse do conhecimento científico, que durante muito tempo constituíram a ideologia espontânea dos cientistas, colapsaram perante o fenômeno global da industrialização da ciência a partir sobretudo das décadas de trinta e quarenta. Tanto nas sociedades capitalistas como nas sociedades socialistas de Estado do leste europeu, a industrialização da ciência acarretou o compromisso desta com os centros de poder econômico, social e político, os quais passaram a ter um papel decisivo na definição das prioridades científicas (SANTOS 2003, p. 34).

A ascendência do modelo científico cartesiano estruturou a ideia de mundo máquina, no qual as operações podem ser determinadas com exatidão, culminando na hierarquia entre o conhecimento científico e o senso comum, o conhecimento

“vulgar”. A hegemonia de tal modelo científico tornou-o matriz e foi reproduzida dominando culturas, meios de produção e estruturou a situação ideal para o surgimento do modo de produção capitalista. Neste ponto, não se pode perder de vista quem eram os grandes protagonistas, entusiastas e favorecidos por esse então novo modelo – no século XVI – de racionalidade: a burguesia emergente.

Ocorre que o próprio conhecimento gerado e aprimorado pela ciência moderna agora provoca sua crise, pois “O aprofundamento do conhecimento permitiu ver a fragilidade dos pilares em que se funda” (SANTOS 2003, p. 24). Assim, o acúmulo de conhecimento gerado de forma cartesiana – em separado, por partes – demanda ser conectado em favor de novas inteligibilidades, pois as duas principais características da ciência moderna são o reducionismo e a generalização. O reducionismo propõe um olhar quantificado e culmina na generalização deste olhar de modo autoritário e hegemônico, reclamando somente para si a legitimidade da produção de conhecimento.

O determinismo mecanicista é o horizonte certo de uma forma de conhecimento que se pretende utilitário e funcional, reconhecido menos pela capacidade de compreender profundamente o real do que pela capacidade de o dominar e transformar. No plano social, é esse também o horizonte cognitivo mais adequado aos interesses da burguesia ascendente que via na sociedade em que começava a dominar o estágio final da evolução da humanidade (o estado positivo de Comte; a sociedade industrial de Spencer; a solidariedade orgânica de Durkheim) (SANTOS 2003, p. 17).

Neste panorama, a produção de conhecimento possui apenas um sentido – o mercado. Santos (2002), assente que a emergência da modernidade ocidental foi um “ambicioso e revolucionário paradigma sócio cultural” que se estabeleceu fixado entre a tensão dinâmica de duas forças/pilares: a regulação social e a emancipação social. O primeiro pilar é constituído pelos princípios do Estado, da comunidade e do mercado. O segundo pilar compõe-se nas três lógicas da racionalidade: a racionalidade estética, expressiva das artes; a racionalidade instrumental cognitiva da ciência e a racionalidade moral – prática da ética e do direito. Há, porém, compreensão por parte do autor de que o colapso do paradigma moderno se deve “à absorção do pilar da emancipação social pelo da regulação” (SANTOS 2002, p. 55), pois o pilar da regulação concentrou muito mais força e se orientou sob os princípios do mercado, enquanto o pilar da emancipação foi reduzido à racionalidade cognitivo-

instrumental da ciência moderna. A questão é que a promessa de emancipação continuou no horizonte:

Em vez de se dissolver no pilar da regulação, o pilar da emancipação continuou a brilhar, mas com uma luz que já não provinha da tensão dialética inicial entre regulação e emancipação - tensão que ainda pode ser percebida, já sob o crepúsculo, divisa do positivismo oitocentista "ordem e progresso" - mas sim nos diferentes espelhos que refletiam a regulação. Neste processo, a emancipação deixou de ser o outro da regulação para se converter no seu duplo (SANTOS, 2002, p. 57).

Assim, o retroalinhamento dos princípios do mercado e da racionalidade cognitivo-instrumental científica preconizou a produção de conhecimentos que os legitimassem e os desenvolvessem, concedendo a si maior poder. Neste processo vai sendo evidenciado que os conhecimentos dessa matriz vão adquirindo maior legitimidade mediante o movimento de (des)legitimação de outros conhecimentos, pois a colonização imposta pela racionalidade da ciência moderna ocidental (cognitivo-instrumental) sobre a diversidade de outras racionalidades culminou na produção das suas não existências. Em contraponto vivemos apenas uma das tantas outras possibilidades:

Estamos todos regressados à necessidade de perguntar pelas relações entre a ciência e a virtude, pelo valor do conhecimento dito ordinário ou vulgar que nós, sujeitos individuais e coletivos, criamos e usamos para dar sentido às nossas práticas e que a ciência teima em considerar irrelevante, ilusório e falso; e temos, finalmente, de perguntar pelo papel de todo o conhecimento científico acumulado no enriquecimento ou no empobrecimento prático de nossas vidas, ou seja, pelo contributo positivo ou negativo da ciência para a nossa felicidade (SANTOS, 2002, p. 60).

É neste caminho que não somente o conhecimento legitimado pela ciência moderna reclama interconexões para ser e ter sua inteligibilidade restituída e resignificada, mas, sobretudo, o conhecimento negado, marginalizado – o qual tem sido alvo permanente do movimento de colonização cultural. Esses conhecimentos marginalizados, que são produzidos fora dos centros de poder ocidentais, são definidos por Santos (2009) como as *epistemologias do sul*.

As epistemologias do sul são um convite a um amplo reconhecimento das experiências de conhecimento no mundo, incluindo, depois de reconfiguradas, as experiências do norte global. Abrem-se, assim, pontes insuspeitas de intercomunicação, vias novas de diálogo. No plano epistemológico, tal como noutros, o mundo não se pode contentar com breves resumos de si próprio, mesmo sabendo que a "versão completa e integral" é impossível. A energia deve centrar-se na valorização da diversidade dos saberes para que a intencionalidade e a inteligibilidade das práticas sociais seja a mais ampla e democrática (SANTOS, 2009, p.18).

Do recorte de texto acima se depreende duas questões importantes no pensamento de Santos (2007): A primeira é o “pensamento abissal”, o qual vem à baila ao se pensar em reconhecimento das experiências no mundo, pois tal pensamento se desenvolve por uma perspectiva totalmente de oposição, tendo em vista que sua característica principal é a impossibilidade de co-presença:

A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. Este lado da linha só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante. Para além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialéctica (SANTOS, 2007, p. 4).

A perspectiva é a de um abismo que separa o conhecimento científico dos conhecimentos alternativos – o filosófico e o teológico. A representação dessa situação é apresentada através da metáfora da linha abissal que estrutura a invisibilidade de cada lado da linha à inexistência de quem está do outro lado. O grande propulsor do pensamento abissal é o modelo de ciência moderna ocidental, o qual opera através de linhas abissais, que delimitam o mundo humano do não humano.

A segunda é a *razão indolente*, responsável por essa sensação de “mais do mesmo”, que é feita referência na citação, por via da imagem textual dos “breves resumos de um mesmo mundo”. Juntos o pensamento abissal e a razão indolente formam um binômio que se retroalimenta, o qual é o retrato da desesperança, pois se um não vê ou não admite alternativas – a outra não consegue agir. No pensamento de Santos¹⁰ (2010), a razão indolente ocorre sobre quatro formas:

¹⁰Santos (2010, p. 94) observa que é de Leibniz a construção teórica do modelo de racionalidade identificada como a razão indolente sobre o qual o mesmo procede a sua crítica.

A razão impotente, aquela que não se exerce porque pensa que nada pode fazer contra a necessidade como exterior a ela própria; a razão arrogante, que não sente necessidade de exercer-se porque se imagina incondicionalmente livre e, por conseguinte, livre da necessidade de demonstrar a sua própria liberdade; a razão metonímica que se reivindica como a única forma de racionalidade e, por conseguinte, não se aplica a descobrir outros tipos de racionalidade, ou se o faz, fá-lo apenas para as transformar e matéria prima; e a razão proléptica, que não se aplica a pensar no futuro, porque julga que sabe tudo a respeito dele e o concebe como uma superação, linear, automática e infinita do presente (SANTOS, 2010, p. 96).

Na compreensão do autor as razões impotente e arrogante estiveram formatando os debates sobre determinismo e livre arbítrio, posteriormente formataram os debates entre realismo e construtivismo e estruturalismo e existencialismo, os quais não surpreendentemente revelaram-se indolentes, pois já estavam estruturados pelas razões metonímica e proléptica. Todavia, as razões impotente e arrogante têm sido mais percebidas e debatidas, pois transitam com maior visibilidade por questões contemporâneas, visto que são, na realidade, formas funcionais da razão indolente. Já as razões metonímica e proléptica são pouco percebidas, pois assumiram papel estruturante da dimensão cultural por meio do modo de produção de conhecimento. Uma vez que a razão metonímica se apresenta como a única possibilidade e a razão proléptica como sua linearidade, seu prosseguimento certo e reto, os preceitos e conhecimentos da ciência moderna cartesiana se traduzem de forma totalizante e hegemônica.

Assim sendo, desdobram-se em monoculturas de saberes, herdeiras diretas da razão metonímica que correspondem aos conhecimentos provenientes de uma só matriz, a ocidental – ao passo que esses são projetados ao futuro pela razão proléptica por seu caráter linear, que ao mesmo tempo contrai o presente e dilata o futuro. A totalidade da razão metonímica desenvolve e injeta poder ao pensamento abissal ocidental, que colonializa e invisibiliza outras culturas. A razão proléptica condiciona o futuro às restritas e seletivas possibilidades da razão metonímica. O resultado é a drástica diminuição e o desperdício de tipos diversos de mundos e experiências.

Contra a razão indolente, Santos (2010) propõe a “razão cosmopolita” como alternativa a qual prefere pensar em um mundo melhor a partir do presente:

Proponho uma racionalidade cosmopolita que, nesta fase de transição, terá que seguir a trajetória inversa: expandir o presente e contrair o futuro. Só assim será possível criar o espaço-tempo necessário para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está em curso no mundo hoje. Por outras palavras, só assim será possível evitar o gigantesco desperdício de experiência que sofremos hoje em dia (SANTOS, 2010, p. 95).

A razão cosmopolita adquire forma a partir de três pressupostos que geram a razão indolente:

- a) A compreensão ocidental de mundo é restrita ante a diversidade de mundos e compreensões existentes - a razão metonímica;
- b) A compreensão de mundo que cria e legitima o poder social está relacionada à concepção de tempo e temporalidades - a racionalidade moderna cartesiana ocidental;
- c) A marca mais profunda da racionalidade ocidental é contração do presente e a dilatação do futuro - a razão proléptica. O objetivo é o não desperdício de experiências, para que seja possível compor novas possibilidades e outras racionalidades. Para tanto, Santos (2010, p. 95) propõe a sociologia das ausências para ampliar o presente, a sociologia das emergências para contrair o futuro e o trabalho de tradução que “é um procedimento capaz de criar uma inteligibilidade mútua entre experiências possíveis e disponíveis sem destruir a sua identidade”.

A ampliação do presente é a proposta da sociologia das ausências como alternativa à razão metonímica, que reduz o presente e suas possibilidades. Conforme a matriz cartesiana de modelo científico, a razão metonímica ignora a relação dinâmica entre o todo e as partes que o constitui, não percebe que as partes têm vida para além do todo e que o todo acabou por se transformar em uma das partes, a qual é imposta como referência para as demais. A sociologia das ausências pretende criar espaço-tempo para identificar ausências e torná-las presenças a partir de fragmentos das experiências sociais não socializadas pela razão metonímica.

A sociologia das ausências visa identificar o âmbito dessa subtração e dessa contracção de modo a que as experiências produzidas como ausentes sejam libertadas dessas relações de produção e, por essa via, se tornem presentes. Tornar-se presentes significa serem consideradas alternativas às experiências hegemônicas, a sua credibilidade poder ser discutida e argumentada e as suas relações com as experiências hegemônicas poderem ser objeto de disputa política. A sociologia das ausências visa, assim, criar uma carência e transformar a falta da experiência social em desperdício da experiência social. Com isso, cria as condições para ampliar o campo das experiências críveis neste mundo e neste tempo e, por essa razão, contribui para ampliar o mundo e dilatar o presente. (SANTOS 2010, p. 105).

Assim, as experiências críveis existentes tornam possível a ampliação de mundo, para além da experiência de mundo ocidental, bem como contribui para dilatar o presente e a viabilizar possibilidades futuras. Segundo Santos (2010, p. 101), a ampliação de mundo consiste na proliferação das totalidades e no entendimento de que a “totalidade é feita de heterogeneidade que tem vida própria fora dela”. Neste ponto é imprescindível atentar para as cinco lógicas de “não existência”: A primeira lógica é a “monocultura de saber”, que consiste na transformação da ciência moderna e da alta cultura em modelo de verdade e estética; a segunda lógica é a da “monocultura do tempo linear”, que imprime a noção de direção e sentido únicos da história e que se desenvolve na perspectiva do progresso e da emancipação; a terceira lógica se assenta na “monocultura de classificação social”, que se explicitam pela naturalização da hierarquia e da diferença, as classificações raciais ou sexuais são as classificações mais destacadas desta lógica; a quarta lógica corresponde à lógica da “monocultura da escala dominante”, na qual a escala que se assume como primordial determina a irrelevância das outras escalas; e a quinta lógica, a “monocultura produtivista” que se fundamenta na monocultura dos critérios de produtividade capitalista, onde o crescimento econômico se expressa como objetivo racional inquestionável.

A sociologia das ausências busca a superação das monoculturas por via da proposição de ecologias¹¹, que são identificadas pelo autor como cinco:

- (i) a *ecologia dos saberes*, que opera na desestabilização de monocultura do saber;
- (ii) a *ecologia das temporalidades*, que articula a resistência à monocultura do tempo linear;

¹¹Santos (2010, p.105) esclarece que entende por ecologia a prática de agregação da diversidade pela promoção de interações sustentáveis.

- (iii) a *ecologia dos reconhecimentos*, que faz oposição à monocultura de classificação social;
- (iv) a *ecologia da trans-escala*, que confronta a monocultura da escala dominante;
- (v) a *ecologia das produtividades*, que valoriza sistemas produtivos alternativos ao capitalista na contra mão da monocultura produtivista.

A perspectiva de identificar as experiências sociais existentes, marginais ou desacreditadas, e torná-las possibilidades, compondo assim, a ecologia dos saberes, é construída por Santos (2010) como *a sociologia das emergências* (2010, p. 116).

O Autor explica que o conceito que preside à sociologia das emergências é o conceito de Ainda-Não (Noch Nicht) proposto por Ernst Bloch o qual se sublevou contra o fato de a filosofia ocidental estar sob o domínio dos conceitos de Tudo (Alles) e Nada (Nichts). Nesses, tudo parece estar contido como latência, mas nada novo consegue surgir. Essa é a justificativa para o pensamento estático da filosofia ocidental. Para Bloch, o possível é o incerto, o ignorado dentro da filosofia ocidental. Só o possível permite revelar a totalidade inesgotável do mundo. Bloch introduz, assim, dois novos conceitos, o Não (Nicht) e o Ainda- Não (Noch Nicht). O Não é a falta e a expressão da demanda de superar faltas. Assim, o Não se distingue do Nada. Dizer não é dizer sim de alguma forma, pois quem refuta uma possibilidade aderi a outra. O Ainda-Não é a categoria mais complexa, porque exprime o que existe na perspectiva da latência do que ainda está por se manifestar.

Este é o procedimento que propõe suplantar a razão proléptica e a sua pragmática aceção pela linearidade do tempo histórico em direção ao progresso, por meio do seu confronto com outras noções de tempos, pois:

O domínio do tempo linear não resulta da sua primazia enquanto concepção temporal, mas da primazia da modernidade ocidental que o adotou como seu. Foi a concepção adotada pela modernidade ocidental a partir da secularização da escatologia judaico-cristã, mas nunca eliminou, nem mesmo no Ocidente, outras concepções como o tempo circular, a doutrina do eterno retorno e outras concepções que não se deixam captar adequadamente nem pela imagem de linha nem pela imagem de círculo (SANTOS, 2010, p. 109).

Ainda para Santos (2010), a busca por diferentes elaborações de tempos é uma demanda, tendo em vista que as sociedades entendem o poder a partir da

constituição das temporalidades que nelas circulam, sendo que as relações de dominação que mais adquirem resistência são aquelas nas quais há a hierarquização entre as temporalidades. A legitimidade da experiência social irá depender de sua localização dentro da hierarquia da lógica dominante de temporalidade. Tal lógica diminui as experiências sociais a resíduo, mesmo as contemporâneas a ela – que, no entanto, não são suas derivações. A sociologia das emergências tem como horizonte libertar as práticas sociais da condição de resíduo ao restituir a temporalidade própria de cada experiência para que estas possam ser perspectivas na ecologia dos saberes.

Para dar visibilidade às experiências emergentes, Santos (2010) propõe o trabalho de tradução:

O trabalho de tradução é complementar da sociologia das ausências e da sociologia das emergências. Se estas últimas aumentam enormemente o número e diversidade das experiências disponíveis e possíveis, o trabalho de tradução visa criar inteligibilidade, coerência e articulação num mundo enriquecido por uma tal multiplicidade e diversidade. A tradução não se reduz aos componentes técnicos que obviamente tem, uma vez que estes componentes e o modo como são aplicados ao longo do processo de tradução têm de ser objeto de deliberação democrática. A tradução é, simultaneamente, um trabalho intelectual e um trabalho político. E é também um trabalho emocional porque pressupõe o inconformismo [...] (SANTOS, 2010, p.129).

Pode ser apreendido que o inconformismo é a força propulsora da sociologia das ausências, das emergências e do trabalho de tradução. Dada a consistência das experiências e as suas dimensões éticas e estéticas muitas vezes ofuscadas por forças da totalidade hegemônica, o trabalho de tradução visa ser transgressor por seu caráter político e filosófico, que se fundamenta na contracorrente da razão indolente.

As especificidades e a coerência das perspectivas que fundamentam a razão cosmopolita e que estimulam a pesquisa com o aporte teórico metodológico desenvolvido pelas sociologias das ausências, das emergências e pelo trabalho de tradução produzem nexos interessantes para dar luz à questão dos catadores no Brasil e ao cenário político do qual fazemos parte no presente. A PNRS traz consigo o mote necessário para o princípio de uma discussão ampla sobre as práticas de consumo e a responsabilidade individual. Parece, igualmente, uma escolha viável para o debate sobre a relação da sociedade capitalista com a preservação do meio

ambiente e sobre a dimensão ética na qual emana a relevância da educação ambiental.

3.4. Questões ambientais, educação ambiental e o trabalho dos catatores.

A pesquisa sobre reciclagem, principalmente quando realizada em associações ou cooperativas de resíduos sólidos, possibilita perceber os vínculos entre o trabalho desenvolvido nestes locais e as problemáticas inerentes ao meio ambiente. Adentrar na realidade deste trabalho permite que os sentidos do labor sejam significados e adquiram amplas percepções e nexos. Assim, paulatinamente vai se compreendendo que dadas as especificidades do campo de estudo em questão, a discussão sobre as questões ambientais e seus aspectos pedagógicos na formação para o trabalho se constitui como elemento essencial.

Os diálogos sobre a EA em contextos amplos evidenciam seu potencial com relação à transformação social e à sustentabilidade. Em tais debates aspectos como cidadania e ação social adquirem relevância, se tornando objeto de reflexão em nível individual e social. Para fins deste trabalho, a abordagem analítica da EA ativa no processo reflexivo da pesquisa advém do entendimento de que a mesma se constitui em importante articuladora da formação do pensamento crítico e da legitimidade da profissão de catador para o próprio catador e para demais membros da sociedade, por seu caráter sistêmico. Na acepção de Carvalho (2004) a EA está imersa na vida:

Inspirada nestas idéias-força que posicionam a educação imersa na vida, na história e nas questões urgentes de nosso tempo, a educação ambiental acrescenta uma especificidade: compreender as relações sociedade-natureza e intervir sobre os problemas e conflitos ambientais. Neste sentido, o projeto político-pedagógico de uma Educação Ambiental Crítica seria o de contribuir para uma mudança de valores e atitudes, contribuindo para a formação de um sujeito ecológico. Ou seja, um tipo de subjetividade orientada por sensibilidades solidárias com o meio social e ambiental, modelo para a formação de indivíduos e grupos sociais capazes de identificar, problematizar e agir em relação às questões socioambientais, tendo como horizonte uma ética preocupada com a justiça ambiental (CARVALHO, 2004, p. 18-19).

A transformação parte, conforme a autora da reflexão citada, de uma perspectiva de inspiração freireana, das análises críticas e das intercessões dos

grupos sociais com seus ambientes. Para tanto, entender que as relações de exploração são históricas e implicam na desigualdade social e na degradação ambiental mostra-se um importante campo de construção de conhecimento e crítica. É nesse caminho que Carvalho (2004a) nos propõe a noção de sujeito *ecológico*: aquele que cumpre seu papel crítico e reflexivo no desenvolvimento de uma nova forma de compreender e se comunicar com a natureza.

Os caminhões que chegam às associações e cooperativas entregando a matéria-prima para o trabalho após percorrerem a cidade coletando o excedente do consumo da sociedade oferecem importante subsídio para pensarmos a maneira com que a população trata seu consumo. A falta de critério de seleção revela descompassos entre as questões ambientais, sociais, econômicas e educacionais – o que indica a existência de uma cultura predatória, que dispõe da natureza sem respeito ou responsabilidade; o que se apresenta sob a forma de montanhas de lixo.

Da vertente teórica pós-crítica, a crítica à razão indolente proposta por Santos (2002) é salutar à construção da perspectiva de tomada de consciência ambiental. Na crítica que tal autor tece à racionalidade indolente há interessantes considerações teóricas para ampliar a discussão sobre EA e as questões de cunho ambiental que se inscrevem no horizonte investigativo, posto que lançam luz ao entendimento sobre as relações entre desenvolvimento, modelo produtivo e modelo científico. Neste sentido, conforme já foi dito em outro momento neste trabalho, engendrada pela razão proléptica a ideia de progresso sustenta práticas destrutivas:

A promessa da dominação da natureza, e do seu uso para o benefício comum da humanidade, conduziu a uma exploração excessiva e despreocupada dos recursos naturais, à catástrofe ecológica, à ameaça nuclear, à destruição da camada de ozônio, e à emergência da biotecnologia da engenharia genética e da consequente conversão do corpo humano em mercadoria última. A promessa de paz perpétua baseada no comércio, na racionalização científica dos processos de decisão e das instituições, levou ao desenvolvimento tecnológico da guerra e ao aumento sem precedentes do seu poder destrutivo. (SANTOS, 2002, p. 56).

Assim, práticas coletivas e sustentáveis adquirem significações por seu poder criativo que transgridem a indolência da razão ao se tornarem constituintes da ecologia dos saberes (SANTOS 2010). Neste sentido, a experiência associativista

vivenciada pelas associações pesquisadas traz em si uma proposta de investigação. Albuquerque (2008) declara que:

É preciso que se entendam as experiências sobre gestão de resíduos como espaços de construção coletiva dos conhecimentos disponibilizados pela cultura de uma sociedade. São projetos de educação, no seu sentido mais amplo. Podem, pelo agir coletivo, passar da lógica da desconfiança tão presente nos dias de hoje para ações cujo caráter seja propositivo. (p. 28).

A participação social por si expressa sentidos e aprendizagens para além de um simples aprender técnico, pois se constitui em saber que conecta os sentidos da vida com os ensinamentos provenientes do convívio ambiental intra e interespecíficos. No Brasil, as experiências de economia solidária também se constituem em experiências ecológicas e de resistência anti-hegemônica. Para Singer (2000, p.13) a economia solidária expressa “um modo de produção e de distribuição alternativo ao capitalismo.”. Muito embora o caráter “alternativo ao capitalismo” seja discutível, os modos de produção coletivos e solidários adensam ao conjunto de possibilidades viáveis a dimensão empírica. Dito isso, importa saber quais são os processos que fazem resistência ao modo de produção capitalista o contradizendo e, ao mesmo tempo, não deixam de compor tal modelo, pois não o superam, visto que é inevitável uma zona de contato quando se está dentro desse sistema.

No caso das cooperativas e associações, o próprio produto do trabalho é resultado de uma lógica que pensa melhor e com mais responsabilidade a ação coletiva do descarte. Para que se possa ter acesso ao entendimento e à consciência do momento socioambiental delicado que vivemos na atualidade, há de se lançar a reflexão sobre uma série de fatores que os constituem. Tais fatores não estão descolados das dimensões sociais, culturais e econômicas, mas estão a elas intrinsecamente ligados, demandando a ampliação de visões sistêmicas. A visão sistêmica é proposta pela perspectiva do *pensamento complexo*. Segundo Leff (2009), o pensamento complexo emerge como possibilidade do conhecimento de mundo e tem aberto novas abordagens para entender os processos materiais, para além dos limites dos paradigmas científicos e instrumentalistas:

A complexidade ambiental não apenas leva à necessidade de aprender fatos novos (mais complexos), mas também inaugura uma nova pedagogia, que implica a reapropriação do conhecimento desde o *ser do mudo* e do *ser no mundo* [...] A pedagogia da complexidade ambiental reconhece que *aprender o mundo* parte de ser de cada sujeito, de seu ser humano; essa aprendizagem consiste em um processo dialógico que transborda toda racionalidade comunicativa construída sobre a base de um possível consenso de sentidos e verdades. (LEFF, 2009, p. 20).

O entendimento da complexidade ambiental passa pelo princípio que Morin (2010) chamou de *consciência ecológica*, a qual vem a ser:

[...] a consciência de habitar, com todos os seres mortais, a mesma esfera viva (biosfera): reconhecer nossa união consubstancial com a biosfera conduz ao abandono do sonho prometeico do domínio do universo para nutrir a aspiração de convivibilidade sobre a terra. (p.76).

Tal princípio confronta o posicionamento individualista comum na nossa sociedade. A responsabilidade e a união dentro da *comunidade planetária* (MORIN, 2010) são construções que demandam a experiência de ser, estar e conviver com o outro. Neste ponto, cumpre lembrar que, quanto à sua pesquisa na Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta (ARERB), Fischer (2006) aponta para os seguintes resultados:

Os resultados encontrados evidenciaram situações concretas de intensa solidariedade, ajuda e compreensão entre essas pessoas apesar das condições de extrema pobreza. Também se tornaram visíveis os contrastes entre uma retórica de parte dos recicladores a respeito da importância do trabalho que fazem e das indispensáveis melhorias que deveriam ocorrer para aumentar o ganho e os limites, impossibilidades e dificuldades em traduzirem na prática seus discursos. (FISCHER, 2006, p. 5).

Porém, preservar nosso meio ambiente natural é um grande desafio para toda a sociedade e “deveremos estar dispostos a iniciar um processo de contínuo aprendizado sobre como processamos, com o tempo, a tomada de consciência ambiental” (FISCHER, 2006, p. 253). A reflexão sobre as questões ambientais assume o papel de mediar diversos enfoques sobre as condições necessárias à vida, os quais se comunicam com contextos plurais, envolvendo os sujeitos e demonstrando que estamos implicados e relacionados.

3.5. Organização do trabalho: trabalho, educação e catadores de materiais recicláveis

De modo simplista, poderia ser dito que o trabalho desenvolvido em associações e cooperativas de triagem e reciclagem de resíduos sólidos consiste em mera seleção e processamento de materiais distintos. Essa visão, vazia de sentidos, paulatinamente vai sendo desconstruída quando se observa e se participa do processo de trabalho dos catadores. Seus modos de produção expressam sentidos que desacomodam e redefinem o espaço do trabalho como uma possibilidade de convívio e aprendizagem para além da simples acumulação de capital.

O entendimento do conceito de trabalho está estabelecido na elaboração de Frigotto (1987, p.14), o qual compreende o trabalho como “relação social fundamental que define o modo humano de existência.” Através desta acepção o autor defende a ideia de que o trabalho, por seu caráter essencial à vida humana, não pode ser reduzido a uma atividade de produção material e que o mesmo, além de não ser reduzível, ainda comporta dimensões sociais, estéticas, culturais, artísticas e de lazer, dentre outras tantas. A direção que está posta é a de que o trabalho constitua-se em elementos que possibilitem condições para a vida do ser humano de forma agregadora e emancipatória. Esta, seguramente é uma via de concepção do trabalho que o devolve à sua essência, por restituir o papel do fazer humano às formas de interação e de desenvolvimento social no conjunto das possibilidades de tornar a existência humana factível.

A forma como é compartilhado o conhecimento do mundo do trabalho e da vida nas associações e cooperativas talvez seja a questão mais instigante do universo da triagem e reciclagem de resíduos sólidos. O que é perceptível é que o saber do trabalho vai se constituindo como um “saber em ato” (FRANZOI, 2009), o qual não está generalizado por falta de articulação com a teoria. Tal saber, contudo, não deixa de cumprir seu papel ao comunicar o conhecimento do processo produtivo a cada novo membro de uma cooperativa ou associação de triagem e reciclagem de resíduos sólidos. Fischer (2006) salienta que, paralelamente à dinâmica produtiva de triagem e reciclagem, nos espaços de triagem e reciclagem também se processa o compartilhar de projetos pessoais e coletivos que confluem entre si, identificando desde as origens precárias de miséria e de falta de oportunidades, até as novas perspectivas de luta, de trabalho e de uma vida melhor. É nestas interseções que se produzem aprendizagens, pois:

É no emergente dessa prática social que se formam homens e mulheres e se criam novos conhecimentos sobre a condição humana e também se criam desafios concretos ao modelo de sociedade vigente em todas as suas formas de expressão: política, partidária, ecológica e de gestão pública (FISCHER, 2006, p.136).

A forma como estes trabalhadores socializam seus saberes com paciência e presteza dignificantes produz muitas possibilidades reflexivas para entender como o trabalho pode ter sentido formativo e educativo. Neste sentido, a questão do trabalho como princípio educativo nos reporta à relação existente entre trabalho e educação, em que se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como sendo uma ação humanizadora, visto que desenvolve as potencialidades do ser humano. Conforme Marx e Engels (1979), no campo teórico trata-se do *materialismo*, noção de que o trabalho é um produtor dos meios de subsistência, tanto no que se refere aos aspectos materiais quanto culturais -- em uma dimensão de conhecimento, criação material e simbólica e na formas de sociabilidade.

Para Saviani (1989, p. 51), “Todo trabalho humano envolve a concomitância do exercício dos membros, das mãos, do exercício mental e intelectual. Isso está na própria origem do entendimento da realidade humana, enquanto constituída pelo trabalho.”.

Porém, salienta-se que o papel do Estado em proporcionar possibilidades de melhorias na qualidade de vida e de trabalho deste setor produtivo tem sido negligenciado. Principalmente no que tange à Educação de forma ampla. É conveniente lembrar que tais trabalhadores, em última análise, desempenham uma atividade que é compreendida dentro da Lei 11.445/2007, que Estabelece Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico. Seu art. 2º, que trata dos princípios fundamentais, prevê no inciso VII: a “Eficiência e Sustentabilidade econômica.” A desatenção com a educação desses trabalhadores compromete este princípio por comprometer a qualidade da produção, o que culmina em desperdício de materiais e em baixos ganhos, além de precarizar a conservação do meio ambiente -- objetivo este que atribui o sentido lato à reciclagem de resíduos sólidos. Ou seja, o objetivo de desonerar o meio ambiente da contaminação por resíduos que podem ter seu ciclo produtivo ampliado.

A saúde dos trabalhadores também é colocada em risco, dado o pouco conhecimento sobre os riscos à saúde que advêm do processo produtivo, os quais

não são, na maioria das vezes, evitados com a utilização adequada dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

Segundo Arroyo (1987), a luta por instrução, educação, saber e cultura tem historicamente feito parte de uma luta maior entre as classes fundamentais: burguesia e proletariado. Por esta razão, o autor defende que o direito do trabalhador à educação não se esgota na escola, por julgar que:

[...] defender o direito dos trabalhadores à educação é uma proposta mais radical do que apenas defender a escola para todos. A distinção entre educação, entendida enquanto instrução e a educação entendida enquanto produção-formação de homens construção da identidade de uma classe é uma velha distinção que vai além de uma pura diferença nominal e encontra uma tensa tradição teórica e prática (ARROYO, 1987, p. 77).

A longa e tensa tradição teórica e prática apontada pelo autor diz respeito à histórica negação do direito das classes trabalhadoras à Educação e aos bens culturais produzidos pela humanidade. Há séculos ações que visem a educação e a construção das visões críticas da realidade têm sido negligenciadas, como forma de manter o trabalhador em um papel subalterno de aceitação da sua própria expropriação. Ajustando o que é colocado por Arroyo (1997) à realidade dos catadores, vemos que existe urgência na demanda por educação, por se tratar de uma realidade muito incipiente no que diz respeito à formação para o trabalho – pois os sujeitos que se agrupam nas associações possuem históricos de profunda exclusão do sistema econômico e social. Assim foi possível compreender como estes trabalhadores organizam o seu processo de trabalho a partir dessa realidade, sobretudo através do êxito encontrado na experiência de Dois Irmãos.

Todavia, há a construção de saberes no trabalho. Segundo Franzoi (2009), o *Saber Prático*, o *Saber Informal* e as *Qualificações Tácitas* correspondem aos conhecimentos que os trabalhadores desenvolvem no labor e que resistem às tentativas do capitalismo de apropriação e expropriação, pois são propriedade de quem desenvolve esses conhecimentos: o próprio trabalhador. Contudo, a autora supracitada pondera que o saber informal do mundo do trabalho, “por ser um conhecimento concreto, empírico, é incompleto” (p.191). Daí a demanda pela ampliação do saber formal desses trabalhadores por alternativas que possibilitem aos trabalhadores sistematizar sua experiência no e do trabalho.

É oportuno neste ponto retomar Frigotto (1987), o qual, ao defender que as relações de trabalho como prática social fundamental que definem o modo humano de existência demonstra que o capitalismo tem reduzido o trabalho a “coisa”, a um objeto. O autor observa que há um processo orientado pelo capital e que orienta a Educação para a produção, para o mercado. O contraponto a essa forma de compreensão do trabalho está posta pelo valor atribuído a um fazer que essencialmente se estabelece no manejo e comércio do que não tem supostamente mais valor e é descartado.

Acompanha essa direção entender e aprofundar as pesquisas e a discussão sobre processos educativos que possibilitem ampliar a legitimidade do trabalho tanto para o próprio catador quanto para a sociedade de forma ampla. Neste sentido, Santos (2007) inspira, na perspectiva da ecologia dos saberes, a compreensão de que “a utopia de uma ecologia de saberes é que possamos aprender outros conhecimentos sem esquecer nossos próprios conhecimentos”. Assim, a direção é a ampliação de conhecimentos que se comunicam com outros já construídos os quais podem ser (re)significados, (re) pensados, (re)apropriados, (re)adaptados e (re)ciclados.

3.6. Apontamentos sobre a Economia Solidária e o trabalho dos catadores de materiais recicláveis.

A cooperação como princípio organizacional supõe uma estratégia de fomento de novas forças produtivas a partir de uma economia sustentável, mesmo inserida no contexto do capitalismo contemporâneo -- hegemônico e totalitário. Assim, a Economia Solidária (ES) como estratégia econômica vem constituindo-se em um novo paradigma para o desenvolvimento social, para a produção de uma nova sociedade, a qual se erige a partir de novos princípios éticos, tendo a solidariedade como base para essa articulação. Assim, neste capítulo desenvolverei alguns conceitos sobre a ES, bem como abordarei questões de cunho legislativo que se comuniquem com o trabalho dos catadores de materiais recicláveis no sentido de observar e entender em que âmbito tem se organizado o fazer dos catadores, seu processo trabalho, suas vivências e a forma como vem sendo construída a sua identidade de classe trabalhadora.

Neste sentido, observa-se que há a construção da autoestima dos catadores em função do (re)ordenamento da lógica do sentido do trabalho: o trabalho associado ou cooperativado que adquire sentido em uma perspectiva solidária. A autogestão nos proporciona visualizar que soluções viabilizadas a partir da coordenação coletiva de ideais são economicamente viáveis. Assim, o cooperativismo, no contexto da competitividade capitalista, tecnológica e midiática, com vistas ao lucro financeiro, reverte a produtividade financeira também em lucro social. Os catadores podem celebrar suas conquistas, pois sua inserção na economia por meio do cooperativismo os coloca, de qualquer modo, em um contexto competitivo de produção capitalista. Entretanto há o diferencial destes desenvolverem seu trabalho, orientados conjuntamente, por valores como a cooperação e a solidariedade. Esses valores, quanto internalizados, transformam-se em fatores motivadores do próprio fazer e de novos hábitos sociais nos universos do trabalho e da atuação política.

O modelo da autogestão como método de trabalho referencia também as questões educacionais como autoaprendizado e aprendizado coletivo, nos quais permeia valores ambientais e inclusivos, visando a igualdade e a autorrealização. Essa vivência nos remete à teoria aristotélica da ética que indica a felicidade (*eudaimonia*) como realização humana. A atividade de catador é digna e, quando bem organizados, seus princípios e finalidades, podem levar os cooperados a experimentarem o êxito por meio do “trabalho em equipe”, do qual já fazem parte os vizinhos e as famílias. Neste sentido, o trabalho e o aprendizado se transformam, possibilitando a experimentação e tornando fluida a aprendizagem, culminando em autoaprendizagem e em aprendizado coletivo.

A pesquisa, o conhecimento sobre a prática de uma economia e educação solidárias, deve trazer parâmetros para avaliar o impacto propositivo desse conceito, que, como prática, avança também no sentido de um modo de valorar o político, o sensível, as questões humanas e ambientais. Não se trata de uma escolha meramente produtiva ou eficiente, mas principalmente ética, pelo ímpeto de avançar na discussão sobre desenvolvimento econômico, levando em conta o Acordo de Kyoto. De fato, estas decisões políticas têm por base o desenvolvimento da pesquisa, do conhecimento e de um mundo onde a voz do trabalhador seja ouvida e respeitada. Trata-se de uma nova possibilidade na dimensão cultural para os

catadores, que passam a se perceberem como trabalhadores e atores sociais, como de fato são.

Assim, esses trabalhadores, por meio do seu trabalho -- aquele que se projeta para além de busca simples e desengajada por sustento -- possibilitam, também a ampliação do desenvolvimento ecológico e sustentável, entendidos como propósitos, em termos de bens, a serem alcançados consoantes à sua satisfação e felicidade. O protagonismo é, desta forma, experimentado. O objeto de investigação da economia solidária apresenta aspectos de dados concretos, puramente econômicos, e outros que pautam uma escolha ética, pela realização e felicidade humanas. em um sistema de trabalho que se diferencia da concorrência intercompetitiva típica do sistema de trabalho capitalista.

Para explicar as questões acima expostas a seguir apresento uma abordagem conceitual sobre os termos que concernem à ES, tais como os de Inclusão, modelo cooperativado, identidade e solidariedade.

Dentre os aspectos que identificam a ES, o termo *inclusão* converge para o esclarecimento de seu objetivo, qual seja, a inclusão dos desfavorecidos que orbitam em torno do sistema produtivo. Ao compreendermos a inclusão como interesse comunitário no sentido do bem-estar e do equilíbrio social, temos o fio condutor através do qual se articulam diferentes formas organizacionais, constituídas em processos democráticos e autogestionários. A participação com respeito às diferenças e o consenso que emanam de um debate aberto à pluralidade conferem a esse modelo sua eficácia, sendo um fator importante para o desenvolvimento regional.

O modelo cooperativo seguido na ES proporciona dessa maneira o fomento a uma ideologia que coloca o trabalhador como centro do resultado do seu processo de trabalho, ou seja a produção visa o desenvolvimento pleno do trabalhador na primazia dos valores, seguido pela qualidade dos serviços prestados e seu conseqüente retorno financeiro; fazendo prevalecer assim o fator trabalho sobre o fator capital. A cooperativa como instituição social democrática, autônoma e autogestionária, desempenha um importante papel no encontro dos excluídos do sistema produtivo, lhes proporcionado à oportunidade de uma nova posição identitária, produzida a partir da mutualidade no sentido de suprir necessidades e anseios.

A inclusão por meio de cooperativas produz laços, esperanças e resultados. A renda obtida pelo trabalho dos cooperados conta também como fator positivo no sentido da inserção em um grupo que respalda as diferenças, incluindo a todos no contexto de uma identidade. Esse fator afetivo constitui o apelo decisivo para romper o vínculo da exclusão social. Portanto, a ES deve ser vista como sendo um instrumento que concomitantemente refere ao poder econômico quanto ao espaço de organização das bases populares, no sentido de atender aos anseios contemporâneos de busca pela igualdade e reconhecimento das dimensões socioafetivas do trabalhador.

Esse modelo de economia visa reconstruir valores, entendendo uma nova dimensão para a satisfação das necessidades humanas, através do processo de inclusão de trabalhadores que no modelo eminentemente capitalista eram excluídos.

A ES propõe uma metodologia de cooperação, integração e consequente alcance da democratização do trabalho através da desburocratização e promoção de novas formas econômicas que venham ao encontro de um movimento social em que os valores do trabalho são repensados criando um espaço de aprendizagem para o empreender, evidenciando os direitos sociais, a colaboração e a distribuição de renda.

Trata-se de uma maneira diferente de produzir e gerar renda para a subsistência do indivíduo. Vincula-se ao ideal de uma economia solidária, da realização do trabalho cooperado em forma de autogestão que impulsiona o fortalecimento do grupo, e, a partir deste, o sujeito se beneficia individualmente.

Dessa forma a Economia Solidária se caracteriza pela *cooperação*, na qual os participantes, através da união de seus esforços, buscam o alcance de interesses e objetivos comuns; a *autogestão*, onde os processos de trabalho são exercidos através de práticas participativas, buscando a melhor forma de conduzir as atividades e definir estratégias para o empreendimento e resultados; a *dimensão econômica*, em que os elementos que viabilizam o empreendimento estão coadunados com a efetividade e os aspectos culturais, ambientais e sociais; e, a *solidariedade*, que concentra o escopo na justa distribuição dos esforços e dos resultados aos participantes mediante a preservação dos ecossistemas, mantendo a sustentabilidade socioeconômica e respeitando os direitos dos trabalhadores.

Segundo Singer (2003), a origem da Economia Solidária como conceito surgiu

no final do século XX, contrapondo-se ao modelo de produção das sociedades neoliberais capitalistas, em que as pessoas estão submergidas em um modo de vida cada vez mais competitivo e individualista. Esse conceito se reporta à organização de grupos de pessoas (produtores, prestadores de serviços, consumidores, poupadores, credores, etc) que se relacionam através da realização de atividades organizadas sob a forma de autogestão, com base nos princípios de equidade e democracia, visando promover a solidariedade e justiça para os seus membros e os demais sujeitos envolvidos no processo produtivo.

Entretanto, a ES teve sua origem no século XIX, com o crescimento da industrialização, que imputava aos trabalhadores condições desumanas de trabalho. “[...] as condições de trabalho eram tão ruins e desesperadoras que a única opção era rebelar-se.” (SINGER, 2003, p. 121). Nesse contexto degradante, determinado por um sistema de trabalho opressor e desumano, emergiu a preocupação com as questões sociais, e, através de estudos sobre formas como se organizavam as civilizações antigas, chegou-se à descoberta da cooperação como sendo um instrumento de organização social, fazendo com que grupos de sindicalistas e cooperativistas se unissem em busca de um novo modelo de trabalho. Um dos fatores desencadeadores para o surgimento da ES no Brasil foi a crise de 1981/83, que fez com que muitas indústrias falissem -- por consequência disso seus trabalhadores se uniram e formaram cooperativas.

Datam do período entre 1771 a 1859 os registros da primeira e principal referência de cooperativa, que foi concebida e praticada pelo reformista social Robert Owen, o qual tentou buscar junto ao governo inglês e a burguesia da época melhores condições de vida e trabalho. Não obtendo significativos resultados o socialista pede aos trabalhadores que se organizem em formas de associações, realizando em conjunto um trabalho em que se configurava a valorização humana em detrimento do individualismo e da concentração de renda. Estas primeiras iniciativas eram pautadas nos princípios da igualdade de oportunidades.

Em 1844, foi fundada na Inglaterra, por um grupo de 28 operários, uma cooperativa de consumo, a Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale. Essa cooperativa projetou os princípios de Rochedale que marcaram a definição do que é uma cooperativa autogestionária, por pregar a “igualdade política; a livre entrada e

saída do quadro social; a neutralidade política e religiosa; e a prioridade à educação cooperativa”. (SINGER, 2003, p. 119).

Marx e Engels não acreditavam na eficiência dessas cooperativas que consideravam ser possível haver uma transformação gradual e interna ao próprio sistema. Para eles, somente através da revolução e da transformação da classe operária seria possível romper e superar a lógica dos sistemas capitalistas, pois as pequenas cooperativas não conseguiriam apresentar condições de produtividade para competir com as empresas tradicionais, face à falta de maquinário e mão de obra especializada. Sendo assim, estas acabariam sendo forçadas a abandonar o modelo solidário e a adotar o modelo capitalista. O pensamento de Marx se confirmou, fazendo com que no final do século XIX e durante o século XX houvesse um enfraquecimento da estrutura produtiva e dos princípios político-sociais adotados até então pelo modelo cooperativista. A própria experiência de Owen entrou em colapso em 1934, pela necessidade de confrontar as greves patronais; bem como as experiências de Rochedale, que cresceram e se profissionalizaram de forma tal que incorporaram a lógica tradicional capitalista, deixando de lado os princípios solidários iniciais.

Entre a década de 1940 a 1970, surge um novo momento para os cooperativistas frente à ascensão do trabalho assalariado e à posição do Estado frente às lutas de classe. Nesse período as forças sindicais foram fortalecidas pelo Direito de Greve, e o trabalhador se acomoda diante das conquistas salariais (SINGER, 2003).

A partir da década de 1970, diante das mudanças estruturais no âmbito da tecnologia, política e economia mundial, erigiu-se uma nova postura concernente às relações de trabalho e o sistema capitalista. Instala-se a partir deste período uma nova crise do trabalho, pois com a inserção de novas tecnologias tanto no campo de produção quanto na comunicação e transporte, aumentou-se a produtividade, com a redução da mão de obra. Além disso, ocorreu uma exigência cada vez maior quanto à qualificação dessa mão de obra. Aliado a isso, os meios de comunicação e transporte vieram a permitir a conquista de espaços antes não utilizados, oportunizando o trabalho fora da fábrica a qualquer tempo.

Nesse patamar as grandes empresas não necessitavam mais se restringir ao local de sua sede, podendo buscar os custos-benefício para o aumento de seu lucro

em qualquer lugar do planeta. Ocorre uma verdadeira fragmentação, tanto em relação à linha de produção quanto à mão de obra operária. O trabalhador que antes conhecia todo o processo produtivo passou a fazer parte de núcleos de produção, com rotatividade de função e motivados pelo alcance de metas estabelecidas pelo empresário. Dá-se ao funcionário maior autonomia e responsabilização pelas suas atividades, mas em contrapartida as metas devem ser cumpridas, sendo necessário que se utilize além da capacidade técnica as capacidades subjetivas de criatividade, e flexibilidade. Dessa forma, aos trabalhadores mais dedicados e comprometidos com as metas da empresa é exigido cada vez mais produtividade e eficiência, e este, por conseguinte, sofre a pressão diante do medo da perda do emprego.

Outro fator agravante encontra-se na internacionalização dos mercados, onde o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial influenciam nas políticas econômicas e financeiras nacionais, dando poderes ao setor empresarial para a efetivação de suas práticas competitivas e execução de suas estratégias financeiras. Assim, se está frente a frente com o enfraquecimento do Estado na organização de políticas públicas voltadas ao social e ao empoderamento da classe empresária, resultando em prejuízo ao trabalhador, que vive em um ambiente sob ameaça de perder o emprego, o que provoca medo de se tornar desnecessário e medo do próprio colega de trabalho, que passa a ser visto como concorrente.

É diante desse cenário que se busca alternativas para o trabalho, para a construção de uma nova economia, pautada em inserção comunitária, partilha de objetivos e compromisso social, através do desenvolvimento da Economia Solidária.

No Brasil a expansão da ES ocorreu a partir do apoio que as iniciativas associativas receberam de instituições e entidades, e na atualidade a ES se articula em fóruns locais e regionais, o que criou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Existem atualmente, além do FBES, 27 fóruns estaduais, contando com a participação de milhares de pessoas através de empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores públicos de ES.

Nos últimos anos a ES tem recebido também apoio dos governos estaduais e municipais, tendo os programas aumentado no sentido da criação de bancos do povo, empreendedorismo popular solidário e centros de comercialização, entre outros.

No início dos anos 90, frente ao avanço tecnológico, à globalização, à abertura dos mercados nacionais e internacionais, à falência de indústrias e à substituição da mão de obra pela automação, surgiu como alternativa frente à crise instaurada a recuperação de empresas -- pelos trabalhadores. Nesse contexto criou-se a Anteag - Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão, que se originou através dos trabalhadores desempregados que assumiram os ativos das empresas. Esta atua em parceria com o poder público na prestação de apoio à gestão e constituição de empreendimentos coletivos. Outra importante órgão nesse contexto é a CUT – Central Única dos Trabalhadores, uma organização sindical de trabalhadores que tem por compromisso a defesa dos interesses da classe trabalhadora. E, nesse contexto, atua também na formação de cooperativas e empresas autogestionárias.

No final de 2002, o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT-Brasileiro) -- que foi criado durante o I Fórum Social Mundial (FSM), em 2001, e é composto por redes e organizações de práticas associativas do segmento popular solidário -- elaborou a carta denominada Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento, objetivando apresentar ao recém eleito Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, as diretrizes gerais da ES, bem como reivindicou a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que junto com o FBES tem o compromisso de promover um intercâmbio qualificado dos interesses políticos e socioeconômicos para a promoção e desenvolvimento das organizações sociais.

Com relação à legislação, o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) foi criado através da publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Este Conselho instituiu a SENAES, que foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e veio a ser regulamentada pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, fruto da proposição da sociedade civil e da decisão do Presidente Lula. No ano seguinte, foi revogado pelo Decreto nº 5.063 de 3 de maio, onde encontra-se, previsto no Anexo I, que dispõe sobre a Estrutura Regimental do Ministério do Trabalho e Emprego – Capítulo II – da Estrutura Organizacional, no art. 2º, Inc. II, alínea “d)” que faz parte desta estrutura a SENAES:

Art. 2º O Ministério do Trabalho e Emprego tem a seguinte estrutura organizacional:
II - órgãos específicos singulares:

d) Secretaria Nacional de Economia Solidária;

No art. 18, inc. I a XV, encontram-se estabelecidas as competências da SENAES:

Art. 18. À Secretaria Nacional de Economia Solidária compete:

I - subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do Ministério;

II - articular-se com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária;

III - planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária;

IV - colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza;

V - estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular;

VI - estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente;

VII - contribuir com as políticas de microfinanças, estimulando o cooperativismo de crédito, e outras formas de organização deste setor;

VIII - propor medidas que incentivem o desenvolvimento da economia solidária;

IX - apresentar estudos e sugerir adequações na legislação, visando ao fortalecimento dos empreendimentos solidários;

X - promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da economia solidária;

XI - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com outros órgãos do Governo Federal e com órgãos de governos estaduais e municipais;

XII - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com movimentos sociais, agências de fomento da economia solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas do cooperativismo;

XIII - supervisionar, orientar e coordenar os serviços de secretaria do Conselho Nacional de Economia Solidária;

XIV - apoiar tecnicamente os órgãos colegiados do Ministério, em sua área de competência; e

XV - articular-se com os demais órgãos envolvidos nas atividades de sua área de competência.

Em consonância com a missão do MTE, a SENAES tem o objetivo de viabilizar e coordenar as atividades relacionadas a apoiar a Economia Solidária no país, “visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário.” (SENAES, 2015).

A SENAES encontra-se subordinada ao CNES, e a este compete, conforme estabelece o art. 26, Inc. I a X:

Art. 26. Ao Conselho Nacional de Economia Solidária compete:

- I - estimular a participação da sociedade civil e do Governo no âmbito da política de economia solidária;
- II - propor diretrizes e prioridades para a política de economia solidária;
- III - propor o aperfeiçoamento da legislação, com vistas ao fortalecimento da economia solidária;
- IV - avaliar o cumprimento dos programas da Secretaria Nacional de Economia Solidária e sugerir medidas para aperfeiçoar o seu desempenho;
- V - examinar criticamente propostas de políticas públicas que lhe forem submetidas pelo Secretário Nacional de Economia Solidária e apresentar emendas ou substitutivos a elas para a consideração da Secretaria;
- VI - apresentar, por iniciativa de seus membros, propostas de políticas ou de atividades a serem submetidas à consideração da Secretaria Nacional de Economia Solidária;
- VII - aprovar o seu regimento interno e alterações posteriores;
- VIII - coordenar as atividades de entidades nele representadas com as da Secretaria Nacional de Economia Solidária;
- IX - propor novas parcerias entre entidades nele representadas e a Secretaria Nacional de Economia Solidária; e
- X - colaborar com os demais conselhos envolvidos com as políticas de desenvolvimento, combate ao desemprego e à pobreza.

As principais atribuições do CNES se constituem em: promover o estímulo da participação da sociedade e do governo no âmbito de uma política nacional de economia solidária através da proposição de diretrizes e prioridades; propor legislação ou aperfeiçoamento da existente com vistas à fortalecer a ES; avaliar o cumprimento das ações e programas, coordenar as atividades, bem como apresentar propostas de políticas ou atividades a serem executadas pela SENAES; e colaborar com os demais conselhos envolvidos com as políticas de desenvolvimento no combate ao desemprego e à pobreza.

O Programa Nacional de Associativismo e Cooperativismo Social (Pronacoop Social) foi instituído pelo Decreto nº 8.163 de 20 de dezembro de 2013, com a finalidade de “planejar, coordenar, executar e monitorar as ações voltadas ao desenvolvimento das cooperativas sociais e dos empreendimentos econômicos solidários sociais” (art. 2º). O desenvolvimento do programa será de competência da União em parceria com unidades federativas, Distrito Federal e municípios, iniciativa privada e pessoas em situação de desvantagem -- além seus familiares e entidades de representação.

No que concerne às pessoas em desvantagem, o estabelecimento destas encontra-se previsto na Lei nº 9.867/1999 através do art. 3º Inc. I a VII:

Art. 3º Consideram-se pessoas em desvantagem, para os efeitos desta Lei:
I – os deficientes físicos e sensoriais;

- II – os deficientes psíquicos e mentais, as pessoas dependentes de acompanhamento psiquiátrico permanente, e os egressos de hospitais psiquiátricos;
- III – os dependentes químicos;
- IV – os egressos de prisões;
- VI – os condenados a penas alternativas à detenção;
- VII – os adolescentes em idade adequada ao trabalho e situação familiar difícil do ponto de vista econômico, social ou afetivo.

Trata-se, portanto, da inclusão social, através do trabalho, de pessoas que se encontram em desvantagem social, incluindo-se “aquelas com a experiência do sofrimento ou transtorno mental e/ou com necessidades de cuidado decorrentes do uso de álcool e outras drogas.” (FBES, 2015).

Em relação às cooperativas sociais, a Lei n^o 9.867/1999 estabelece que estas deverão organizar seu trabalho, no que se refere às instalações, horários e jornadas, de maneira que possam considerar e minimizar as dificuldades gerais e individuais das pessoas em desvantagem que nelas trabalharem, bem como deverão desenvolver e executar programas especiais de treinamento e capacitação visando, aumentar a produtividade e fomentar a independência econômica e social dessas pessoas.

O Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL) foi instituído pela Portaria MTE n^o 1.780, de 19 de novembro de 2014, e tem por finalidade o reconhecimento público dos Empreendimentos Econômicos Solidários, de maneira que estes tenham acesso às políticas públicas nacionais de ES, bem como às “demais políticas, programas públicos de financiamento, compras governamentais, comercialização de produtos e serviços e demais ações e políticas públicas a elas dirigidas.” (art. 1^o).

Essas disposições legais possibilitam ampliar o espaço de ação para a formação de cooperativas e associações. Todavia, a formação, para o trabalho e para a burocracia que tais instituições irão enfrentar depende de formação, acompanhamento e fomento por parte dos órgãos legais. Veremos a seguir, com maior profundidade como tem sido a experiência cooperativista da CRDI

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A justificativa do estudo desenvolvido está fundamentada em quatro questões:

- a) O fato da minha experiência de inserção na vida produtiva e social de associações de reciclagem de resíduos sólidos ter revelado uma face de desesperança, devido às precárias condições de trabalho, à baixa renda dos trabalhadores e ao pré-conceito a que a profissão é fadada.
- b) O recorrente desencanto sobre a profissão ante as condições de trabalho já mencionadas, descritas em trabalhos acadêmicos consultados em caráter de revisão bibliográfica;
- c) A alternativa ao trabalho dos catadores que concerne à incineração;
- d) A emergência da PNRS como horizonte para catadores de materiais recicláveis e o meio ambiente, a qual ainda está em fase de estruturação e a perspectiva educativa que dela se depreende.

Vejamos mais detidamente cada uma dessas questões.

4.1 Notas introdutórias sobre as inquietações de pesquisa e a inserção na vida social e no trabalho dos catadores

Com relação à experiência de inserção na vida produtiva e social, pude constatar que a experiência do trabalho possibilita significar e ampliar horizontes, principalmente dentro de um coletivo que transcende a lógica de acumulação por meio da exploração do trabalho de outros. O trabalho associado transcende não idealmente, mas substancialmente a lógica perversa do capitalismo, pois propõe não a acumulação, mas a divisão e a partilha entre quem o faz. É por esta razão que os sentidos do trabalho alinhavam inicialmente dois processos essenciais, os quais se distinguem e se confundem: a inclusão e a exclusão – duas faces do trabalho.

A inclusão se dá por meio da renda gerada, que possibilita ao sujeito manter a si e à sua família, mesmo que minimamente. Também o sujeito passa a integrar um meio social no qual existem a identificação e o compartilhar, que vão do ato de dividir um chocolate achado em meio aos resíduos sólidos até o cuidado com os

filhos do outro: o colega, o amigo. A face que exclui passa pelo que Fischer (2006, p.133) chamou de “condição de subalternidade”, constante na categoria profissional aqui trabalhada. Tal condição decorre do estigma da segregação social que se produz “em uma sociedade em que a maioria, mediante seu emprego, tem sua inserção social relacionada ao local que ocupa na escala salarial” (FRIGOTTO, 2002, p. 21). Com base nessa lógica, o trabalhador atuando como reciclador de resíduos sólidos ocupa, na cadeia produtiva capitalista, o mesmo lugar da matéria-prima de seu trabalho:

Assim, o lugar de segregação se constituiu tanto para o lixo, que “deve sair do alcance dos olhos e do nariz, perdendo a visibilidade”, como para as catadoras (mulheres, migrantes, excluídas do sistema formal de produção e consumo) como consequência do processo de desenvolvimento social, marginalizadas no território da cidade, inseridas no sistema informal de produção e, ainda mais, trabalhando com o lixo — objeto desprezado pela cidade (FISCHER, 2008, p.173).

O autor salienta a relação entre a baixa remuneração da categoria profissional e o reconhecimento do trabalho:

Através da remuneração se dá o reconhecimento do trabalho, da atividade humana. Essa remuneração indica que a sociedade ainda não dimensionou essa realidade, não tem os elementos para uma atitude mais compreensiva da condição em que (sobre) vivem os trabalhadores, homens e mulheres, das unidades de reciclagem. (FISCHER 2006, p. 133).

Esse viés revela que a sociedade desvaloriza tal labor, seja por desconhecimento ou por preconceito. Ao mesmo tempo, remete ao ambiente insalubre dos galpões de reciclagem, o que ocasiona problemas de saúde como gripes, pneumonias, doenças dermatológicas (infecções nas mãos, pés, cabeça), verminoses, entre outros. As condições de sanidade são muitas vezes deficientes, tendo esgoto a céu aberto e resíduos orgânicos descartados de forma inadequada, tanto por grupos de trabalho quanto pela população da região. Tampouco há preocupação com a segurança no trabalho, e o uso dos equipamentos de proteção individual (EPI) é na maioria das vezes – por diversas razões – negligenciado. A maioria dos trabalhadores não utiliza luvas, somente as usa quem quer e quando há luvas para serem utilizadas (HOEFEL, 2013).

Igualmente não são utilizadas roupas ou botas adequadas para que as pessoas se preservem da contaminação – que é iminente, visto que a sociedade em geral, seja por falta de esclarecimento ou por simplesmente não importar-se com o destino que é dado para seu lixo envia para a coleta seletiva resíduos altamente infectantes, tais como papéis higiênicos, seringas, fraldas descartáveis, restos de carne, entre outros. Como eu mesma selecionava o material juntamente com os catadores acabei me infectando por *escabiose* mais de uma vez; em uma ocasião me machuquei no trabalho e contaminei o ferimento, o que ocasionou uma inflamação local. Assim, não é para menos que segundo o *Relatório Final do Estudo do Perfil Sócio-Educacional da População de Catadores de Materiais Recicláveis Organizados em Cooperativas, Associações e Grupos de Trabalho* (FISCHER; MEYER; STEPHANOU, 2010):

[...] 60,6% das catadoras e catadores entrevistados manifestaram o desejo de complementar sua escolarização, em oposição a 38,9% que não desejam mais retomar os estudos. Tal desejo além de estar relacionado à vontade de ampliar conhecimentos pessoais e ajudar os filhos, entre outras, está relacionada à possibilidade de novas oportunidades de trabalho formalizado, não estando ligados ao campo da reciclagem. (p. 104).

Constate-se, a partir destes dados, que é uma área produtiva em que o trabalhador, em sua maioria, não constrói perspectiva de continuidade, pois não há horizonte. O horizonte é conseguir sair da reciclagem.

Conforme Adams (2007), o panorama da CRDI se diferencia desta realidade, pois esta cooperativa “obtem níveis satisfatórios de remuneração” (p.308). Neste sentido instigou a presente pesquisa a seguinte questão: qual será o diferencial da CRDI?

A segunda questão em que se fundamentou esta investigação tem relação com a constatação deste cenário de precariedade e desilusão com relação ao trabalho de catador de materiais recicláveis por outros pesquisadores da área. Segundo Silva¹² (2013, p.27):

¹²A pesquisadora desenvolveu seus estudos centrando o objeto de estudo na questão de trabalho e educação para catadores de materiais recicláveis sob o foco da constituição de uma política pública – o Programa de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (CERTIFIC), desenvolvido pela Secretaria de Educação profissional e tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação, o qual possuía o objetivo de contemplar esse segmento profissional. Sua dissertação está disponível no LUME/UFRGS sob o título: **Certificação profissional de trabalhadores e trabalhadores de materiais recicláveis: reflexão para a construção de uma política pública**. Entretanto, conforme

É importante ressaltar que essa é uma atividade desenvolvida em ambientes insalubres e de elevado risco à vida, tais como em lixões e nas ruas movimentadas das cidades, e que na maioria das vezes ocorre sem utilização de equipamentos de proteção e segurança. Os sujeitos diretamente envolvidos são oriundos de uma condição de pobreza, inseridos em processos informais à margem do direito e da proteção social do trabalhador assalariado formal.

Notadamente, quando se pesquisa essa área de trabalho a constatação registrada na citação anterior é recorrente. Lisboa¹³ (2013) observa que o trabalho associado no segmento pouco se diferencia do trabalho autônomo quando se discute a política pública da coleta seletiva implementada pela Prefeitura do município de Porto Alegre - RS. O autor argumenta que o programa da coleta seletiva se fundamentava em *resgate social, proteção ambiental e responsabilidade do cidadão*, porém seus objetivos não chegaram a reverberar, pois, conforme analisa o pesquisador, tais fundamentos não corresponderam a uma reestruturação das condições de trabalho dos catadores na realidade. No seu entendimento:

Excetuando-se o fato de não mais estarem atuando nos lixões a céu aberto (progressivamente desativados ou transformados em aterros sanitários) e de se encontrarem organizados em associações de trabalho, os poucos catadores atingidos por essas políticas continuam experimentando essencialmente as mesmas condições de inserção e desempenho se sua atividade: insalubridade, inexistência de vínculos empregatícios, baixa renda, dependência de atravessadores etc. (LISBOA, 2013, p. 103).

Assim, há uma tensão entre a demanda da reciclagem pela sociedade como algo vital à sustentabilidade ambiental – que é dever também do poder público –, e a das condições de trabalho que viabilizado para os trabalhadores. As condições de trabalho relatadas pelos pesquisadores, por serem precárias, culminam em processos de (des)reconhecimento, conforme discute Michelotti (2006, p.15):

Dada a generalizada rejeição social à sua forma de vida - que com frequência implica em viver na rua - e ao seu ofício - que requer estar em contato permanente com o lixo -, o catador é vítima de um elevado grau de exclusão e está relegado às zonas mais "selvagens" da cartografia urbana - isto é, às lixeiras, às ruas e aos guetos onde vende os seus produtos a intermediários [...]

relata a autora em sua dissertação, infelizmente, não houve continuidade do programa para tais trabalhadores.

¹³O autor pesquisa processos de ambientalização junto a coletivos de catadores e Educação Ambiental. Apresentou a tese de doutorado intitulada: **Itinerários de catadores: (des)encontros com o campo ambiental**. Porto Alegre. Tese de doutorado. UFRGS, 2013.

O autor do recorte citado aborda a questão dos recicladores de materiais sólidos sob a óptica de uma justiça tridimensional: econômica, cultural e política. O mesmo chega à conclusão de que há a demanda de reconhecimento por parte do outro no processo de legitimidade da profissão de catador. Porém, como ser reconhecido em uma sociedade tão apegada aos valores impostos pela cultura hegemônica do sistema capitalista? Dada a ordem de estratificação e exclusão sociais enfrentados por esses trabalhadores podemos depreender a relevância da investigação sobre formas possíveis de desenvolver a consciência da legitimidade e da importância da profissão de catador.

Assim, a terceira questão em que me apoiei para justificar este estudo emerge justamente da razão que legitima o reconhecimento da importância da profissão, que é o fato de não haver alternativa ao trabalho do catador -- apenas a incineração. Existe apenas uma maneira de gerar matéria prima: retirá-la da natureza. O trabalho do catador possibilita a ampliação do ciclo produtivo da matéria prima, desonerando, em certa medida, a natureza. Essa é uma das principais lutas no MNCR, pois tal medida -- a implantação da incineração -- ocasiona, além do desperdício da matéria prima, o desmantelamento de cooperativas e associações. O grande problema é que esta já se consolida como realidade em algumas cidades do país.

Por último, a quarta questão, que, conforme já foi dito, se fundamenta na emergência da PNRS por seu caráter sistêmico, integrador da questão ambiental à questão social não só dos catadores, mas da sociedade brasileira. Não podemos perder de vista que tal política traz consigo uma dimensão de reestruturação ampla. A Diretora do Departamento de Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, Zilda Veloso, em Audiência Pública Interativa da Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos, Coleta Seletiva e Inclusão Social dos Catadores exibida pela TV Senado no dia 23/04/2014 - 09:00 - Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6¹⁴, ao denominar e esclarecer sobre os atores envolvidos na gestão de resíduos sólidos proferiu as seguintes frases: “ - Os catadores, bom estes fazem parte desde o início, esta é uma lei que busca a inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis”; “- Eu costumo dizer que se o cidadão não fizer o descarte correto nada

¹⁴Link para o programa exibido pela TV Senado
<http://www12.senado.gov.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=1982> acesso em 25/05/2015.

vai funcionar na política”. Assim, a expectativa é que vá se ampliando o espaço para a ação social de responsabilidade e cuidado com o meio ambiente.

Da mesma forma, o reconhecimento da importância dos catadores pelo poder público significa, também, refletir sobre os elementos que possam qualificar tal inserção. A Educação é uma dimensão a ser refletida dentro da PNRS, pois, da mesma forma que a própria lei, trata-se de uma construção nascente que está tomando forma e força. Neste sentido, salienta-se que em buscas tanto no repositório LUME da UFRGS¹⁵, quanto no Banco de Teses da CAPES, a pesquisa com as palavras “catadores” “Educação” e “PNRS” não retornou nenhum resultado concernente a algum trabalho que apresentasse reflexões sobre a interlocução destas três temáticas.

4.2 A experiência de organização social do trabalho e educação na CRDI

Neste capítulo trago algumas informações relevantes acerca da experiência de organização social do trabalho e educação da CRDI coletadas a partir das visitas, observações e entrevistas. Com o intuito de introduzir tal discussão organizarei, a partir da fala de um dos gestores da CRDI realizada durante uma visita guiada, um panorama geral sobre a forma como se dão no referido ambiente o trabalho e a educação. Aqui o gestor será denominado Entrevistado um (E1).

Segundo a fala do gestor E1 todos os trabalhadores que atuam no galpão de reciclagem de Dois Irmãos são cooperativados e associados. Alguns integram o grupo há poucos meses, outros trabalhadores já estão associados há mais de quinze anos. O grupo se compõe atualmente de trinta e sete membros: trinta e três homens e quatro mulheres. Todos contribuem com suas seguridades sociais, além de obterem ganho acima da média – entretanto, ainda não possuem fundo de garantia e as férias são gozadas de forma intercalada e escalonada entre os associados durante o ano. Seus horários de trabalho são de segunda a sexta das 7h às 11h30m e das 13h às 17h30m. A não ser que tenha muito serviço: *“aí a gente faz umas horas a mais. Nos sábados a gente trabalhava, agora paramos. Como conseguimos a “retra” (retroescavadeira) isso agilizou bastante pra nós”* (E1).

¹⁵Apenas identifiquei no LUME/UFRGS meu trabalho de conclusão de curso de Pedagogia: A educação ambiental na construção de currículo integrado para catadoras/catadores e recicladoras/recicladores de resíduos sólidos: elementos para reflexão. Vicente, Bianka Biazuz (2012). Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/56361>

Outra informação interessante para se entender o funcionamento da CRDI é que há no local refeitório e os cozinheiros são os próprios associados, que se revezam também por escalas. A comida é comprada com verba que a cooperativa separa para essa finalidade. Neste sentido, pude vivenciar este momento e compartilhar o almoço com o grupo. O almoço é um momento de reunião onde se comenta o trabalho, mas também é momento no qual os associados se integram e interagem.

O trabalhador identifica seu local de atuação como “usina”. Esta informação denota uma maior complexidade no que toca o processo da reciclagem dos resíduos sólidos, pois abrange, além da seleção, o beneficiamento de alguns dos materiais. A cooperativa trabalha com a separação de diferentes tipos de materiais, dentre eles estão o alumínio, o plástico, o ferro, o papel branco, o papel colorido, o PVC e o vidro, dentre outros.

Pude observar que na associação há o emprego de tecnologia em vários momentos do trabalho: há uso de esteira, retroescavadeira, empilhadeira, prensa, moinho para lavagem e moagem de plásticos e aglutinador. O plástico é o material que agrega maior valor e prestígio às atividades da CRDI: *“Esse é o nosso diferencial, pois temos o processo de moagem e “coisarada”. Temos o trabalho aqui de beneficiamento, e o nosso carro-chefe é o plástico.”* (E1). Na cooperativa há uma linha de beneficiamento deste material: lavagem, moagem e aglutinação a partir do aquecimento.

O produto final são pequenas esferas de plástico que são comercializadas diretamente com a indústria. Assim, justifica-se chamar a cooperativa de “usina”, pois no local é feito de fato a reciclagem do plástico – o qual passa por um processo de transformação física. Neste sentido, há um ganho duplo quando se trabalha com o beneficiamento do material, pois agrega-se valor ao produto e elimina-se a figura do atravessador, que é quem faz, geralmente, a mediação das vendas dos materiais e indústria e acaba ficando com a maior parcela do lucro do negócio:

Sim, porque se hoje eu to vendendo o PET branco a R\$ 1,45, a COOPET-Sinos vai poder pagar pra nos R\$ 1,90. Ou seja, a diferença de R\$ 0,50, isso aí o atravessador tá pegando pra ele. Daí vai ser feito o *flake*, por isso

vai agregar bem mais valor. Vai sair o material todo moído, lavado e moído, já. (Gestor E1)

Para que seja entendido, a CCOPET-Sinos é a Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis do Vale dos Sinos, da qual é integrante a CRDI. A constituição de redes como a CCOPET é uma das grandes articulações da ES. Deste modo, a força produtiva ganha forma e força tanto em âmbito econômico quanto na constituição da identidade profissional e na formação política. Neste sentido é importante ressaltar que CRDI contribui ativamente com o processo de implantação de novas associações e cooperativas, oferecendo assessoria técnica para a formação dos trabalhadores na área técnica e de organização do espaço de trabalho.

Durante a visita guiada pela cooperativa, pude observar o processo do trabalho realizado conforme era apresentado pelo gestor E1. Este informa que o trabalho tem início com uma separação manual do material que chega ao local, visando que este seja pré-triado, facilitando, assim, o trabalho na esteira. A próxima etapa é a esteira, onde onze pessoas trabalham separando o material que vai para a “prensa”, o material que vai para o beneficiamento e o material que não será aproveitado para a reciclagem. Este material que não será aproveitado vai para o “transbordo”¹⁶, e é encaminhado para o mesmo local para o qual a prefeitura direciona o lixo orgânico da cidade. O gestor E1 explica que é necessária a parceria de trabalho entre a cooperativa e os outros segmentos da área sanitária da cidade como, por exemplo, com o pessoal que coleta os resíduos orgânicos e realiza o transbordo do rejeito da CRDI. Neste sentido, o gestor E1 afirma que existe uma pró-atividade dos trabalhadores de ambos os locais, pois quando os trabalhadores que atuam na coleta dos resíduos orgânicos percebem no transbordo que existe dentre o material coletado algo que poderia ser reciclado, enviam para o galpão da CRDI.

Na fala o gestor E1, percebe-se que a CRDI é uma cooperativa onde se aprende o processo de trabalho no próprio trabalho: *“A gente aprende com o colega. Chamamos ali no escritório só pra falar como funcionam as regras, mas o*

¹⁶ O gestor da CARD denomina por transbordo o local onde são direcionados o rejeito do material que chega à associação e que após são encaminhados para os aterros sanitários. Existem também locais de transbordos que são lugares onde são acondicionados os dejetos orgânicos antes de irem para o aterro sanitário e o transbordo em si (material) que podem ser caçambas de caminhão ou containers.

funcionamento na prática, ali na triagem, é na esteira. Vai uma pessoa do lado e ensina". Neste ponto, a cooperação um dos princípios da ES se pronuncia como uma característica que marca profundamente a forma da organização para o trabalho em associações e cooperativas de catadores. Recordo-me que quando conheci o entrevistado perguntei se ele era o gestor e ele respondeu *"eu estou gestor"* e salientou a importância de cada membro do grupo conhecer e em algum momento desenvolver as funções nos diferentes postos de trabalho existentes na cooperativa.

Ao descrever o processo de trabalho que ocorre na cooperativa, o gestor E1 explica que os trabalhadores retiram e separam todos os diferentes tipos de materiais que estejam acoplados em um mesmo resíduo sólido – incluindo a limpeza de resíduos orgânicos e a retirada de pequenas etiquetas, parafusos, presilhas:

Aqui ó, esse papelzinho aqui ó tem que ser tirado, fita, borrachinha. Porque a fita é "PP" e plástico é "PAD", Então não pode misturar, porque na ordem injetora na extrusora ele vai usar 30, 50 graus pra derreter o material, o "PP" já precisa mais, daí o que vai acontecer: um vai se diluir e o outro não. O que não se dilui tranca nas peneiras, por isso tem que ser tudo diluído. Papel não pode ter por causa disso, porque o papel não derrete.

Este tipo de prática, que se configura como a maneira mais adequada e eficaz da separação dos materiais, advém dos conhecimentos destes trabalhadores sobre como é processado o material durante a etapa posterior a separação: *"Todos os anos a gente faz uma visita na indústria que a gente vende material. E tenta sempre lançar pros novatos essa qualidade. Porque a gente exige qualidade né? É por causa disso"* (E1). A importância da visão ampla de toda a complexidade do processo de reciclagem e a conscientização sobre sua inserção no processo é reconhecida pelo E1: *"É a nossa qualidade a gente cuida bastante por causa disso, a gente sabe lá na frente o que vai dar"*. Assim, chamo atenção para duas reflexões que me parecem substanciais para entender alguns sentidos do trabalho: o trabalho como produtor de conhecimento e para a apreensão do processo de trabalho como integrador de sentidos e do entendimento de que o trabalho desenvolvido é contínuo e integrado a outros trabalhadores e produtos. Assim, o trabalhador desenvolve a consciência de que o trabalho que é feito na cooperativa é uma parte do trabalho da reciclagem, pois na indústria o material passará por outra transformação. Por esta

razão, seu trabalho deve ser bem feito para, que o todo o processo corra bem – desta maneira há comunicação entre as diferentes etapas do processo de transformação dos diferentes matérias e o trabalhador se percebe dentro de uma rede integrada de atividades e percebe o valor do seu trabalho. Neste sentido o trabalho restitui o sentido de trabalho como “produtor de vida” (FRIGOTTO, 1987), pois entender-se como protagonista dentro de um processo restitui a autoimportância.

Na área produtiva em questão, como já foi dito, a questão da legitimidade da profissão ganha força pela marginalidade que a mesma sempre ocupou. Podemos ver pela fala do gestor E1 que este compreende sua profissão como sendo constituídas de importância e simbolismos a partir das seguintes pergunta: Como descreves e de que forma percebe/entende o trabalho que é desenvolvido na CRDI no sentido social? Tu entendes que é um ganho das pessoas que trabalham aqui ou se é um ganho mais amplo?

Olha, eu acho que é um ganho amplo. Claro que a gente tem que visar o trabalho da gente, não somos diferentes ninguém vive de vento, a gente tem que ter o nosso próprio salário, né. Mas a gente também se sensibiliza com o trabalho que a gente faz, que é um trabalho de educação, né. De certa forma também a gente se sensibiliza com o ambiental, temos consciência do trabalho que a gente faz também. E a gente tem que fazer o que a gente gosta. Se a gente faz o que a gente gosta o trabalho acaba sendo bem feito. Se tu fizer alguma coisa que tu não gosta tu vai fazer as coisas meio por cima, “ah, não to nem aí”. E aqui a gente gosta, eu sempre coloco isso, quem trabalha aqui tem que gostar do que trabalha, porque daí a gente vai conseguir desenvolver um trabalho bem feito. (E1).

O gestor E1 prossegue demonstrando o valor do trabalho associado e relacionando o mesmo com a questão de ser uma associação não haver dono:

Aqui todo mundo ganha igual, é direitos e deveres iguais pra todo mundo, então isso também é um diferencial. Porque aqui todos são donos do seu próprio negócio. Claro que às vezes a gente vai fazer alguma coisa, mas tudo é comunicado, nós vamos tomar uma decisão, reúne o grupo e faz. Então isso faz com que seja agradável de trabalhar com o grupo. Então isso também é um “chamarisco”, na verdade, porque o pessoal que vem aqui trabalhar quer ficar trabalhando, gostam.

Para os associados, Entrevistado 2 (E2) e Entrevistado 3 (E3), o trabalho também se constitui como educativo e dignificante:

Eu até trabalhei antes de vendedora, ajudei no escritório de um atelier de calçado aqui de Dois Irmãos -- que é forte no calçado, né -- e daí por acaso eu conheci uma amiga que trabalhava aqui, já nãoi trabalha mais, se aposentou e saiu, daí ela me indicou. Daí até quando eles me chamaram eu fiquei meio em dúvida se vou ou não vou porque era um mundo totalmente diferente. E daí eu resolvi vir e gostei e to até hoje. É uma coisa diferente, e é um negócio praticamente teu, né, tu tem que cuidar. É um negócio totalmente diferente, é bom trabalhar aqui. (E2)

A associada E2 prossegue explicando que a sua escolha por essa área de trabalho tem a ver com o regime de trabalho que é cooperativado e sem hierarquia, e no qual há processos onde o diálogo e a compreensão são fatores que fazem do trabalho algo que expressa mais liberdade:

O pessoal não é assim como é em uma fábrica, eles tem, né, um patrão, o gerente, o contramestre, eles ficam cobrando da pessoa, né. Aqui se tu faz uma coisa errada o pessoal vem te -- claro, eles vem te cobrar também, que tu tá errado -- mas, em outro sentido tu é mais livre, sabe? Não tem aquela rigidez, tu consegue conversar mais no trabalho, sabe? Tu não fica assim só focado -- claro, tu tem que ficar, né -- mas não é aquela coisa certinha, certinha. Tu trabalha e vive, né. Tu trabalha mais tranquilo. Não é aquela rigidez que tem dentro dos escritórios, nas lojas, que tu tem metas e essas coisas assim. Então aqui essa liberdade tu tem. Isso eu acho que é importante. (E2).

Para as mesmas perguntas o associado E3 oferece as seguintes respostas:

Eu vim pra cá porque eu sempre gostei, eu trabalhei em vários empreendimentos já, de novos desafios, sempre nos trabalhos onde eu estive eu sempre tentei mudar de rumos de trabalho. Já trabalhei em várias empresas químicas, de calçados, em padaria, em construção... trabalhei em vários setores. Sempre busquei novas coisas. Porque pra mim é sempre um desafio, eu acho que tem sempre que fazer outras coisas novas. Depois que eu comecei a trabalhar com reciclagem que eu gostei. Já tô há tanto tempo, porque nos outros trabalhos eu não ficava tanto tempo trabalhando. Na reciclagem já tô há oito anos e pretendo trabalhar sempre nessa área de reciclagem. Talvez no futuro aí a minha ideia é estar educando outros que trabalham. Tô sempre me aperfeiçoando pra trabalhar na área da reciclagem. Eu gosto porque é uma coisa que tu sempre tá fazendo o bem. Porque hoje a maioria das pessoas só pensa em poluir, poluir e são poucas as que estão inseridas no meio ambiente. Eu gosto disso aí por isso. Que nem eu trabalho mais nos equipamentos daí a gente sempre tá cuidando da coisa que é lixo, por exemplo, a gente tá botando de volta no mercado pra fazer coisas novas. Dessa forma a gente tá contribuindo para o meio ambiente.

O trabalhador demonstra que, para além da subsistência, procura também prazer e reconhecimento no trabalho. Neste sentido, o mesmo indica que seu

trabalho possui o significado de fazer o bem e contribuir com o meio ambiente. Interessante ressaltar que o mesmo não possui inclinação de estar abandonando a reciclagem para trabalhar em outro setor produtivo, mas que pretende se aperfeiçoar cada vez mais, para desempenhar a atividade de modo mais eficiente e contribuir com as questões do meio ambiente.

Através destes relatos percebo que a experiência de trabalho na CRDI se constitui na perspectiva *conhecimento prudente para uma vida decente* (Santos, 2003). A significação do trabalho para além do ganho econômico e a relação que o associado E1 estabeleceu com ideais que transcendem apenas o lucro e individualismo nos trazem à tona o conceito da *antropoética* (MORIN, 1999), no caminho do desenvolvimento de uma consciência planetária que sobrepõe-se ao individualismo. Os princípios da ES demonstram força formativa para proceder à crítica ante o sistema que vivemos e para tentar algo diferente no trabalho associado. Neste sentido podemos perceber que o *conhecimento prudente para uma vida decente* está conectado ao conceito da *antropoética*, pois para termos condições de uma vida decente não podemos negligenciar nem o outro nem o ambiente que habitamos enquanto comunidade planetária. É interessante, deste modo, prestar atenção às palavras do associado E3 quanto aos sentidos que este retira de seu trabalho:

Um sentido do trabalho é dar o exemplo. Pra mim é um exemplo porque muitas coisas que as pessoas colocam fora, muitas coisas que são lixos nós aqui, que somos 37 cooperados, conseguimos dar um destino correto para esses materiais. E hoje tem muitos municípios que não têm coleta seletiva, que não tem esse trabalho e acabam enterrando toneladas de lixo, toneladas de materiais que poderiam estar sendo reaproveitados, bem reaproveitados e várias vezes. Que nem o plástico que pode reaproveitar várias vezes. Papelão até duas, três vezes pode usar. Mas assim não, usa uma vez e descarta. Mas o meio ambiente não vai ter sempre árvores, não vai ter sempre petróleo. Então quanto mais reciclarmos mais tempo vamos ter, né? (E3)

A forma como o associado E3 expõe seu fazer e o relaciona com a sociedade parece propor possibilidades e atitudes positivas ante aos problemas apontados por Bauman (2005) quanto à modernização:

A modernização progrediu de modo triunfante, alcançando as partes mais remotas do planeta; a quase totalidade da produção e do consumo humanos se tornaram mediados pelo dinheiro e pelo mercado; a mercantilização, a comercialização e a monetarização dos modos de

subsistência dos seres humanos penetraram os recantos mais longínquos do planeta; por isso, não se dispõe mais de soluções globais para problemas produzidos localmente, tampouco de escoadouros globais para excessos locais. (p.13).

Percebe-se que quando o associado E3 se remete às “*coisas que as pessoas colocam fora, as coisas que são lixo*”, este passa a pensar justamente sobre as questões da modernidade trazidas à reflexão pelo autor citado. Neste sentido, o associado demonstra entender que há finitude dos recursos naturais de que dispomos e que, portanto, corremos riscos neste sentido. Também demonstra uma inversão dos valores apontados pelo autor no que tange à mercantilização da produção e do consumo, ou seja, das relações que se constituem como primordiais entre os humanos no produzir para consumir. Não que o associado E1 tenha aviltado que não necessita que seu trabalho lhe gere renda, pois sabe que necessita de recursos financeiros para viver em nossa sociedade capitalista, mas a sua existência está comprometida, em última análise, com projetos amplos, a partir dos quais pretende retirar seu sustento.

Entretanto, como em qualquer empreendimento o lucro é necessário para que possa haver a partilha do trabalho transformado em valor monetário. Assim a CRDI seleciona quem será esse cooperativado e, portanto, o seu trabalhador:

Tem que ser, né? Senão... Essa é um dos nossos perfis. Tem que trabalhar rápido. E tem dois meses de contrato, se a pessoa não passar, tem um mês, é chamado e falado: “ó, tem que melhorar aqui e ali ó” o que tá bom; no segundo mês já é o final.(E1).

Percebe-se que a produtividade é um critério de escolha, porém há na descrição do processo de entrada e permanência dos trabalhadores da CRDI a questão do diálogo da “chance” de melhorar e prosseguir no labor. Esse também é um processo que pode ser entendido como formativo de uma identidade e de uma forma de organização para o trabalho do grupo, pois evoca quais são as demandas do grupo e cria regras para sejam seguidas. Deste modo, a permanência é definida em certa medida pela eficiência que o trabalhador oferece à CRDI.

Outra questão que abordei foi referente às estâncias criadas para autogestão, como, por exemplo, como funcionam as reuniões, como são tomadas decisões e de que forma os associados se sentiam quanto a esse processo. Segundo o gestor E1:

A reunião de prestação de contas é todo mês, ali pelo dia 4, dia 5, sempre tem uma reunião, balanço do mês, na verdade, o que foi vendido, qual foram as despesas, o que sobrou para cada um. Aí tem aquelas outras que são urgentes, quando tem um assunto pra gente debater. A gente para no meio-dia e faz né.

O mesmo descreve da seguinte maneira a questão das reuniões quanto à percepção que ela desenvolve nos associados e aos processos formativos, de construção de diálogo, da dimensão de educação, de apropriação do trabalho:

Com certeza, eu acho que a reunião é para isto. As pessoas participam, é regra, todos têm que participar. Porque às vezes um assunto que eu tenho aqui pra falar pra ti, mas o colega do lado, também pode surgir o mesmo assunto com ele. Já serve pra ele. Então a gente vai aprendendo com os teus erros e eu aprendo também. É por isso que todo mundo tem que estar. E um assunto que às vezes também precisa de votação, é importante todo mundo estar, é a opinião de cada um. Tudo isso conta. Por isso que é importante sempre termos nossa reunião. É importantíssimo num grupo ter reunião, né. Grupo que não tem reunião sempre acaba desagregando. Então acho que isso é muito importante. E como todo mundo é sócio e têm direitos iguais, todo mundo tem que estar atualizado. Não adianta só o pessoal da coordenação ficar sabendo as coisas, sempre quando tem um assunto a gente passa pro grupo. (E1).

Neste ponto comentei com o gestor E1 que nem sempre a coordenação poderia resolver todas as questões da CRDI, ao que ele me respondeu: “*Não, não. Até nem tenho autoridade para isso. Se não já não é direitos iguais*”. A participação, outro princípio da ES, aparece com muita força e presença no grupo. Tal princípio traz consigo novas possibilidades de entendimento, de superação e de construção de saberes, pois segundo Santos (2002):

[...] o princípio de incompletude de todos os saberes decorre a possibilidade de diálogo e de disputa epistemológica entre os diferentes saberes. O que cada saber contribui para esse diálogo é o modo como orienta uma dada prática na superação de uma certa ignorância. O confronto e o diálogo entre os saberes é um confronto e diálogo entre diferentes processos através dos quais práticas diferentemente ignorantes se transformam em práticas diferentemente sábias. práticas diferentemente ignorantes se transformam em práticas diferentemente sábias. (p.13).

Como o autor desenvolve suas pesquisas principalmente em âmbito epistemológico a questão da produção de saber se torna central em suas discussões, tendo como bandeira a questão da hegemonia cultural ocidental sobre as experiências “*do sul*” conforme o autor chama as experiências solidárias e contra-hegemônicas. Nesse trecho citado o diálogo é apresentado como mediador de

processos pedagógicos que abrem espaço para a produção de novos saberes; saberes esses que são incorporados no dia a dia do trabalho, trazendo melhores ganhos financeiros e melhorando o ambiente de trabalho.

Com relação às aprendizagens, falarei primeiramente sobre a solidariedade. Segundo a associada E1, uma grande vantagem em se trabalhar na CRDI é:

Temos contribuição - a maioria das associações e cooperativas não têm - atestado médico, tu pode levar teu filho no médico – claro, com o comprovante e isso nenhuma empresa paga, então não, a gente optou por isso aqui, agora, se eu for no médico e ele me der um comprovante a cooperativa paga, só se eu levar meu filho, aí não. Mas se eu ganhar um dia de atestado, por exemplo, meu filho ficou doente e ganhou uma semana, aí eu ganho metade daquela semana paga e a outra semana ficava a questão do meu marido. Então isso também ajuda. E nas firmas na verdade eles não pagam, não tão mais pagando, eles pagavam há um tempo atrás.

A fala da associada E1 se comunica diretamente com o princípio mais caro à ES – a solidariedade. Saliento que questões como atender à família do colega de trabalho é algo que encontrei em todas as associações que visitei, pois há constituição de laços afetivos que possibilitam o reconhecimento da dor do outro. Não há como alguém trabalhar com uma grande preocupação o/a afligindo, como a doença de um filho, por exemplo. Deste modo, o trabalho associado demonstra que é possível um trabalho humanizado obter lucros satisfatórios.

Também dentre as aprendizagens constituídas no trabalho, os associados entrevistados apontaram o aprimoramento de suas práticas ambientais a partir dos conhecimentos sobre os tipos de material que consomem, a questão da poluição e de que forma o seu trabalho contribui para minimizar seus efeitos. Vejamos o que tem a nos dizer a entrevistada associada E2:

O nosso trabalho aqui não é só para o custo-benefício. É pro bem da natureza também, né. Eu gostaria que se pudesse – assim, vai muita coisa fora que poderia ser aproveitar, né, só que tem coisas que as indústrias reutilizam e não tem como elas fazerem porque é usada muita química -- nessa parte fosse revisto, em nível de governo, alguma coisa assim, que se fizesse para mudar essas regras.

A entrevistada se compreende como alguém que está preservando a natureza e vê seu trabalho imbuído deste significado. Não é apenas um trabalho para ganhar pão – como todos, precisamos trabalhar para ganhar o seu – mas percebe e entende o seu papel social para além das urgências da vida cotidiana. Há um

componente ético que dá outros sentidos ao trabalho. Todavia, ela demonstra preocupação quanto ao comportamento da população da cidade no que se refere ao tratamento dado para os seus resíduos:

Um tempo atrás – quando eu comecei a trabalhar aqui – as pessoas colaboravam mais. Mas a nossa cidade é muito migratória, quando as pessoas aprendem elas vão embora. Daí tem outras que não tem esse hábito que nós temos aqui. Então sempre quando vêm as escolas e os pais dos alunos nós falamos para passar uma água... assim, não precisa lavar bem, mas só passar uma água quente. Isso já nos ajuda um monte. Ajuda para nós pouparmos água, energia e assim por diante, né? (E2).

E complementa:

A nata e o azeite estragam o papel, o que for de papel com gordura tem que colocar fora. Não tem como reciclar. Porque ele não se decompõe na água, porque pra reciclar papel se usa água, daí com o azeite ele não derrete mesmo sendo picado ele não se decompõe. Ele vai embora pra natureza. E isso que eu acho que o povo devia cuidar um pouquinho. Mas isso a gente fala pra eles, por exemplo: pra colocar azeite em uma garrafa PET, não colocar em um vidro porque temos um caminhão compactador (ele aperta), as pilhas, colocar no lixo seco, não botar no lixo molhado, e assim por diante. (E2).

Há a compreensão de todo um processo por trás da fala da associada E2 :

Eu gostaria muito que -- o pessoal não tem muita ideia de como funciona uma cooperativa que tira os materiais e que na verdade iriam ser enterrados com a natureza, e isso na verdade demora muitos anos pra se decompor. Se o pessoal cuidasse de comprar coisas que dão pra reciclar, a indústria fazer coisas que dão pra reciclar (com coisas que não vão ir pra natureza), porque isso tudo enche para tudo que é lado, né?

Tal compreensão advém dos conhecimentos oriundos do trabalho que se transformam em consciência e prática:

Nesse sentido também. Eu to fazendo a minha parte, né. Isso também é muito importante. Eu to fazendo a minha parte e a de mais gente. Isso é muito bom, e eu optei de trabalhar nisso porque eu gostei muito de trabalhar com isso aqui. A gente começa até ter atenção quando vai comprar uma coisa, por exemplo, vou dar um exemplo bem prático: a caixa de ovo deste que a gente compra no mercado, a caixinha de plástico aquela. Eu em casa não compro mais essa caixinha porque ela não tem reciclagem. Aí eu compro sempre em caixinha de papelão, que ali tem reciclagem. (E3).

Deste modo, o trabalho na área da reciclagem é também educativo, o qual possibilita aprendizagens que não estão disponíveis em todos os lugares. O

conhecimento sobre os materiais é algo extremamente raro. Ter a noção acerca das condições daquilo que é consumido ser reciclado ou não é outro conhecimento não disponível em todos os lugares. Consumimos majoritariamente desvinculados de toda uma sistêmica que há entre matéria prima e bens de consumo, principalmente, os não duráveis.

Portanto não há como não concluir que o trabalho na CRDI possui seus significados tanto para cada membro do grupo como para a sociedade, pois a visão sistêmica implica em perceber as relações profundas que constituem o fazer e o receber. Trabalhar em contato com o descarte faz o consumo exagerado ser percebido. Os catadores, neste sentido, possuem conhecimentos e produzem conhecimentos em diversos níveis conforme propõe a ES: no pessoal, no coletivo e no que tange à transformação tanto de materiais quanto de vidas.

4.3 Movimentos no âmbito das políticas públicas do município de Dois Irmãos e suas contribuições no âmbito do trabalho e educação na CRDI

Segundo o depoimento do ex-prefeito da cidade, Juarez Stein, a poluição causada pelas ações durante as décadas de 1970 e 1980, como o descarte inadequado de lixo, causou os primeiros movimentos de preocupação com o meio ambiente da população no município: “[...] nós não tínhamos a consciência de preservar a água e dar uma destinação adequada para o lixo. Essas coisas vêm acontecendo aos poucos. Nós nos preocupávamos, sim, com o cheiro e com a fumaça.” (ADAMS, 2005, P. 14).

No processo de desenvolvimento da consciência ambiental relacionada aos cuidados com o lixo, teve destaque a participação da Fundação Estadual de Planejamento Regional (METROPLAN), por volta de 1989/90, que propôs o fim da queima do lixo e o depósito de materiais no curso d’água, além da transformação do espaço em um local destinado à reciclagem de materiais.

Em 1993 a Prefeitura iniciou a construção dos açudes de tratamento para a decantação do chorume, o que deu origem ao primeiro aterro sanitário, autorizado e fiscalizado pela Fundação de Proteção Ambiental (FEPAM).

Nesse período foi iniciada uma campanha nas escolas da rede municipal de ensino, ocasião em que um professor foi disponibilizado para ensinar sobre a

separação dos materiais recicláveis. Por esta razão foi acumulada uma grande quantidade de lixo separado nas escolas. Estes materiais passaram a ser ofertados à Central de Reciclagem de Roselândia, em Novo Hamburgo, que retribuía simbolicamente com um valor em dinheiro às escolas

A partir de janeiro de 1994 o poder executivo municipal assumiu o compromisso em planejar um projeto para a reciclagem no espaço utilizado anteriormente como depósito. Roque Spies, na época trabalhava na empresa Vida Produtos Biológicos (fundada pelo ecologista José Lutzenberger) prestando assessoria principalmente à Cooperativa de Reciclagem de Roselândia e que esporadicamente vinha à Dois Irmãos dialogar com a Secretaria da Saúde, oferecendo uma assistência para o enfrentamento à problemática do lixo no município foi chamado para debater a questão: Segundo Roque a intenção era fazer a triagem dos resíduos, mas não necessariamente a coleta seletiva, e, frente a isso, defendeu que fosse aproveitada a experiência de separação desenvolvida nas escolas para implementar o movimento de coleta seletiva.

Dessa parceria nasceu o grupo ecológico formado por Roque e sua esposa Odete Spies, com o apoio da empresa Vida. Nele eram discutidas todas as questões relativas à elaboração do projeto e da implementação do processo de trabalho da separação de materiais e da coleta seletiva de materiais no município, entre outras questões ambientais. A campanha da coleta seletiva ganhou um grande apoio a partir do curso de educação ambiental para os professores municipais, disponibilizado pela Prefeitura.

Uma das primeiras exigências feitas pelo grupo ecológico ao projeto da prefeitura foi a remuneração do trabalho. Uma das preocupações era o exemplo de outras reciclagens onde os trabalhadores que dependiam apenas da renda da venda dos materiais se encontravam desamparados e totalmente dependentes do mercado. Sendo assim, defenderam a garantia de uma remuneração mínima no fim do mês, independente da venda ou não dos materiais.

Após a apresentação da proposta criada, a negociação com prefeitura ficou em um impasse, pois o prefeito considerou muito alto o valor solicitado. Após renegociações que baixaram o valor inicial estipulado foi firmado o acordo e aceita a proposta. Desta forma a Prefeitura se comprometia em garantir condições para o alojamento de três pessoas, um moinho para beneficiar o plástico, uma prensa, o

custeio da energia elétrica, equipamentos de proteção, ferramentas e manutenção de toda a infraestrutura e retirada do “rejeito”.

A associação iniciou seu trabalho no dia 2 de novembro de 1994,

Para efeitos práticos, passou-se a assinar a carteira de todos os membros por um salário básico. E, o restante dos recursos, descontados todos os gastos (inclusive os referentes a leis sociais) eram repartidos entre todos /as pelo mesmo valor, conforme as horas trabalhadas.” (ADAMS, 2005, P. 22).

Nos últimos anos foram feitas algumas mudanças durante as renovações do contrato. A mudança do registro de “Empresa prestadora de serviços” para “Associação”, em 1999, acarretou no deslocamento da responsabilidade dos equipamentos de proteção para a associação.

Na renovação do contrato, em 2004, a Prefeitura deixou de assumir a cobertura dos custos sobre a manutenção. O Departamento de meio ambiente conseguiu aprovação de um projeto junto ao Ministério do Meio Ambiente, que se deu a partir das necessidades apontadas pela associação, como a ampliação do prédio e a aquisição de máquinas. (ADAMS, 2005, p. 19), como relatado no depoimento de E1 (página 91).

A Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos foi instituída na cidade de Dois Irmãos no ano de 2008 por meio da Lei Municipal N° 2.522/2008:/

Art. 1º- Esta lei estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados no manuseio e segregação dos resíduos sólidos urbanos, segundo suas características, natureza ou propriedades, visando seu reaproveitamento otimizado, sendo de responsabilidade de todos os municípios, compreendendo pessoas físicas ou jurídicas que gerarem resíduos.

A partir daí a coleta dos resíduos sólidos feita nas ruas do Município de Dois Irmãos é uma tarefa delegada pela a prefeitura à CRDI:

Na coleta a prefeitura dá o caminhão e o motorista e daí nos temos 12 lá na rua, só trabalham lá na rua, que se alternam, de manhã, de noite de tarde. E aqui dentro a gente trabalha em 24, geralmente 11, 12 na esteira e o resto vai na prensa, nos plásticos. Ao todo são 37, 33 homens e 4 mulheres. (E1)

A prefeitura declara que a legislação municipal, apesar de ser anterior à Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei N° 12.305/2010, está na sua totalidade em consonância com a legislação federal e estadual em vigência. O cooperativado E3 declara que *"a legislação está dentro das normas porque nós ajudamos a formar*

a política aqui em Dois Irmãos.", o que demonstra a influência do trabalho da Associação. Neste sentido:

[...] Fomos em todos os bairros e discutimos as prioridades, nós fazíamos grupos e discutíamos as prioridades que cada morador queria, para ser política do município. Foi muito interessante porque geralmente as políticas hoje não são feitas pelas pessoas. É sempre de cima pra baixo. Questionamos os moradores: "- o que vocês querem?", "- o que vocês acham interessante aqui?".(E3)

O cooperativado E3 denuncia que atualmente a participação das pessoas vem diminuindo:

[...] hoje em dia parece que as pessoas não querem participar. Depois reclamam. Tinha bairros que tinham muitas pessoas, tinha bairros que tinha poucas pessoas, os que estavam lá decidiam pelos que não estavam. O melhor seria é que todos estivessem lá. Só que hoje é assim. Vai ver, marca uma reunião pra falar sobre o lixo e vê quantas pessoas vão... A primeira coisa que falam é "eu tô pagando", pagam a taxa pra fazer a coleta e não querem nem saber. Não sabem dos compromissos deles. Que têm que separar o lixo, os horários... (E3)

A educação ambiental aparece nos discursos dos cooperativados E1 e E2, nos quais fica claro a importância do trabalho realizado junto às escolas:

Um tempo atrás – quando eu comecei a trabalhar aqui – as pessoas colaboravam mais. Mas a nossa cidade é muito migratória, quando as pessoas aprendem, elas vão embora. Daí tem outras que não tem esse hábito que nós temos aqui. Então sempre quando vêm as escolas e os pais dos alunos nós falamos para passar uma água... assim, não precisa lavar bem, mas só passar uma água quente . Isso já nos ajuda um monte. Ajuda para nós pouparmos água, energia e assim por diante .(E2)

[...] a partir de visitação de escolas, da conscientização dos alunos, até mesmo dos pais dos alunos que às vezes vêm junto, que estamos conseguindo manter a educação para a separação e coleta seletiva. (E1)

Em 2012, a partir da Lei Nº. 3.449/2012, de 07 de dezembro de 2012, é instituído o Plano Municipal de Saneamento Ambiental de Dois Irmãos. (PMSA), sendo que um dos principais objetivos era acatar as premissas da PNRS e estabelecer uma gestão sob os resíduos sólidos. Porém, segundo a fala dos cooperativos foi durante as participações no Fórum Do Vale dos Sinos, ligado ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que eles puderam obter informações sobre o PNRS.

4.4 A CRDI, a PNRS e o Programa Pró-catador

Este subtítulo se destina a verificar como a CRDI tem entendido e percebido a efetividade da PNRS. Conforme já foi discutido em outros capítulos, a efetividade da referida lei demanda a convergência de esforços para ações em diferentes âmbitos institucionais e sociais. Contudo, a participação dos catadores e recicladores de materiais recicláveis é imprescindível para a sua efetividade. Assim, esta pesquisa objetivou compreender como a PNRS vem sendo entendida e construída na concretude do trabalho em uma cooperativa de catadores e recicladores. Para cumprir tal objetivo passo a apresentar os resultados que obtive a partir das falas dos entrevistados.

Os entrevistados reponderam a seguinte pergunta: *Tu já ouvistes falar da Política Nacional de Resíduos Sólidos?*

Não tá sendo divulgado nada disso pra nós. A gente sabe sobre pouca coisa. Assim, que entrou. Mas, sobre leis, alguma coisa que foi trazida pela cooperativa pra nós, mas nada amplo, aberto. E essa Política Nacional também aí tá meio escondida. (E2).

Já ouvi. Muita coisa que não está sendo posta em prática. Porque acho que todos deviam saber para poder lutar por nossos direitos. Porque são poucas pessoas da nossa área que se interessam sobre isso. As pessoas acham que não é importante, mas para nós catadores é fundamental saber da lei e estar amparado por ela. Porque tem várias coisas que ela nos ampara. No Fórum Do Vale dos Sinos a gente leu tudo sobre a Política Nacional a gente sempre faz um questionamento sobre isso. Então acho que é fundamental todos deveriam saber. (E3).

As respostas dos entrevistados proporcionam um bom início de discussão em vários aspectos, porém abordarei primeiramente a questão que entrecruza as informações dos entrevistados no que tange ao conhecimento sobre a PNRS. A associada E2 sabe que a PNRS existe, mas expressa não ter muita informação sobre a mesma. O entrevistado E3 expressa conhecer e indica a importância de se ter tal conhecimento, em especial para quem trabalha nesse setor produtivo. Neste sentido, podemos perceber que há demanda por maiores esclarecimentos e divulgações do que vem a ser e representar a lei para a categoria. O entrevistado E3 demonstra a percepção de que o conhecimento da lei é formativo, no sentido do empoderamento ante a luta por direitos. Todavia, a PNRS possui em seu texto oficial o objetivo de inserção socioeconômica dos catadores e recicladores de materiais

sólidos e reconhece a sua importância no processo a ser desencadeado pela lei. Deste modo, a PNRS demonstra ter uma dimensão de Reconhecimento. Segundo Fraser (2001) o *reconhecimento* é:

O remédio para a injustiça cultural, em contraste, é alguma espécie de mudança cultural ou simbólica. Pode envolver a revalorização das identidades desrespeitadas e dos produtos culturais dos grupos difamados. Pode envolver, também, o reconhecimento e a valorização positiva da diversidade cultural. Mais radicalmente ainda, pode envolver uma transformação abrangente dos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, de modo a transformar o sentido do eu de todas as pessoas. Embora esses remédios difiram significativamente entre si, doravante vou me referir a todo esse grupo pelo termo genérico “reconhecimento”. (p 252.)

Entretanto, no processo de reconhecimento se insere a questão do desenvolvimento também das demandas educativas indicadas pelos princípios da ES, tais como o como autoaprendizado e o aprendizado coletivo. O processo formativo reforça a identidade de grupo e produz maior envolvimento político e afetivo entre os seus membros. Para Santos (2007), o contexto da tensão entre a regulação e a emancipação sempre conviveu com a tensão entre a apropriação e a violência, sendo estas últimas estruturadoras das *linhas abissais*, as quais organizam e delimitam conhecimento e cultura de forma hegemônica. Assim, ocorre a deslegitimação de outras formas de culturas e conhecimentos, e é neste sentido que surge a demanda pela *justiça cognitiva*, pois:

Em suma, a minha tese é que a cartografia metafórica das linhas globais sobreviveu à cartografia literal das amity lines que separavam o Velho do Novo Mundo. A injustiça social global está, desta forma, intimamente ligada à injustiça cognitiva global. A luta pela justiça social global deve, por isso, ser também uma luta pela justiça cognitiva global. Para ser bem sucedida, esta luta exige um novo pensamento, um pensamento pós-abissal. (SANTOS, 2007, p.11).

O pensamento *pós-abissal* está comprometido com a *ecologia de saberes* (SANTOS 2007), pois a superação de tal pensamento passa pelo reconhecimento de culturas e experiências que proponham alternativas ao sistema econômico e cultural vigente e pela construção do conhecimento a partir dessas experiências. A ecologia de saberes, então, passa por questões sobre a formação política dos catadores e recicladores. No entanto, engloba também as questões práticas, que envolvem conhecimentos específicos para o andamento do trabalho e que devem

ser observadas na perspectiva de uma justiça cognitiva. Quanto à demanda por formação os entrevistados respondem:

Eu acho fundamental porque o grupo hoje tem poucas pessoas capacitadas. Infelizmente na nossa área não são muitas pessoas que trabalham que tem capacitação, no máximo o Primeiro Grau completo, são poucos os que têm Segundo Grau. E aí dá dificuldades aqui pra nós também. Tem poucas pessoas que sabem mexer no computador, então eu acho que o nosso grupo que é evoluído, imagina outros grupos, às vezes tá na mão de uma pessoa só. E se aquela pessoa não vem? E se a pessoa ficar doente? (E3).

O associado E3, demonstra que a formação é importante para seu trabalho e que há grande demanda da mesma. Entretanto, neste sentido o incentivo do poder público é essencial. Assim, pensando sobre os objetivos de formação profissional e inserção produtiva do Programa Pró-Catador, é possível visualizar que se trata de um importante passo para que se possa pensar a educação desses trabalhadores. O grande problema é que para acessar os recursos públicos disponibilizados para projetos, inclusive de formação profissional, os trabalhadores devem submeter projetos em editais. Escrever um projeto e submeter à análise não é uma tarefa fácil e, deste modo, perde-se um pouco da autonomia do grupo, pois geralmente quem acaba organizando os projetos são ONGs ou a própria iniciativa privada. Segundo o associado E3, acessar a PNRS não é fácil. Ele tece também críticas ao poder público:

Todos os equipamentos e coisas que nós temos hoje nós adquirimos pela própria cooperativa, bancando de si mesma. Indo atrás, que nem os projetos, nós vamos atrás de projetos, participar, muitas horas, vamos em outros lugares. Tem esse intercâmbio, essas coisas. Por quê? Porque a gente acha importante, acha, entende que é fundamental entender das coisas. E sempre tem uma pessoa do grupo ou outra, hoje a gente tem uma reunião da COPET-Sinos também, que é outro empreendimento fundado pelas cooperativas. Mas se dependesse do Poder público eles queriam que nós ficássemos ali entre quatro paredes e se for possível mandar como nós devemos fazer. É bastante complicado nesse sentido. (E3).

O entrevistado gestor E1 fala sobre o porquê da cooperativa não estar acessando os editais do Programa Cata Forte:

Do Cata Forte nós estamos fora porque olha só o que aconteceu: nós éramos fundadores da COOPET-Sinos, e o Cata Forte saiu por causa da COOPET-Sinos. E nós bem nessa época achamos que não ia dar certo, por isso nós saímos. E agora em Campo Bom, umas quantas cooperativas vão ser beneficiadas pelo Cata Forte. Ficamos fora uns oito meses. Agora nós voltamos. Daí nos ficamos fora bem na época do projeto. (E1).

O gestor E1 demonstra em sua fala incredulidade diante das políticas públicas. No entanto, demonstra ter mudado sua percepção sobre o acesso a elas quando observa que outras cooperativas e associações estão sendo beneficiadas. É importante ressaltar que a cooperativa acessa os recursos que a União direciona para essa política:

Agora nós fizemos um projeto com a Prefeita que tá vindo uma máquina do Governo Federal, juntamente com o caminhão da Prefeitura. Então é um projeto do Governo Federal, que já tá pra chegar, já, parece. Daí a “retra” vai ficar só aqui pra nós e, esse prédio é recurso Federal. (E1).

O prédio ao qual o gestor E1 se refere é o novo local onde funcionará triagem, com uma esteira maior, um espaço mais claro e arejado. Esse é um investimento oriundo da PNRS, destinados às prefeituras para que implementem seus planos municipais de saneamento e gestão de resíduos sólidos e orgânicos. Todavia, os associados não estão relacionando tais investimentos com a lei.

Humm, não. Tá tudo do mesmo jeito como era anos, anos atrás, mudou pouca coisa. (E2).

Não, prá nós aqui não. Eu sei por que participo, até nós no Fórum do Vale dos Sinos discutimos os planos, fomos na Porto Alegre participar dos encontros que tiveram, fomos até pra Brasília, discutindo e colocando nossas prioridades, que alguma coisa nos garantisse como catadores. Mas foi assim, ninguém veio aqui. (E3).

Este é mais um indicativo de a PNRS possuir a demanda de ser melhor publicizada e debatida. Tais medidas são fundamentais para a instituição de novas perspectivas para os catadores e recicladores. Pela ausência de uma estrutura de informação sobre a forma como são gastos os recursos públicos – neste caso os recursos destinados à implementação da PNRS – os associados não percebem nenhuma diferença a partir da lei. As parceiras com a iniciativa privada também merecem destaque, pois têm atendido à demanda da cooperativa por formação:

Geralmente são pessoas já contratadas. Na Braskem já tem os professores, que nem o Alessandro, que vem sempre dar capacitação na área que ele sabe. Mas se ele não sabe naquela área eles contratam outras pessoas pra dar. Até nós, que nem hoje nós temos projetos pra esse ano, amanhã eu vou dar um curso sobre equipamentos. Vou estar em outro município que a Braskem tá reformando os equipamentos. Nós aqui da cooperativa vamos lá dar treinamento pra eles. Mostrando como é que se faz. (E3)

Assim, há um grande envolvimento da empresa com as atividades do grupo na CRDI, o que possibilita o desenvolvimento de outras cooperativas e associações, contando com o conhecimento adquirido pelos trabalhadores:

A Braskem me contrata como se fosse uma pessoa capacitada, paga um valor x por hora para estarmos indo lá e esse valor vem pra cooperativa. Na verdade quando eu saio – eu saio bastante da cooperativa, vou pro Fórum do Vale dos Sinos que são duas vezes por mês, e outras cooperativas- pra dar curso daí eu trabalho lá daí geralmente das cooperativas a gente não cobra, mas hoje a gente sempre vai pras cooperativas por meio de projetos. Daí vem, contratam a gente, passam um valor x e esse valor vem pro grupo. (E3).

Além de um ganho a mais essas contratações de alguma forma trazem reconhecimento para o grupo. Aqui assinalo que uma folha de papel escrita não pode transmitir o tom com que foi proferida a fala apresentada pelo associado E3, mas no momento em que esta aconteceu pude verificar no semblante do trabalhador o orgulho de poder contribuir com a formação do seu grupo e de outros grupos, a partir do reconhecimento de seus conhecimentos. Definitivamente o reconhecimento é um fator preponderante quando se trata de empoderamento e redistribuição tanto econômica quanto de justiça social, principalmente em se tratando de Política Pública.

Para ampliar a discussão proponho uma reflexão à cerca da PNRS, a partir de uma crítica tecida pelo associado E1 quanto ao entendimento que o mesmo tem quanto à dimensão de reconhecimento que a lei oferece aos trabalhadores. A pergunta foi a seguinte: *Como tu entendes essa política?*

Eu acho que tem muitos pontos atrativos pra área de reciclagem, para as cooperativas, mas acho que também deixa alguns pontos abertos para qualquer empreendimento, né. Não só na área de cooperativa, por exemplo, pode abrir uma empresa, a lei sempre deixa umas brechas. Eles dizem cooperativa, mas pode vir uma empresa como nome de uma cooperativa. É, preferencialmente cooperativas que diz na lei ou coisa assim. Mas diz que se não tiver outras, pode ser uma empresa, pode ser qualquer empreendimento. Hoje as cooperativas tão se organizando, hoje elas estão muito frágeis, são poucas que estão bem estruturadas. Esse é um grande risco que nós corremos (E3)

Assim, fomentar a formação de grupos para o trabalho de catadores e recicladores torna-se fundamental para que essas formas de empreendimentos não acabem sendo revertidas em simples empresas que visem o lucro explorando o trabalho do outro.

Para concluir este texto registro que a iniciativa privada vem assumindo um importante papel de parceria junto aos empreendimentos solidários e, como bem assinalou o associado E1, a inserção da iniciativa privada traz consigo riscos eminentes de enfraquecimento da estrutura organizativa e produtiva de cooperativa e associações mais frágeis. Assim, urge que os poderes públicos em âmbito Federal, Estadual e Municipal, intensifiquem suas ações no sentido do apoio a esses empreendimentos.

4.5 A dimensão educativa da PNRS

Enfim, chega o espaço para ser discutida a questão título do presente trabalho e que, em última instância, motivou este estudo: a constituição da dimensão Educativa da PNRS. Desde os primeiros os primeiros passos desta investigação pude sentir e, posteriormente, comprovar, que a construção da PNRS enquanto Política de Estado, não se descola em nenhum momento da constituição desta dimensão. O que foi possível verificar é que tal dimensão ocupa a base da PNRS de modo amplo, no sentido social de abrangência, mas também de modo sensível e profundo, pois requer e projeta questões que nos indicam a demanda por reformulações no âmbito da superestrutura, ou seja, no âmbito da dimensão cultural.

Os associados que responderam à entrevista esclareceram uma visão abrangente da dimensão da educação e da maneira como ela foi sendo constituída durante o processo de desenvolvimento da ARDI:

Ninguém sabe sozinho, sempre tem pessoas que vão te ensinar. Desde conversar com teu colega, com outras pessoas, ter essa troca de experiências é fundamental .Formação é o principal, eu sempre digo pros catadores. Tem que ter formação. Catador sem formação é catador sem nada. (E2).

E o que o trabalho associado ensina:

Eu aprendi a compartilhar mais as coisas, porque quando tu trabalha em uma empresa privada tu é sempre mandado por alguém. E aqui não, aqui tu sempre compartilha, tu aprende, tu traz, tu ensina outras pessoas. É disso que eu gosto na reciclagem. Porque quando eu comecei a trabalhar aqui eu tive a oportunidade de aprender com as pessoas que hoje não estão mais aqui, que me deram a oportunidade de conhecer outras reciclagens e cooperativas, e eu aproveitei esse espaço que eles me deram, e hoje esse conhecimento que eu tenho eu passo para outros colegas que começam a trabalhar aqui conosco, e espero que isso motive bastante para o futuro, né. Talvez amanhã eu não vou estar na cooperativa mas vou deixar uma sementinha aqui, alguém vai continuar esse trabalho que um dia foi passado pra mim e eu agarrei com as duas mãos e to levando até hoje.

O amplo espectro de sentidos que os associados retiram do seu labor demonstram que o trabalho é significativo; sendo que quando é entendido como tal torna-se capaz de trazer à tona o sentimento de enobrecimento do trabalhador e seu pensamento crítico e reflexivo. Esta articulação é imprescindível na construção da identidade profissional e de grupo dos catadores e recicladores. A ampliação do sentido político deste ofício é um processo que pode ser concebido através do prisma de uma sociologia de ausências, na perspectiva da ampliação do presente, do cotidiano destes trabalhadores para que possamos compartilhar seus saberes.

Dadas as especificidades da área de atuação é possível fazer nexos do fazer do catador e do reciclador com várias dimensões, tais como a política, a social, a econômica e a ecológica. As aprendizagens retiradas de lugares onde o trabalho adquire tais significados e não podem ser desperdiçadas, por possuírem potência para compor uma *ecologia de saberes* à área da reciclagem e, por conseguinte, uma melhor formação para uma ecologia profunda.

A construção da dimensão educativa da PNRS é uma grande possibilidade de discutirmos e contestarmos os valores do paradigma dominante e propor valores de emancipação e solidariedade. Deste modo, os saberes provenientes do trabalho dos catadores e recicladores se projetam para além da questão educativa dos grupos de recicladores. Estou me referindo à atenção que deve ao meio ambiente toda a população humana, pois não há outra espécie que incida sobre o meio ambiente de modo tão desarmônico e devastador.

Refletindo sobre este comportamento desvinculado de cuidados com o meio ambiente, a associada E2 transmite algumas inquietações:

Eu gosto de preservar o que eu tenho. Se eu tenho um coisa eu gosto que me dure tempo. O que é totalmente diferente das pessoas que hoje só querem saber de comprar, porque tá tão fácil de comprar hoje, compram, usam um pouquinho e já descartam. Eu desde antes de trabalhar na reciclagem já vinha com essa. Uma roupa, um sapato, uso o que dá, eu não vou estar sempre comprando. E hoje é muito desenfreado, é muito fácil de conseguir as coisas, as pessoas colocam muita coisa fora. Até a gente leva muita coisa daqui, coisas boas que as pessoas usam pouco porque têm dinheiro pra comprar e compram. Acho que elas deviam se conscientizar bem mais, né.

A noção de que existem demandas por conscientização ambiental é algo que à primeira vista salta aos olhos quando se chega em um galpão de triagem e reciclagem de resíduos sólidos. Salta mais ainda aos olhos, o descaso com o que se consome e o que se despreza sem o menor comprometimento com o próprio ato, sem que se considere que de todo ato se desprende uma reação. Este é um entendimento que o associado E1 procurou expressar quando indagado da importância da preservação do meio ambiente

Eu acho que é fundamental, nos dias de hoje todos nós temos que nos conscientizar pra preservar o máximo. Porque se nós não preservarmos os futuros, os amanhã não vão ter. Nós já vivemos num planeta superaquecido, em alguns lugares já tá faltando água. Se nós não aproveitarmos o máximo dos materiais, reaproveitar quantas vezes pudermos, nós vamos prolongar para as futuras gerações.

O associado demonstra estar imbuído da ideia que o futuro das próximas gerações depende do que se faz hoje. No caso do reciclador, ele recicla, e, para além da garantia do seu sustento financeiro, faz conexões sistêmicas sobre os processos cíclicos que se desenvolvem como condições necessárias à vida na Terra.

Compreendendo o papel social e os conhecimentos que os catadores e recicladores desenvolvem em seu trabalho, podemos pensar em como tais profissionais podem contribuir com referida construção da dimensão educativa da PNRS. De qualquer modo, é requisito para a efetividade e conseguinte desoneração do Meio Ambiente o investimento em EA como estratégia de promoção da lei. A ecologia de saberes que emerge na construção da PNRS em contato com grupos antes invisibilizados por sua condição econômica comunica-se com hábitos e

consciências de ser e estar inter-relacionado. Por esta razão, recomenda-se visitas a associações ou cooperativas como parte de programas de EA, da mesma forma que os associados buscam aprendizados também fora do ambiente da associação.

[...] a gente busca, na verdade a gente aprende muito. Parte do nosso conhecimento vem desse tipo de coisa. Não é só aqui dentro do galpão que a gente consegue, tem que sair pra fora. (E1)

Aqui vem bastante colégio. A gente também sai, tem o Fórum do Vale dos Sinos, às vezes a gente sai e dá umas palestras e vai ouvir outras. Geralmente tratamos de pessoas, então quando um não pode vai o outro, e assim vai indo. E cada um tira um proveito de alguma coisa, sempre tira. A gente sempre procura tirar e trazer pro grupo umas coisas para melhorar, outras nem tanto... Mas geralmente a gente tira algumas coisas boas pra melhorar aqui no nosso trabalho. (E2)

Olha, eu gostaria muito que - o pessoal não tem muita ideia de como funciona uma cooperativa que tira os materiais e que na verdade iria ser enterrado com a natureza, e isso na verdade demora muitos anos pra se decompor, né -- se o pessoal cuidasse de comprar coisas que dão pra reciclar, a indústria fazer coisas que dão pra reciclar (com coisas que não vão ir pra natureza), porque isso tudo enche para tudo que é lado, né.(E2)

Finalizo a reflexão sobre a constituição da dimensão educativa da PNRS com o que nos comunica o associado. Sua fala demonstra, mais uma vez, um saber pertinente à PNRS, o qual objetiva ações práticas relacionadas à gestão de resíduos sólidos. Neste sentido, uma última indicação é válida: os catadores e recicladores têm legitimidade de estarem discutindo junto aos órgãos competentes quais são os tipos de materiais que podem ser reabsorvidos pelas indústrias, quais tecnologias existem capazes de ampliar o ciclo produtivo de um produto, dentre outros saberes que estes grupos vêm acumulando com a suas experiências no universo da reciclagem.

Portanto, na eminência de um momento sócio ambiental constituído por incertezas, podemos contar com certeza com a colaboração destes trabalhadores que transformam plásticos e vivências em experiência possíveis e sensíveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A PNRS está em processo de construção nas suas dimensões educativas, sanitárias e de engajamento da sociedade e dos catadores e recicladores. Neste sentido, conforme pude observar na experiência de trabalho e educação da CRDI, o investimento do poder público no que tange à educação é essencial para a efetividade dos objetivos da lei. Assim, saber se posicionar no mundo, saber que o ato não desaparece no ar e que de cada ato se depreendem compreensões que desencadeiam reações são saberes pertinentes em um momento onde o meio ambiente é alvo imediato de um sistema descompromissado tanto com o presente quanto com o futuro. Estes conhecimentos que se comunicam com a EA.

Esta afirmação diz respeito ao contexto em que a CRDI se desenvolveu no município de Dois Irmãos, no qual a ação de EA junto à Rede Municipal de Ensino foi determinante no sentido de educar a população para realizar a separação eficiente de resíduos sólidos dos orgânicos e a coleta seletiva de materiais recicláveis. Esse é um elemento importante de ser observado na experiência do município, comprometer-se com a EA como promotora de hábitos menos poluentes, os quais muitas vezes foram difundidos pelos alunos da Rede.

Substancialmente, a exemplo da cooperativa, a pesquisa proporcionou o entendimento de que os processos de formação da PNRS não se descolam em nenhum âmbito dos processos formativos e educativos da nossa população e dos profissionais que desenvolvem seu labor neste setor produtivo. Este é um resultado expressivo neste estudo, pois na medida em que a PNRS vai sendo colocada em prática pelos poderes públicos se torna mais visível o quanto temos que caminhar no sentido da conscientização ambiental da população.

Os catadores e recicladores desenvolvem tipos de procedimento já muito desacreditado na sociedade: o diálogo, a troca e a esperança em pequenos atos, em pequenas experiências de resistência e de solidariedade. É por este caminho que é tecida a crítica à *razão indolente* por Santos (2002). Esta, por ser uma razão que não acredita na experiência, faz esmorecer a vontade e as atitudes que se projetam contra toda uma perspectiva de violência e dominação sobre todas as formas de vida existentes no planeta. Assim, em tempos de desordens, de

descréditos, de individualismos exacerbados e da perda dos sentidos do conviver, partilhar e aprender, os catadores têm muito a contribuir com uma nova significação da vida em sociedade e em solidariedade. Por esta razão urge reordenar olhares e sentidos, não para deixá-los estáticos, mas para que possam ver e ser expectativas de mudanças positivas.

Em relação às questões tocantes aos processos de compreensão da PNRS por parte da cooperativa, a pesquisa revelou a demanda por maiores esclarecimentos sobre as suas proposições e de que maneira os catadores e recicladores são vistos e inseridos na mesma. De qualquer modo, as políticas públicas sempre oferecem a dimensão de formação, que é o lugar privilegiado de discussão e de reformulação pessoal e coletiva. São nos espaços de formação que as disposições legais passam a fazer sentido ou não. Deste modo, urge significar o sentido cultural e estrutural da política em questão, pois, por tratar de um tema amplo, solicita ações igualmente amplas e sistemáticas, objetivando o comprometimento social com as referidas problemáticas ambientais. Também é resultado da investigação a demanda pela ampliação da abrangência e o acesso aos programas e projetos que se destinam à inserção econômica e produtiva dos catadores. Neste ponto, cumpre resaltar que as organizações produtivas dos catadores constituem-se em tecnologia social ecologicamente responsável, tendo em vista o próprio material do trabalho: o que não presta, o que não tem mais serventia, o que vai para o lixo, o que não queremos enxergar -- e o que não queremos sentir, como seu odor. Esses trabalhadores restituem valor aos produtos descartados, que passam a ter valor econômico desde uma outra forma de trabalhar e de viver.

A importância que os entrevistados deram à questão da formação é outro dado relevante da pesquisa. A formação para o trabalho nesta área ainda depende de ações esparsas e da parceria de empresas e ONGs. Assim, ressignificar o trabalho é também pensar a formação e o preparo para desempenhá-lo. É importante pensar sobre a situação de fragilidade dos catadores ante os ditames das indústrias que consomem sua produção e delimitam os materiais que devem ser reciclados e os que devem ser aterrados. O critério de seleção passa pelo bem do econômico e não do ambiental, tendo em vista que os catadores e recicladores separam o que pode ser comercializado, de sorte que muitos materiais

contaminantes como pilhas, óleos, derivados de petróleo, dentre outros, acabam em aterros sanitários.

Por este caminho, se problematizou as ausências na PNRS, não como crítica, mas como incentivo para a ampliação desses debates. A educação dos catadores e recicladores na perspectiva da emergência da PNRS merece um lugar de destaque nas formulações e ações voltadas para o cumprimento da lei. Cumpre ressaltar que uma grande parcela da implementação da referida lei depende do trabalho de catadores e recicladores. Deste modo, transformar ausências em presenças é uma tarefa que compromete o poder público e a sociedade civil. Para tanto, precisamos dilatar o presente e entender que o social ocorre em tempo concomitante ao ambiental; ou seja, não existe tempo para o descomprometimento com o presente, e muito menos há tempo para esperarmos por um futuro que talvez nunca chegue, a não ser pela ação direta e coordenada de esforços. Por isso é requerido, no momento, preencher as ausências da lei com as presenças e a participação dos catadores e recicladores como protagonistas deste trabalho, mas também da sociedade, engajada em torno de um projeto amplo por melhores condições de existência, com menos sofrimento e menos injustiças sociais e ambientais.

Na fala dos entrevistados, pode-se perceber que estes reconhecem seu trabalho como propulsor da efetividade do que estabelece a PRNS. Entretanto, esse entendimento ocorre de maneira ainda muito intuitiva, visto que não há um conhecimento aprofundado da Lei por parte dos entrevistados, da mesma forma, esse grupo de trabalho não sente-se valorizado pela lei.

Os entrevistados expressam a valorização de seu trabalho não como resultado das disposições da lei, mas como resultado de suas próprias ações, o que de fato é a realidade. Complementando o sentido desta reflexão proponho pensar sobre o quanto a PNRS se dilata e se contrai no sentido das dimensões que ela precisa abranger, tais como as dimensões cultural, ética e educativa. Pondero que, se a lei não se efetivar nos hábitos de cada um, a política não acontece, o que de mesmo modo ocorre quando não há efetividade em âmbitos mais amplos. Assim, no que concerne aos resultados foi possível perceber que a PNRS necessita de ações coordenadas para sua efetivação e que estas ações ainda são tímidas para o

tamanho do nosso problema ambiental e o grande contingente de trabalhadores do setor produtivo aqui trabalhado.

A pesquisa teórica mostrou que, concomitantemente à Política Nacional de Resíduos Sólidos e a valoração dos trabalhos executados neste âmbito, ainda existe um distanciamento entre a proposição e a efetividade da ação. Isso ficou evidente ao se perceber que a Lei nº 12.305/2010, que instituiu a PRNS estabelecendo o prazo de quatro anos para sua total implementação, determinando que os Estados e Municípios deveriam elaborar seus Planos de Resíduos Sólidos e organizar a disposição final e ambientalmente adequada dos rejeitos, chegou no findar do prazo sem que isso se concretizasse conforme apontava a previsão legal. Assinalo aqui que essa não é, no entanto, a situação de todos os municípios. Existem municípios, como o caso da cidade de Dois Irmãos - RS, onde uma ação pró-ativa realizada pela CRDI possibilitou que o mesmo implementasse seu plano de saneamento dentro do prazo inicialmente estipulado.

De todo o modo, há sinais de que estamos em tempos da emersão de conhecimentos prudentes que objetivam uma vida decente. Tais conhecimentos propõem novas lógicas e outros tipos de posicionamentos responsáveis, integrados e afetivos. Para dar seguimento a este momento histórico importante urge compor uma ecologia de saberes da reciclagem, conforme já foi dito em momentos distintos deste trabalho. Porém, a intenção da repetição é a internalização dos valores que transcendem as disposições legais, para tornarem-se objetivos da comunidade planetária que somos.

5.1 Perspectivas para novas pesquisas

- a) Acompanhar a construção da PNRS nas experiências de trabalho dos catadores e recicladores cooperativados, e associados, além de carrinheiros e catadores autônomos, entre outros;
- b) Investigar iniciativas de formação para o trabalho e educação dos catadores;
- c) Pesquisar de modo mais aprofundado a ação da iniciativa privada em situação tanto de parceria como de concorrência com os catadores e recicladores;

- d) Acompanhar e relatar trajetórias de organizações produtivas dos catadores com o sentido de ampliar a ecologia de saberes da reciclagem;
- e) Aprofundar estudos em busca de ampliação das tecnologias viáveis para o melhor desempenho da reciclagem, bem como de ampliação de ganhos das associações e cooperativas;
- f) Ampliar os conhecimentos sobre os diferentes tipos de materiais utilizados em embalagens e demais produtos não duráveis.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Telmo. **Educação e economia (popular) solidária: Mediações pedagógicas do trabalho associado na Associação dos recicladores de Dois Irmãos 1994 – 2002.** São Leopoldo. UNISINOS, 2007. Disponível em: <<http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/educacao%20e%20economia.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. **Vivendo e Reciclando:** Associação dos Recicladores de Dois Irmãos. Ajudando a Preservar a natureza. São Leopoldo: Oikos, 2005.

ALBUQUERQUE, Paulo P.; STRAUCH, Manuel de. (orgs.) **Resíduos:** como lidar com os recursos naturais. São Leopoldo: Oikos, 2008.

ARROYO, Miguel. G. **O direito do Trabalhador à educação.** In: Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1987.
_____. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, out./dez, 2010

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatísticas aplicada às Ciências Sociais.** 5.ed. rev. – Florianópolis: UFSC, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed 2005.

BRASIL. **Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999.** Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme específica.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9867.htm>. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. **Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2003/L10.683.htm>. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.** Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. **Lei n. 12.305 de 02 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. **Decreto nº 5.063, de 3 de maio de 2004.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Trabalho e Emprego, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5063.htm#art6>. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. **Decreto nº 8.163, de 20 de dezembro de 2013.** Institui o Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social - Pronacoop Social, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8163.htm>.

Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. **Decreto nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010.** Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm>. Acesso em: 10 jul. 2015

_____. **DECRETO 7.405 de 23 de dezembro de 2010.** Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm>. Acesso em: 10 jul. 2015

CARVALHO, Isabel C. M. **Educação Ambiental:** a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

CPDS – Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. **Agenda 21 brasileira:** ações prioritárias. Brasília, DF: MMA: PNUD, 2002.

CREPALDI, Paula. Cataforte inicia planejamento de negócios com redes de catadores de materiais recicláveis. Disponível em: <<https://www.fbb.org.br/reporter-social/noticias/cataforte-inicia-planejamento-de-negocios-com-redes-de-catadores-de-materiais-reciclaveis.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2015

DESLANDES, Suely Ferreira. MINAYO, Maria Cecília de Souza. GOMES, ROMEU. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FEBS. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **Dilma assina Decreto nº 8163/2013 - Pronacoop Social.** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8051&Itemid=62>. Acesso em: 10 jul. 2015.

FISCHER, N.B.; FERIA, A.A. Revisitando a educação popular a partir das mulheres Papeleiras. In: JACQUES, M.G.C., et al. org. Relações sociais e ética [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 171-179. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/6j3gx/pdf/jacques-9788599662892-18.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

_____.; MEYER, Dagmar Stermann; STEPHANOU, Maria.(coords) **Relatório final: Estudo do Perfil Sócio-Educacional da População de Catadores de Materiais**

Recicláveis Organizados em Cooperativas, Associações e Grupos de Trabalho. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. MEC-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE Porto Alegre: UFRGS, SECAD, 2010.

_____. Educação popular e consciência ambiental: reflexões em torno das pedagogias dos tempos, dos alertas, dos pertencimentos e das perguntas. **Diálogo** (Canoas), v. 1, p. 243-261, 2006.

_____. Perplexidades, Desafios e Propostas na Educação Ambiental a partir de Trajetórias de um Pesquisador. In: **REVISTA EDUCAÇÃO & REALIDADE (UFRGS)**, Porto Alegre, Educação Ambiental vol. 34, n. 3, set./dez. 2009.

FRANZOI, Naira Lisboa. **O modelo japonês e o conhecimento informal do trabalhador no chão de fábrica.** Porto Alegre. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 1991. 139 p.

_____. O conhecimento informal dos trabalhadores no chão de fábrica. **Revista Educação Unisinos**, v. 13, n. 3, set/dez, 2009.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista.** In: SOUZA, Jesse (org.). Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Trabalho, Conhecimento, Consciência do trabalhador: impasses teóricos e práticos.** In: Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. **A dupla face do trabalho: criação e destruição de vida.** In: A experiência do trabalho e a educação básica. Rio de Janeiro: DP&A, 2002

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

HESS, Remi. **O Momento do Diário de Pesquisa na Educação.** In: Ambiente e Educação – vol. 14 – Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 1996.

HOEFEL, M. G.; CARNEIRO, F. F.; SANTOS, L. M. P.; GUBERT, M. B.; AMATE, E. M.; DOS SANTOS, W. 2013. Acidentes de trabalho e condições de vida de catadores de resíduos sólidos recicláveis no lixão do Distrito Federal. **Rev. bras. epidemiol.** [online]. Vol.16, n.3, pp. 774-785.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável.** RJ: IBGE, 2012.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Comunicados do IPEA nº 145:**

Plano Nacional de Resíduos Sólidos: diagnóstico dos resíduos urbanos, agrosilvopastoris e a questão dos catadores de 25 de abril de 2012. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120425_comunicadoipea0145.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. **Diagnóstico Sobre Catadores de Resíduos Sólidos: Relatório de pesquisa 2012.** Disponível em:

<http://www.silvapoorto.com.br/admin/downloads/CATADORES_BRASIL_IPEA_2012.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica.** 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

LEFF, Enrique. **Complexidade ambiental:** México: Siglo XXI, 2000.

_____. Complexidade, Racionalidade ambiental e diálogo de saberes. In: **REVISTA EDUCAÇÃO & REALIDADE (UFRGS)**, Porto Alegre, Educação Ambiental vol. 34, n. 3, set./dez. 2009.

Lei nº 2.522/2008 "**Dispõe sobre o programa municipal de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos e dá outras providências**" Disponível em:

<<http://legislacao.doisirmaos.rs.gov.br:8083/0020000000252220081.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

LIMA, Manolita Correia. **Monografia:** a engenharia da produção acadêmica. São Paulo: Saraiva, 2004.

LISBOA, Cassiano Pamplona. **Itinerários de catadores:** (des) encontros com o campo ambiental. Porto Alegre. Tese de doutorado. UFRGS, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/72128>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

MARX,K; ENGELS,F. **A ideologia alemã (Feurbach).** São Paulo: Ciências Humanas,1979.

MICHELOTTI, Fernando Canto. **Catadores de "lixo que não é mais lixo":** Um estudo da dimensão do reconhecimento social a partir de sua experiência de organização coletiva no Rio Grande do sul. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação de mestrado. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/7439>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento:** Pesquisa qualitativa em saúde. SP: HUCITEC/ RJ: ABRASCO, 2013.

_____. (ORG). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: vozes, 2001.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Portaria MTE nº 1780 de 19/11/2014.**

Institui o Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários - CADSOL.

Disponível em: <<http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=277278>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2010..

NÓBREGA, R. M. N. A. et al. **Lixo e Meio Ambiente**. Fortaleza: SEMACE, 1992.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez 2002.

_____. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. AVRITZER, L. (org). “**Para ampliar o cânone democrático**”. In: Democratizar a democracia. Porto: Afrontamento, 2003.

_____. MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

_____. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. **Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia dos saberes**. Revista Crítica de Ciências Sociais nº78, 2007. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/147_Para%20alem%20do%20pensamento%20abissal_RCCS78.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 63, Out/2002, p.237-280. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia_das_ausencias_RC_CS63.PDF>. Acesso em: 14 jul. 2015.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, C. J. et al. (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Apresentação**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/apresentacao-1.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

SILVA, Janaína Marques. **Certificação profissional de trabalhadores e trabalhadoras de materiais recicláveis: Reflexões para a construção de uma política pública**. Porto Alegre.UFRGS, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/83303>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

SILVA, Sandro Pereira. GOES, Fernanda Lira. ALVAREZ, Albino Rodrigues. **Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável – Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília: 2013.

SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

_____. Economia solidária. IN: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra Economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2005.

Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a) Senhor(a)

Gostaríamos de convidá-lo a participar de nosso estudo “Educação Ambiental e profissionalização dos catadores na Política Nacional de Resíduos Sólidos: uma Sociologia das Ausências?”. Tal estudo possui o objetivo de compreender e contribuir com o processo de construção e implementação da PNRS 12.405/2010 e da sua dimensão educativa partindo da experiência da Cooperativa de Recicladores de Dois Irmãos (CRDI). A pesquisa, utilizando uma perspectiva de metodologia qualitativa, consistirá na realização de entrevista semi-estruturada, questionário e observação do trabalho desenvolvido na CRDI e posterior análise dos dados.

Trata-se de uma Dissertação de Mestrado, desenvolvida por Bianka Biazuz Vicente e orientada pela Prof^a. Dr^a. Simone Valdete dos Santos, Diretora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. A qualquer momento da realização desse estudo qualquer participante/pesquisado ou o estabelecimento envolvido poderá receber os esclarecimentos adicionais que julgar necessários. Qualquer participante selecionado ou selecionada poderá recusar-se a participar ou retirar-se da pesquisa em qualquer fase da mesma, sem nenhum tipo de penalidade, constrangimento ou prejuízo aos mesmos. O sigilo das informações será preservado através de adequada codificação dos instrumentos de coleta de dados. Especificamente, nenhum nome, identificação de pessoas ou de locais interessa a esse estudo. Todos os registros efetuados no decorrer desta investigação serão usados para unicamente para objetivos acadêmico-científicos e apresentados na forma de dissertação, não sendo utilizados para qualquer fim comercial. Em caso de concordância com as considerações expostas, solicitamos que assine este “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” no local indicado abaixo. Desde já agradecemos sua colaboração e nos comprometemos com a disponibilização à instituição dos resultados obtidos nesta pesquisa, tornando-os acessíveis a todos os participantes. Dúvidas e esclarecimentos poderão ser obtidos através dos telefones (51) 3387 15 88 e (51) 847 01 295.

Bianka Biazuz Vicente
Pesquisador

Prof^a. Dr^a. Simone Valdete dos
Santos
Orientadora
PPGEDU/UFRGS

Eu, _____ assino o termo de consentimento, após esclarecimento e concordância com os objetivos e condições da realização da pesquisa “Educação Ambiental e profissionalização dos catadores na Política Nacional de Resíduos Sólidos: uma Sociologia das Ausências?”, permitindo, também, que os resultados gerais deste estudo sejam divulgados sem a menção dos nomes dos pesquisados.

Porto Alegre, _____ de _____ de 201_.

Assinatura do Pesquisado(a)

Apêndice B - Roteiro de entrevista para o gestor

Roteiro de entrevista para o gestor da CRDI

1. Como ocorreu sua inserção na CRDI?
2. De que forma você entende o trabalho desenvolvido na CRDI?
3. Qual é o modo que o grupo da CRDI se organiza para o trabalho? Desde a coleta até a venda.
 - 3.1. Qual o regime jurídico da CRDI?
 - 3.2. Quantos associados a CRDI possui?
 - 3.3. Quais os horários de trabalho?
 - 3.4. Os trabalhadores tem seguridade social?
 - 3.5. Como e com que frequência ocorre reuniões da CRDI?
4. Sobre as reuniões na CRDI, como o descreveria esse processo?
 - 4.1. Há a percepção de que as reuniões possibilitam processos formativos, de construção de diálogo?
 - 4.2. Como você relaciona a estrutura organizativa da CRDI e o bom desempenho da mesma em sua área de atividade?
 - 4.3. Você percebe protagonismo dos associados nas reuniões?
5. Há incentivos do poder público para o funcionamento da CRDI?
6. O que você tem a dizer sobre a política de Educação ambiental do município de Dois Irmãos?
 - 6.1. A CRDI contribui com o processo de conscientização e de mudança de práticas na comunidade da cidade de Dois Irmãos?
 - 6.2. Qual o papel da educação ambiental no trabalho da CRDI?
7. CRDI possui parceiros?
8. Existem espaços de formação para o trabalho?
9. Em sua opinião há a demanda por nessa área produtiva?
10. Como ocorre a relação com outras associações e cooperativas de reciclagem?
11. Você conhece a PNRS?
12. Como você entende a política?
13. A PNRS modificou o andamento do trabalho na CRDI?
14. Você percebe demanda de que haja uma dimensão educativa na PNRS?

Apêndice C - Roteiro de entrevista para o gestor**Roteiro de entrevista para os cooperativados da CRDI**

1. A quanto tempo você trabalha na CRDI
2. De que forma ocorreu sua inserção na CRDI? Foi uma escolha?
3. O que achas do trabalho desenvolvido na CRDI?
4. Qual o sentido que tiras do trabalho na CRDI
5. Fale sobre as aprendizagens que você relaciona com o seu trabalho?
6. A área do seu trabalho modificou as práticas do seu dia a dia? Quais?
7. Há alguma atividade na CRDI que você considera educativa?
8. O que você tem a dizer sobre a preservação do meio ambiente?
9. Em sua opinião há alguma conexão entre a preservação do meio ambiente e seu trabalho?
10. O que você considera que não é bom no seu trabalho? E na sua profissão?
11. Qual a sua perspectiva para o futuro?
12. O que você acharia de cursos de formação para a sua área
13. Há ou já houve cursos de formação para o trabalho na CRDI?
14. Quais?
15. O que você achou desses cursos?
16. Você já ouviu falar da PNRS? O que?
17. Como você entende essa política?
18. Houve alguma modificação no trabalho em função da PNRS?
19. Qual o papel, na sua opinião, que desempenha, a educação em relação ao trabalho na CRDI e a PNRS?